UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO

Fabiana dos Santos Pinheiro

FINANCEIRIZAÇÃO E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DA ASCOOB-COOPEC EM SERGIPE

São Cristóvão/SE
Agosto/2022

FABIANA DOS SANTOS PINHEIRO

FINANCEIRIZAÇÃO E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DA ASCOOB-COOPEC EM SERGIPE

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

São Cristóvão/SE
Agosto/2022

Financeirização e Cooperativismo de Crédito Solidário: uma análise da ASCOOB-COOPEC em Sergipe

Fabiana dos Santos Pinheiro

Apresentada em: 31 / 08 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eloízio da Costa (orientador)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Luís Manuel Costa Moreno (membro externo)
Professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - IGOT Department da Universidade de Lisboa (UL)

Prof. Dr. Dean Lee Hansen (membro interno)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PROPEC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Conceito final: APROVADA

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ), pelo apoio financeiro e técnico.

À Universidade Federal de Sergipe (UFS) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), por todo o suporte acadêmico e institucional.

À Cooperativa de Crédito Rural (COOPEC), de Poço Verde pela disponibilidade, atenção e ajuda durante os trabalhos de campo.

Ao Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU) e ao meu orientador Profº Dr. José Eloízio da Costa pela parceria e compreensão.

À minha família, especialmente, meu saudoso pai (Eduardo), minha mãe (Josefa), minha fonte de inspiração, paciência e carinho, meu companheiro André, meus irmãos e demais parentes.

Aos colegas da Universidade – Daniela, Acácia, Lucas, Fernanda e Laisa –, pela amizade, companheirismo e ajuda.

Aos demais professores e amigos da turma do Mestrado, deixo os meus eternos e sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

“(...) a pobreza é uma imposição artificial nos seres humanos, não é algo nato. Se removermos essa situação artificial, eles sairão da pobreza”.

(Muhammad Yunus, 2006)

SUMÁRIO

RESUMO 1
INTRODUÇÃO 3
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 6
METODOLOGIA 13
CAPÍTULO I – COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE NAS RELAÇÕES FINANCEIRAS INFORMAIS: LIMITES E DIFERENTES PERSPECTIVAS 19
1.1 - Racionalidade financeira e o surgimento do cooperativismo de crédito 20
1.2 - Eficiência marginal do capital nas relações cooperativas 24
1.3 - Laços de Reciprocidade que compõem o acesso as finanças solidárias 28
1.4 - As barreiras da economia privada para o capital cooperativo 35
1.5 - Considerações ao capítulo 01 39
CAPÍTULO II – REGIONALIZAÇÃO E DINÂMICA DO CAPITAL COOPERATIVO NO NORDESTE 41
2.1 - Uma leitura geográfica do cooperativismo de crédito no Brasil 42
2.2 - Crítica aos limites legais de atuação das cooperativas de crédito 49
2.3 - A questão do crédito cooperativo no Nordeste 56
2.4 - Sobre o cooperativismo de crédito em Sergipe: alguns apontamentos 62
2.5 - Considerações ao capítulo 02 66
CAPÍTULO III – ATUAÇÃO DA ASCOOB-COOPEC NO ESPAÇO RURAL DE SERGIPE: CONTRIBUIÇÕES PARA FORTALECIMENTO DO CAPITAL COOPERATIVO 68
3.1 - Funcionamento da COOPEC em Poço Verde-SE 69
3.2 - Aplicação econômica-financeira do capital cooperativo 79
3.3 - Redes de cooperação e solidariedade 80
3.4 - Economia Social e sua relevância para o desenvolvimento regional 84
3.5 - Entraves e gargalos recentes 89
3.6 - Considerações ao capítulo 03 93
CONSIDERAÇÕES FINAIS 94
REFERÊNCIAS 98
ANEXOS 104
APÊNDICES 105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio à Agricultura Familiar e a Economia Solidária
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CENTRAFES	Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Sergipe
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural Solidário
COCREAL	Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano
CMN	Conselho Monetário Nacional
COOPATSUL	Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FGCoop	Fundo Garantidor de Cooperativismo de Crédito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCB	Organização das Cooperativas Brasileira
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONACOOP SOCIAL	Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICRED	Sistema de Crédito Cooperativo
SNEF	Semana Nacional de Educação Financeira

FERRAMENTAS ILUSTRATIVAS DO TEXTO

QUADROS

1. Quadro 01: Sintetização do Estado da Arte 12
2. Quadro 02: Características e diferenças gerais entre os bancos e as cooperativas de crédito 33
3. Quadro 03: Diretrizes sociais da ASCOOB-COOPEC..... 73
4. Quadro 04: Aplicação do capital cooperativo 78

FIGURAS

1. Figura 01: Estrutura interna e externa da ASCOOB/COOPEC – Poço Verde/Sergipe 75

TABELAS

1. Tabela 01: Comparativo da taxa média de juros dos bancos e das taxas sociais dos sistemas cooperativos SICREDI e SICOOB (valores em porcentagem) 27
2. Tabela 02: Financiamentos rurais concedidos anualmente as cooperativas de crédito brasileira (1990 a 2021)..... 51
3. Tabela 03: Balanço financeiro da ASCOOB-COOPEC (valores em milhares)80
4. Tabela 04: Distribuição das EES's no Nordeste, por forma de organização .. 87

GRÁFICOS

1. Gráfico 01: Anuário da concessão do crédito por instituição (valores em bilhões).....46
2. Gráfico 02: Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema..... 48
3. Gráfico 03: Valores dos principais agregados cooperativos de crédito no país 60
4. Gráfico 04: Frequência de renovação do crédito cooperativo 79
5. Gráfico 05: Distribuição dos EES's por região brasileira 86
6. Gráfico 06: Visão dos cooperados acerca das mudanças na cooperativa 90

MAPAS

1. Mapa 01: Percentual das regiões brasileiras atendidas pelas cooperativas de crédito..... 58
2. Mapa 02: Distribuição espacial das principais cooperativas de crédito em SE (SICOOB, SICRED e ASCOOB) 63
3. Mapa 03: Localização do município de Poço Verde..... 70
4. Mapa 04: Espacialização da ASCOOB-COOPEC..... 82

OUTRAS FORMAS

1. Fluxograma 01: Circulação e conversão dos capitais cooperativos..... 38
2. Organograma 01: Funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil e no mundo 54
3. Radial 01: Cooperativas ASCOOB na região Nordeste..... 73

RESUMO

As cooperativas de crédito são entidades de natureza civil que conduzem e intermediam o capital social, advindo das cotas-parte, para financiar a produção real de mercadorias. Desse modo, diferentemente das instituições financeiras convencionais, no espaço rural essas organizações tem caráter social na medida em que subsidiam a produção dos seus cooperados, que também são pequenos produtores rurais. Ademais, recentemente observou-se que, no Brasil, alguns grupos cooperativos têm optado por integrar os princípios solidários nas suas relações de trabalho. Isso em função de se construir processos sociais mais consolidados e duradouros. Para tanto, apesar da expansão das finanças de especulação, as microfinanças – provenientes das Cooperativas de Crédito – tem ganhado destaque, principalmente na última década. Dessa forma, a presente pesquisa tem como proposta analítica de investigação: analisar o cooperativismo de crédito solidário frente ao processo de financeirização do campo, a partir das ações da ASCOOB-COOPEC atuando com os pequenos produtores rurais e comerciantes locais, dentro dos seus limites e contradições. Para isso, visando atingir tal proposição, os seguintes caminhos metodológicos foram adotados: pesquisa bibliográfica e reuniões para orientação, coleta e cruzamento de dados secundários, trabalhos de campo e, finalmente, sistematização das informações e construção/delineamento das reflexões contidas aqui. Por sua vez, vale acrescentar que as experiências cooperativas no Brasil tiveram um aspecto particular, tendo em vista os limites institucionais estabelecidos pelo Banco Central (entidade pública que regula o sistema financeiro nacional). Sendo assim, far-se-á uma leitura crítica sobre a atuação das cooperativas de crédito, considerando seus limites e contradições, sobretudo no atual período da financeirização. Ademais, busca-se ainda compreender como essas instituições sociais vem se reproduzindo diante dos interesses privados exercidos pelas Cooperativas Confederadas.

Palavras-chave: Espaço Rural. Cooperação. Economia Social. ASCOOB-COOPEC.

ABSTRACT

Credit unions are entities of a civil nature that conduct and intermediate the social capital, arising from the shares, to finance the actual production of goods. Thus, unlike conventional financial institutions, in rural areas these organizations have a social character insofar as they subsidize the production of their members, who are also small rural producers. Furthermore, it has recently been observed that, in Brazil, some cooperative groups have chosen to integrate solidarity principles in their working relationships. This is due to the construction of more consolidated and lasting social processes. To this end, despite the expansion of speculation finance, microfinance – from Credit Unions – has gained prominence, especially in the last decade. In this way, the present research has as an analytical proposal of investigation: to analyze the cooperative of solidary credit in front of the process of financialization of the field, from the actions of ASCOOB-COOPEC working with small rural producers and local merchants, within their limits and contradictions. For this, aiming to achieve this proposition, the following methodological paths were adopted: bibliographic research and meetings for orientation, collection and crossing of secondary data, field work and, finally, systematization of information and construction/outlining of the reflections contained here. In turn, it is worth adding that cooperative experiences in Brazil had a particular aspect, given the institutional limits established by the Central Bank (a public entity that regulates the national financial system). Therefore, a critical reading will be made on the performance of credit unions, considering their limits and contradictions, especially in the current period of financialization. Furthermore, it is also sought to understand how these social institutions have been reproducing in the face of the private interests exercised by the Confederated Cooperatives.

Keywords: Rural Area. Cooperation. Social Economy. ASCOOB-COOPEC.

INTRODUÇÃO

A lógica financeira mundializada representa a hegemonia do capital monetário e a sua expansão nas diferentes dimensões sociais e espaciais. Porém, no atual contexto histórico, seu domínio não se faz com intuito de expandir a riqueza real (capital-mercadoria), mas sim de fomentar a riqueza fictícia através das finanças de especulação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 57). Isso demonstra como a racionalidade do capital, em sua nova face (financeirizada), impera sobre a sociedade contemporânea. O resultado é a intensificação do poder das instituições financeiras convencionais e dos bancos comerciais a nível global.

Por sua vez, apesar de comumente, essa lógica tem dado margem para o surgimento de organizações cooperativas de natureza social. Das quais concedem um tipo de financiamento (específico) para custear a produção e a comercialização de pequenos produtores com taxas de retorno adicionais mais vantajosas que a maioria dos grandes bancos: as cooperativas de crédito. Trata-se de entidades financeiras e sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de caráter civil, sem fins lucrativos e não sujeitas à falência, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados (NEAD/MDA, 2001, p. 23).

Diante disso, vale indagar algumas questões de pesquisa que, para Triviños (1987, p. 107), “partem das ideias colocadas na formulação dos problemas e dos objetivos da investigação”. Assim sendo, é preciso refletir sobre: de que maneira o cooperativismo de crédito conflita com os interesses do grande capital e como isso influencia no nível local? Em que medida as taxas sociais de juros contribuem para os pequenos produtores/cooperados? Como a solidariedade está presente nessas relações? O que caracteriza o cooperativismo de crédito no Brasil? Quais as principais contradições existentes nesse processo? Essas são algumas indagações que precisam ser consideradas dentro de uma visão dialética e de análise real dos fenômenos.

Destarte, baseado nos trabalhos de Larroca *et al* (2005), a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar o cooperativismo de crédito solidário frente ao processo de financeirização do campo, a partir das ações da ASCOOB-COOPEC atuando com os pequenos produtores rurais e

comerciantes locais, dentro dos seus limites e contradições. Enquanto que os objetivos específicos foram definidos da seguinte forma: a) Discutir os elementos que caracterizam o cooperativismo de crédito no Brasil; b) Entender a dinâmica e a reprodução do capital cooperativo na região Nordeste; c) Destacar a atuação da ASCOOB-COOPEC, dentro dos seus limites e contradições, no espaço rural de Sergipe.

Nessa perspectiva, tal pesquisa foi constituída sob sete propostas analíticas dinamicamente integradas[1]. Sendo assim, a primeira traz um pequeno e solene resumo do assunto (em duas línguas). Por sua vez, a segunda parte destina-se a introduzir o trabalho, expondo a temática, bem como os objetivos e a justificativa. No trecho subsequente, discorre-se sobre a abordagem teórica (desde autores mais gerais até os específicos) e seu delineamento dentro e fora da Geografia. Posteriormente, foi explicitado o caminho metodológico e o método de interpretação adotado, em afinidade com a referida investigação. Enquanto que o quinto eixo evidencia o corpo da pesquisa, discorrendo sobre os aspectos ecumênicos do cooperativismo de crédito solidário a partir de suas contradições e limites. Finalmente, na última discussão, foram expostas as considerações do referido texto.

Por sua vez, a categoria de análise geográfica adotada nesta pesquisa, como escala de estudo, foi a Região[2]. Isso porque, apesar da COOPEC ter surgido como uma demanda histórica dos pequenos produtores rurais, sua materialização só ocorreu em função do apoio institucional, através dos Planos de Desenvolvimento Territorial, concebidos pelo colegiado do sertão ocidental de Sergipe. Nessa ocasião, o Estado teve o papel (dialeticamente) de instrumentalizador jurídico/financeiro da Cooperativa. Consequentemente, a criação da COOPEC também refletiu no fomento ao Desenvolvimento Regional, na medida em que criou condições para favorecer a circulação de capital e de mercadorias advindos da pequena produção local.

Dessa forma, a concepção regional será analisada dentro da sua evolução na Geografia, entendendo as principais mudanças paradoxais

[1] Vale justificar que o arranjo analítico desse material preocupou-se em integrar, profunda e minuciosamente, os elementos pré-textuais (objetivos, metodologia, questões de pesquisa, etc.) com a base teórica adotada e as considerações dispostas no final do texto.

[2] Esta será melhor discutida nas demais seções do trabalho.

alicerçadas em torno desse conceito. Para isso, a partir de uma base lablacheana, foram consultados os trabalhos de Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, entre outros autores. Todavia, apesar desse respaldo institucional, a concepção crítico-analítica da categoria terá profundo destaque, especialmente doravante a *Teoria de Desenvolvimento Desigual e Combinado* de Leon Trotsky. Outrossim, a categoria Espaço também foi levada em consideração nesse trabalho, por se tratar de um conceito geográfico nuclear e fundamental para entender as estratégias de reprodução do capital nos diferentes espaços. Sendo esta, abordada mediante contribuições de Vladimir Lenin, David Harvey, Milton Santos, entre outros pensadores dentro e fora da Geografia.

Posto isto, o presente trabalho é justificado consoante a sua relevância científica, especialmente para a Geografia, já que são poucas as pesquisas nesse segmento. Bem como em função da sua contribuição crítico-reflexiva acerca do cooperativismo de crédito em contraste com a Economia Solidária. Desse modo, a ASCOOB-COOPEC, localizada no município de Poço Verde, mas atuando espacialmente em todo sertão ocidental de Sergipe, foi utilizada como base empírica-analítica, especialmente para compreender sua relação com as demais cooperativas do estado. Consequentemente, a preocupação imanente deste trabalho é entender o grau de organização do cooperativismo de crédito – tendo em vista os principais reflexos, contradições, avanços e limites para sua reprodução – no atual contexto da financeirização e seus reflexos para a pequena produção familiar.

Para tanto, é preciso considerar ainda de que forma essa abordagem está relacionada com as políticas de acesso ao crédito pelos programas sociais dos governos em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Além disso, parte desse estudo busca analisar as principais transformações regionais a partir da expansão de Cooperativas de Crédito Solidário, especialmente no mundo rural. Portanto, é importante compreender como a concessão do crédito (advindos dessas entidades) contribui para a expansão e circulação de mercadorias provenientes dos pequenos produtores rurais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico utilizado para a sustentação conceitual e analítica deste trabalho contempla abordagens tanto da Geografia quanto de demais

áreas do conhecimento. Sendo assim, em virtude de tais reflexões, destaca-se aqui um delineamento teórico-metodológico que foi traçado em conformidade com os temas discutidos na primeira seção desta pesquisa: produção/expansão do capital fictício e aprofundamento da tendência financeira (Marx, Bresser-Pereira, Harvey e Chesnais); eficiência marginal do capital e taxas de juros (Keynes); laços financeiros, cooperativismo e economia solidária (Abramovay, Chayanov e Singer); aspectos da formação socioespacial do território brasileiro (Santos e Corrêa); elementos que caracterizam a expansão do cooperativismo de crédito solidário no Brasil (Búrigo, Schröder, Motta e Freitas).

Dessa forma, as considerações de Karl Marx (2013/2014) acerca da reprodução do capital, sob a ótica da produção e circulação das mercadorias, dão uma qualidade significativamente importante a esta pesquisa. Nesse sentido, para ele, é no processo de valorização que a *Forma-Mercadoria* transmuta-se para a *Forma-Dinheiro*, o que demonstra a existência da produção da mais-valia (isso em função da exploração do trabalhador). Essa dinâmica é, portanto, resultado do movimento de circulação do capital-produtivo, capital-mercadoria e do capital-dinheiro. Ademais, o autor ainda esclarece que o mercado cria condições para a existência de diferentes tempos de rotação do trabalho, de circulação e, assim, de circulação do capital. Garantindo, com isso, que a acumulação ocorra de maneira desigual.

Portanto, a velocidade na circulação acelera, por conseguinte, os ganhos diferenciados do grande capital, bem como a movimentação de sua produção. Sendo que tal processo intensifica-se ainda mais com a incorporação dos custos de circulação e das práticas monopolistas. O que compromete e estrangula o fluxo de mercadorias provenientes da pequena produção familiar. Por sua vez, vale lembrar que as instituições financeiras convencionais (bancos comerciais) também têm um papel relevante nessa relação, na medida em que financiam os grandes produtores. Em vista disso, trata-se aqui de um domínio tanto no acesso ao crédito quanto na reprodução das mercadorias dos capitalistas rurais. Sendo assim, a concessão de crédito para a pequena produção rural não reflete tão somente na questão financeira, mas, sobretudo, no caráter produtivo e na reprodução social dessas famílias.

Nesse mesmo viés, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010), que retrata como a tendência financeirizada vem encabeçando o aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação mundial, será significativamente apreciado nas reflexões presentes neste texto. Pois, para ele, esse processo é consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros (*transações especulativas*) em detrimento do custeio da produção e comercialização de mercadorias (capital-real). No entanto, quando esse subsídio ocorre, dar-se-á preferência aos grandes grupos capitalistas que sustentam as atividades monocultoras e do agronegócio. Enquanto que o trabalho dos pequenos produtores e das famílias rurais tem pouca ou nenhuma relevância nessa relação. Daí a importância das Cooperativas de Crédito.

Já David Harvey (2018), que realiza uma leitura acerca da produção de antivalor, identificada analiticamente em suas obras como *Teoria da Desvalorização*, teve grande respaldo nesta pesquisa. Em vista disso, suas ideias fundamentam que a produção do valor-monetário, ao qual gera o capital fictício (portador de juros), tem superado a produção de valor material. Assim, para ele, essa nova relação – defendida pela elite financeira – tem levado a sociedade ao processo de *servidão permanente por dívidas*. Por sua vez, essa mesma linha de análise é utilizada para entender a pequena produção familiar na medida em que esse grupo não gera mais-valor assim como não cria acumulação de riquezas, apesar de produzir mercadorias. Consequentemente, ambos os casos inferem-se numa barreira a ser superada pelo capital.

Enquanto isso, François Chesnais (1996), que analisa o atual processo da *Mundialização do Capital* – sob o prisma das relações internacionalizadas – impulsionado pela expansão dos oligopólios em diferentes realidades espaço-temporais, terá vultosa importância no presente texto. Isso porque o autor preocupa-se em contextualizar como o sistema mundial começa a se tornar integrado pela tendência financeira e tecnológica, nutrido cada vez mais pelos investimentos e mobilização da força de trabalho com múltiplas características. Assim, sua ilustre contribuição, aqui, se dá na medida em que é apontado como o capital tem se espacializado pelo o mundo, especialmente legitimado pelas ideias liberais advindos da ortodoxia econômica burguesa que obscura a atuação social do Estado e negligencia as reais necessidades dos mais pobres.

Por outro lado, John Maynard Keynes (1988) é imprescindível para compreender como a taxa líquida de retorno esperada da oferta do crédito (*Eficiência Marginal do Capital*) pode refletir na expectativa de investimentos futuros e na demanda efetiva. Para tanto, isso tem impactos não só na geração de empregos, mais ainda na *propensão marginal a consumir*, pois quando a renda aumenta cresce proporcionalmente o consumo real agregado. Outrossim, é importante frisar ainda que os volumes agregados de emprego e a renda aumentam, paralelamente, na medida em que os fluxos de investimentos públicos e privados (*propensão marginal a investir*) são elevados. Dessa maneira, a insuficiência da demanda efetiva pode refletir no processo de produção e de circulação no espaço.

Nesse sentido, esse processo é bem elucidativo no caso das microfinanças subsidiadas pelas cooperativas de crédito rural solidário, das quais oferecem custos de retorno adicionais mais vantajosas (‘taxas sociais’) que os preços convencionais (SELIC). Assim, tal proveito favorece, sobremaneira, o financiamento da pequena produção rural, de origem familiar. Pois, na medida em que o subsídio é disponibilizado com valores mais atrativos, ampliam-se as possibilidades de investimento, bem como de produção e a circulação dessas mercadorias. Além do mais, esse tomador/cooperado pode, com isso, se tornar uma figura adimplente no esquema das quotas-parte da cooperativa, contribuindo para que o sistema se fortaleça.

Outro suporte a esta pesquisa parte de Ricardo Abramovay (2004), quando enfatiza os *laços financeiros* que constituem o acesso ao crédito pelas famílias rurais pobres, revelando um amplo domínio de reciprocidade que, diferentemente da frieza impessoal dos ambientes bancários formais, marcam estas relações. Portanto, não se trata aqui, tão somente, da formalização de meros negócios financeiros. O que se observa é uma complexa conexão onde vincula atividades econômicas informais a relações proximais, cuja desigualdade não suprime as ligas afetivas que lhes dão origem. Sendo assim, tal contribuição poderá evidenciar como o acesso ao crédito por essas famílias, alinhado a outras políticas públicas, constituem o motor de reprodução da pequena produção rural que tem fomentado transformações não só sociais,

mas também espaciais, na medida em que a circulação dessas mercadorias e o aumento real da renda crescem.

Além desses autores, no tocante a questão do cooperativismo, Alexander Chayanov (2017) tem apontado celebres e significativas reflexões a este trabalho, quando apresenta a *Teoria das Cooperativas Camponesas* a partir de investigações em sistemas cooperativos da Rússia pós-revolução (1920). Em vista disso, o autor demonstra analiticamente os benefícios do ordenamento nos moldes cooperativos para o trabalho rural, inclusive apontando perspectivas dentro dos países capitalistas. Ademais, destaca-se ainda, em sua obra, um trabalho conceitual acerca da teoria dos *Ótimos Diferenciais*, onde esclarece não ser tão somente o tamanho da propriedade (dimensão física) que determina o desempenho produtivo dos estabelecimentos rurais, mas sim – e além disso – a incorporação de instrumentos financeiros e técnico-materiais, ao qual poderão desencadear demandas adicionais dessas atividades.

Nesse seguimento, porém já adentrando no debate da Economia Solidária, Paul Singer (2002) tem grande valia para a concretização desse texto. Isso porque, ele não só resgata a gênese da Economia Solidária, a partir da Europa do século XVIII, como também descreve a sua incorporação no Brasil. Nesse último caso, apesar de sua expansão ter ocorrido em função das políticas públicas – principalmente no início do século XXI –, o autor detalha que seu surgimento ocorreu no contexto das décadas de 1980 e 1990, a partir das demandas trazidas pelos movimentos sociais, sindicatos, universidades e entidades religiosas. Além disso, na obra é discutido ainda os diferentes modelos cooperativos (produção, comercialização, consumo, crédito, etc.) que funcionam com base nos princípios solidários. Portanto, tais contribuições serão imprescindíveis em função do ponto de análise dessa pesquisa.

No que se refere ao caráter geográfico desse texto, Milton Santos (2006) foi trabalhado a partir da compreensão e entendimento da formação socioespacial do território brasileiro. Sendo esta influenciada, distintamente, pelas grandes mudanças socioespaciais (*Meio Técnico* e *Meio Técnico-Científico-Informacional*), resultando numa profunda heterogeneidade socioeconômica e infraestrutural nos espaços. Portanto, a dinâmica de tais processos viabilizaram, em maior ou menor grau, o desenvolvimento das redes

técnicas e a constituição da base material ao longo do tempo, evidenciados pela existência de espaços luminosos e opacos, densos e rarefeitos. Sendo assim, o estágio de desenvolvimento de um país, bem como os sistemas de movimento existentes, determina a intensidade da integração intra e/ou inter-regional, constituindo espaços lentos e, ao mesmo tempo, fluídos.

Lembrando que tal processo intensificou-se conforme se ampliava a participação do poder público, do capital privado e dos agentes sociais. Nesse aspecto, o pensamento miltoniano possibilitou ampliar as análises acerca das desigualdades presentes nas diversas regiões do país. Inclusive, contribuindo para o entendimento da existência de estruturas físicas e sociais em cada território, o que motiva, dialeticamente, sua valorização capitalista. Para tanto, a leitura construída a partir deste raciocínio, tem vultoso caráter na medida em que demonstra o nível de desenvolvimento de algumas áreas em decorrência de outras. Consequentemente, favorecendo a circulação do capital de maneira assimétrica nas diferentes esferas sociais e econômicas.

Ainda dentro da Geografia, as reflexões realizadas por Roberto Lobato Corrêa (2016) acerca das *Interações Espaciais*, como um processo dinâmico e de grande capacidade de mutação, resultantes de dois movimentos dialéticos no tempo e no espaço – processos e formas –, este teve considerável importância no respectivo trabalho. Acrescenta-se, com isso, que essa relação entre o movimento e a pausa se deparam numa complexa tensão dialética, conforme o aprofundamento das conexões entre os espaços. Portanto, as estruturas espaciais originadas desse processo, potencializam em maior ou menor grau as interações espaciais, condicionando, inclusive, a manifestação dos movimentos de concentração e dispersão no espaço.

Nesse caso, considera-se que a COOPEC, enquanto estrutura espacial aspirada por uma demanda social, possui importância regional que infere nas interações do espaço rural. Por sua vez, apesar do surgimento dessa Cooperativa ser ainda produto direto da lógica de expansão (*dispersão espacial*) das instituições financeiras, isso não significa que ela centralizou, por exemplo, as atividades rurais produtivas (*concentração espacial*). No entanto, sua presença tem complementado a reprodução de pequenos produtores familiares locais. Sendo assim, tal movimento apresenta, em grande medida, uma combinação dialética em virtude da relação de existência de espaços

relativamente benéficos para estes grupos sociais (considerando a realidade dos demais territórios rurais de Sergipe) e, ao mesmo tempo, desprovido de inúmeras necessidades básicas que garanta essa reprodução.

Ademais, Fábio Luiz Búrigo (2006), de ampla colaboração a esta pesquisa, destaca (a partir de conceitos sociológicos) um detalhado estudo sobre o *movimento crescente das microfinanças no Brasil*. Para isso, baseia-se nas análises de sete experiências cooperativas que integram a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol) e busca elucidar como essas redes cooperativas se organizam, bem como os mecanismos de controle social, a capacidade de inovação e o estabelecimento de sinergias com o poder público. Para além disso, o autor ainda descreve qual o alcance social das aplicações financeiras advindas dos programas governamentais, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Além dele, Mônica Schröder (2005) possui presença marcante aqui, especialmente do ponto de vista da investigação histórica-conceitual das Cooperativas de Crédito. Desse modo, tal tese orienta textualmente este trabalho em função de validar os principais efeitos do sistema cooperativo na vida dos agricultores familiares da região sul do país. Para isso, sua base empírica-reflexiva é o sistema CRESOL, um dos grupos financeiros pioneiros a integrarem os princípios solidários no seu modelo de organização. Assim, sob uma perspectiva realística e a partir de uma abordagem institucional, a autora delineia seu pensamento de modo a entender os efeitos das cooperativas de crédito no contexto local, levando em consideração as demandas preeminentes desses espaços.

Já Francisco Motta (2014), de grande relevância, analisa a contribuição do crédito cooperativo para a eficiência econômica do sistema financeiro brasileiro e descreve ainda a relação da eficiência do mercado com os excedentes do consumidor e do produtor. Esse ponto será casado, posteriormente, com a teoria keynesiana. Enquanto que Cleisla Caroline Freitas *et al* (2017) enfatiza a ação da ASCOOB e suas implicações socioespaciais no estado da Bahia. Vale dizer que a importância desse último trabalho foi substancial, pois através dele foi possível construir, mesmo que parcialmente, um detalhamento analítico sobre a atual situação do sistema de

cooperativismo de crédito solidário baiano, do qual tem influência significativa para o estado de Sergipe.

Por sua vez, no que se refere ao estado da arte – ferramenta analítica que consolida os trabalhos defendidos neste Programa de Pós-Graduação –, foi possível realizar um detalhamento textual e também empírico sobre a temática em tela. Todavia, vale ressaltar que no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) existem poucos estudos que tratam do referido tema em particular. Apesar disso, foi enfatizado aqui um apanhado geral das pesquisas (teses e dissertações) deste e de outros cursos, que compuseram as demais seções do texto, inclusive as que tratam do caso sergipano (quadro 01).

Quadro 01: Sintetização do Estado da Arte

AUTOR/ÁREA/ANO DE PUBLICAÇÃO	**TÍTULO DAS PESQUISAS**	**BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS TRABALHOS**
Débora Catherine Santos de Oliveira/Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS)/2013	Produtores rurais do alto sertão sergipano: financiamento e estiagem em foco	Analisa a relação entre o risco climático estiagem e a efetividade das políticas públicas (PRONAF, PROAGRO, etc.) de crédito para o financiamento do custeio agrícola dos produtores rurais no alto sertão sergipano.
*Plínio Elkson dos Santos/Mestrado em Geografia (PPGEO/UFS)	Desafios da gestão social: as experiências no território do sertão ocidental sergipano	Essa pesquisa possibilitou entender o surgimento da ASCOOB-COOPEC através do programa Territórios da Cidadania, desenvolvida no sertão ocidental sergipano.

*Daniela Santos Feitoza/Mestrado em Geografia (PPGEO/UFS)/2020	Economia Solidária e redes de cooperação no espaço rural do município de Salgado/SE	Análise da Economia Solidária baseada na Coopatsul, sendo uma cooperativa de comercialização instalada no município de Salgado/SE, da qual tem relação com a ASCOOB-COOPEC (Poço Verde).

Fonte: PINHEIRO, 2020.
*Trabalhos defendidos no PPGEO/UFS

A estruturação do quadro apresentado anteriormente, foi constituída com base nas defesas de Mestrado e Doutorado realizadas recentemente. Portanto, tratam-se de análises atuais do ponto de vista do objeto de estudo. Ademais, ainda considerou-se os trabalhos que dialogam com a referida pesquisa assim como aqueles que não comungam da mesma visão ou abordagem analítica (quadro 01). Para tanto, a fundamentação adotada foi alicerçada a partir de autores pertencentes a demais áreas do conhecimento, permitindo com isso vislumbrar reflexões diversas do assunto em questão.

METODOLOGIA

O caminho metodológico adotado pelo pesquisador não o mesmo que o Método de Investigação utilizado por ele. É importante esclarecer isso, pois o primeiro está ligado aos procedimentos utilizados para o desenvolvimento do trabalho, enquanto que o segundo refere-se ao posicionamento ideo-político e também filosófico frente ao que se investiga. Nessa perspectiva, Tonet (2013, p. 10) afirma que “a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima com o conjunto do processo histórico e social, permitindo compreender a sua vinculação com determinados interesses sociais”. Portanto, para este autor, a produção do conhecimento deve girar em torno do objeto (abordagem ontológica) e não do sujeito (abordagem gnosiológica).

Sujeito esse que, aliás, (diferentemente da pura objetividade positivista) não é neutro. Isso porque cada pessoa carrega em si e de acordo com sua

experiência individual uma carga ideológica de concepções e conceitos que vão sofrendo mudanças ao longo do tempo. Por isso, em Marx, o método implica uma determinada posição do sujeito para, na sua relação com o objeto, extrair dele as múltiplas determinações (NETTO, 2011, p. 53). Nesse sentido, Mészaros (2005, p. 310) salienta "a importância do radicalismo metodológico e o compromisso ideológico, a partir de uma unidade metodológica (*unidade dialética*), para superar as contradições internas reais das ideologias dominantes".

Posto isso, para o desenvolvimento deste trabalho, o Materialismo Histórico Dialético foi adotado enquanto método de investigação. Pois, considera-se que este responde qualitativamente as proposições em destaque. Tal abordagem ontológica, formulado por Karl Marx e Friedrich Engels (2009), resultou na incorporação da práxis material para alterar o objeto da dialética hegeliana – no lugar da ideia –, o que possibilitou totalizar perspectivas truncadas (GRÜNER, 2007, p. 112). Isto permitiu ainda entender que é a estrutura dinâmica do objeto que comanda os procedimentos do investigador e não o contrário, ou seja, o ideal é apenas uma reprodução da análise do movimento real (NETTO, 2011, p. 52).

Ademais, foi a partir desta linha de investigação dialética do movimento real, que Marx extraiu três categorias nucleares, profundamente trabalhadas ao longo das suas obras, sendo elas: totalidade, contradição e mediação (NETTO, 2011 *apud* LUKÁCS, 1970[3]). Desse modo, o aprofundamento metodológico da teoria social marxista mostrou que suas categorias analíticas foram 'retiradas' do seu objeto de investigação – neste caso o estudo da estrutura e dinâmica da sociedade burguesa – e não o contrário. Sendo assim, é preciso considerar que a abordagem empírica do objeto de estudo investigado não depende da incorporação de conceitos ou teorias pré-definidas, mas sim de uma articulação desses e, acima de tudo, da análise do movimento real dos fenômenos e das contradições existentes. Para, só então, dissertar analítica e criticamente acerca dos processos dispostos naquela realidade.

Nessa perspectiva, a abordagem marxista permite entender que a estrutura dinâmica histórica nutre-se de conflitos entre as forças produtivas

[3] LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

existentes (materiais) e as relações sociais (DEMO, 1985, p. 87). Nesse sentido, a esta pesquisa sua contribuição será primordial em função da possibilidade de se analisar dialeticamente a funcionalidade do capitalismo (precisamente o financeiro) como um sistema dinâmico e não estático, imutável ou harmonioso, conforme assevera os ideólogos neoliberais. Bem como ajudará a entender como, no seio dessas contradições, surgem relações de produção solidárias e menos desiguais que, inclusive, contraria a própria reprodução do capital na medida em que não gera valor e acumulação.

Por sua vez, no que se refere ao caminho metodológico destaca-se que o trabalho empírico de cunho investigativo e analítico foi realizado mediante duas abordagens técnicas-procedimentais (ABDAL *et al*, 2016): a qualitativa e a quantitativa, de maneira integrada conforme assevera Briceño-León (2003, p. 174). Onde a primeira ocorreu[4] por meio da aplicação de entrevistas abertas e semi-estruturadas para os responsáveis da cooperativa. Enquanto que a segunda foi caracterizada pelo uso de questionários com perguntas abertas e fechadas aos pequenos produtores e comerciantes locais, visando mensurar, posteriormente, tais respostas. Vale dizer que o uso desses instrumentos pode ajudar a validar aquilo que já vinha sendo traçado nas hipóteses e nos objetivos ou, em contrapartida, constatar a presença de fenômenos e processos inesperados ao longo do trabalho.

Diante disso, o universo de abrangência do presente trabalho são os pequenos produtores familiares e comerciantes locais do meio rural do município de Poço Verde. Com isso, justifica-se que o público alvo em destaque foi definido em função da limitação institucional que há na categoria ‘agricultura familiar’. Pois, de certa maneira, tal conceito restringe a investigação dos demais grupos sociais, como mulheres, militantes políticos, médios produtos, assentados e outros que podem fazer parte desse processo. Enquanto que a amostra da pesquisa foi delimitada na análise dos cooperados da ASCOOB-COOPEC, como público-alvo de investigação, justamente por serem aqueles que realizam as operações financeiras. Em vista disso, buscou-se entender como esses cooperados se organizam e quais os motivos que os levam a se manterem vinculados a essa instituição social.

[4] Durante os trabalhos de campo (análise empírica).

Destarte, para alcançar os objetivos elencados os seguintes procedimentos metodológicos foram delineados:

a) Pesquisa bibliográfica: levantamento e revisão da literatura – juntamente com pesquisas em *sites* da internet, revistas, jornais, instituições públicas, empresas privadas, entre outros – referente às temáticas: cooperativa de crédito, economia solidária e desenvolvimento regional, com destaque aos seus reflexos para a pequena produção rural;

b) Discussões de textos e reuniões para orientação: debates e reflexões ocorridas tanto no Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural (GEPRU) quanto nas disciplinas do curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) desta universidade, ocorridas simultaneamente com as orientações periódicas, mesmo que de maneira remota, visando esclarecer, tirar dúvidas e direcionar o trabalho;

c) Coleta de dados secundários: extraídos de relatórios, publicações e indicadores divulgados em plataformas digitais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES)[5], Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Organização do Cooperativismo Brasileiro (OCB), entre outras entidades locais e regionais. Destarte, a estruturação desses dados (tabelas, quadros, gráficos, etc.) foram trabalhados nos programas Word e Excel, via *Windows* (2010), já os mapas temáticos tiveram sua elaboração no *software* QGis versão 3.16;

d) Trabalhos de campo: investigação de caráter exploratório, ou seja, aqueles que empregam geralmente procedimentos sistemáticos para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, concomitantemente), bem como analítico (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.188). Nesse caso, ao longo da pesquisa, buscou-se investigar a estrutura e funcionamento espacial da COOPEC, destacando ainda seus reflexos para a pequena produção rural. Isso ocorreu, inclusive, em diálogo com os associados, lideranças do Movimento de Economia Solidária no estado de Sergipe e demais estabelecimentos de produção e comercialização, além de sindicatos e associações dos trabalhadores rurais, entre outros atores sociais.

[5] Com a extinção do Ministério do Trabalho, através da Medida Provisória 810/2019, a antiga SENAES teve suas atribuições enviada ao Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019).

Por sua vez, para a construção do referido texto, inicialmente foi realizado um *campo de reconhecimento*, também conhecido como pré-campo, na Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB-COOPEC, com sede em Sergipe no município de Poço Verde, localizado no sertão ocidental (divisão territorial estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 2003). Nesse sentido, para Suertegaray (2002, p. 03) esse primeiro contato do pesquisador (que também é aqui observador extrínseco) “auxilia na ação de grafar o território”. Portanto, possibilita realizar uma análise grosseiramente panorâmica do cotidiano da cooperativa.

Assim sendo, seguindo à risca todos os protocolos exigidos pelas autoridades de saúde, o ocorrido se deu no dia 26 de fevereiro de 2021, do qual possibilitou tanto a formalização de contatos (telefônicos e por e-mails) para a realização de posteriores trabalhos empíricos, quanto compreender sumariamente um pouco da sua história, dinâmica de organização e sua relação com o município de Poço Verde. Para esse primeiro contato, não utilizou-se roteiro de entrevista, questionário ou qualquer tipo de intervenção deste tipo, mais sim um diálogo aberto, onde o entrevistado ficou à vontade para declarar, a partir da sua experiência na cooperativa, informações acerca desta.

Todavia, realizou-se ainda outros trabalhos técnicos de campo para a mesma instituição social, no dia 05 de maio de 2022. Onde foi possível realizar a aplicação de entrevista semi-aberta junto aos representantes da COOPEC. Além disso, foi possível ainda aplicar questionários para oito cooperados, que residem nas imediações da cooperativa[6]. Eles responderam as indagações feitas com base num questionário fechado, bem como acrescentaram informações acerca da sua vivência na cooperativa. Também ocorreram diálogos informais com demais cooperados e seus familiares. Essa atividade ocorreu no dia 05 de maio de 2022, ainda no município de Poço Verde.

Em função disso, constatou-se que atualmente, a COOPEC é confederada ao sistema CRESOL. Isso significa um fortalecimento de suas relações com as demais cooperativas de crédito, sobretudo da Bahia. Mas, recentemente, assinou um termo de filiação com a Cooperativa de Crédito

[6] O número de entrevistados foi limitado em função dos protocolos de saúde orientados pela OMS para o combate da Pandemia do Covid-19.

Rural do Sertão Alagoano (COCREAL). Ademais, observou-se que a cooperativa vem passando por mudanças de ordem jurídica e também econômica. Por isso, faz-se necessário compreender como essas mudanças vão atingir a vida dos cooperados. Desse modo, tais análises empíricas foram fundamentais para sustentar a discussões proferidas no presente trabalho, portanto, estas foram dispostas aqui em conformidade com o aparato teórico adotado.

e) Forma de apresentação dos resultados: realizada em três momentos graduais e distintos, especificados por Marconi e Lakatos (1985, p. 166), como "seleção, codificação e tabulação". Onde a elaboração de matrizes (tabelas e quadros), diagramas (gráficos) e cartogramas (mapas) foram construídos com base nos dados (primários e secundários) coletados ao longo da pesquisa. Para isso algumas variáveis econômico-financeiras foram levadas em consideração durante toda abordagem, tais como: ativo total, disponibilidade/liquidez, depósitos, empréstimo, capital social, risco de crédito (inadimplência), entre outros. Esses dados e análises serão respaldados na produção e publicação tanto desta pesquisa quanto de artigos científicos, resumos e demais formas de difusão acadêmica;

f) Sistematização e divulgação das informações: organização e análise dos dados obtidos, em conformidade com a base teórica e metodológica adotada, para a construção de posteriores afirmações, conclusões e resultados ao longo da dissertação de Mestrado. Vale dizer que essa perspectiva de análise não é um processo fechado ou acabado, isso significa que a abordagem descrita aqui pode sofrer alterações na medida em que alcançarem outros espaços de discussão, seja por incorporar novas análises ou até mesmo refutar aquilo que já vinham sendo trabalhado.

CAPÍTULO I – COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE NAS RELAÇÕES FINANCEIRAS INFORMAIS: LIMITES E DIFERENTES PERSPECTIVAS

O Cooperativismo de Crédito, assim como a Economia Solidária, embora sejam de grande relevância para as microfinanças, são movimentos recentes na história brasileira. Outrossim, sua atuação tem se manifestado, em maior ou menor grau, nas diferentes regiões do país. Dito isso, importa acrescentar que a linha de abordagem seguida nesse texto busca entender as relações e os contrastes das cooperativas de crédito e dos bancos comerciais com o sistema financeiro nacional, evidenciando um estudo analítico-crítico para entender as diferenças e as semelhanças presentes nessas instituições.

No entanto, tal pesquisa não se limitou tão somente a este horizonte de investigação. Por isso, será apresentado aqui o resultado articulado, em termos gerais, de uma análise teórica e também empírica. Desse modo, na presente seção, salienta-se um perfil ecumênico que caracteriza as relações cooperativas e sua particularidade no Brasil. Essas foram amplamente contextualizadas a partir de um referencial que faz parte do repertório conceitual da Geografia, assim como da Economia e de demais áreas do conhecimento. Portanto, este fragmento inicial de texto será fundamental e decisivo para orientar a sucessão analítica do presente objeto de estudo.

1.1 – Racionalidade financeira e o surgimento do cooperativismo de crédito

O caráter racional da acumulação contemporânea sustenta-se sob uma lógica em que a riqueza fictícia prevalece sob a riqueza real. Isso significa dizer que, durante o processo de acumulação não está havendo necessariamente a permutabilidade das mercadorias pelo dinheiro (vice-versa), mas sim uma ampliação deste último. Essa condição é para Marx (2014, livro II, p. 671) “um elemento de reprodução não efetiva do capital, em virtude da não formalização do processo de troca das mercadorias”. Em suma, o capital fictício se molda pela produção de uma riqueza inexistente e potencialmente valorizável no grande mercado.

Ora, mas se para Marx a efetivação do capital, no ciclo de acumulação, só é materializada no processo de circulação real, então como a renda fictícia estruturou tanto poder? É difícil responder tal proposição, no entanto, é possível pontuar, mesmo que grosseiramente, algumas reflexões. Isso porque, o funcionamento concreto deste processo constitui-se da estruturação de

conglomerados financeiros, na forma de bancos comerciais, de investimentos, seguradoras e associações encarregadas dos empréstimos hipotecários, que impulsionam a securitização dos créditos e a alavancagem das posições financiadas pelos mercados monetários (BELLUZZO, 2016, p. 141).

Por seu turno, o processo recai incansavelmente sobre os trabalhadores (classe subalterna do capital). Pois, na medida em que o capital fictício legitima a expansão de uma lógica anti-produtiva – ou de antivalor, conforme aponta Harvey –, isto é, que não gera riqueza material, por consequência tenciona, entre outras coisas, a redução dos postos de trabalhos. Logo, não se trata de ser o dinheiro a medida de valor das mercadorias, mas sim as próprias mercadorias, como valores objetivados pelo trabalho humano, serem, por si mesmas, comensuráveis entre si para converter-se em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro (MARX, 2013, livro I, p. 158).

Portanto, se a forma-dinheiro é categoricamente valorizada em detrimento da produção real de mercadorias, evidentemente que os problemas sociais serão cada vez mais insustentáveis. Acontece que, paradoxalmente, o capital também depende da produção e da circulação das mercadorias para garantir sua acumulação. Tal fato demonstra ser um obstáculo a ser superado pelo próprio capital. No entanto, como disse Harvey (2018, p. 52), em sua reflexão sobre a servidão por dívidas, “a saída tem sido exportar o problema para o cotidiano social, na medida em que se coordena práticas de financiamentos (imóveis, automóveis, etc.) em massa, por exemplo”.

O elemento contraditório aqui, por sua vez, é que: se o sistema financeiro depende da acumulação futura, parece ser impossível que essas dívidas sejam apropriadamente liquidadas uma vez que tais pessoas já se encontram dependentes de uma renda exaustivamente insuficiente. Somado a isso, a produção das riquezas sociais tem-se acrescido ainda, de uma forma ou de outra, as tão complexas atividades financeiras (como os fundos de pensão, por exemplo). Por intermédio, em especial, das mudanças com a riqueza líquida do capital público, isto é, a diferença entre o valor de mercado do que se detém (os ativos) e do que se deve (os passivos, ou as dívidas) (PIKETTY, 2013, p. 153).

Trata-se daquilo que Bresser-Pereira (2010, p. 55) nomeia de “novo regime de acumulação, encabeçado pela associação da riqueza fictícia com o

processo de financeirização, resultando no aumento artificial do preço dos ativos como consequência do aumento da alavancagem (transações especulativas)". Importa dizer, com isso, que a estrutura e o funcionamento do capital fictício, agora financeirizado, foi se moldando e criando novas dimensões que se figuram de maneira diferenciada em cada tempo e espaço. Mas que, em todos os casos, os fins sempre eram os mesmos.

Por sua vez, em meio a essas insustentáveis contradições, práticas alternativas têm ganhado evidência. Embora incapazes de superar os problemas destacados aqui. Isso porque o sistema financeiro encorpou processos mais complexos, cujas dimensões agregam poderes políticos e econômicos. Por outro lado, é necessário pensar dialeticamente sobre tais formas produtivas-sociais. Este ponto se refere explicitamente as cooperativas de crédito. Sendo estas, instituições financeiras de caráter social, que lidam com a concessão fictícia de capitais a pessoas de menor renda, fomentando ainda formas de organização conjunta. Nesse aspecto:

> Elas prestam basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos: financiam a produção e os investimentos, cobra contas, fornece talão de cheques e opções de aplicações para seus associados. Por outro lado, é diferente de um banco, pois seus proprietários são os seus clientes, não precisando ter lucro para funcionar, bastando ser remunerado o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de pequenas taxas, assim quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas (NEAD/MDA, 2001, p. 23).

Seu surgimento data do final da primeira Revolução Industrial na Europa, originalmente em solo britânico. Durante um contexto de grandes mudanças sociais e históricas. Ali, a luta pela implantação do regime capitalista de livre concorrência gerava contradições explosivas entre capital e trabalho, interesses individuais e coletivos e produção e consumo (BÚRIGO, 2006, p. 47). Por isso, importava conceber organizações produtivas que pudesse subsidiar a reprodução dessas pessoas em tal ocasião.

Destaca-se, aqui, que a prévia experiência foi formalmente marcada pela Sociedade de Rochdale de Manchester, onde além de abastecer seus membros de alimentos puros e outros bens de consumo, aceitava depósitos a uma taxa fixa de juros, apesar de não oferecer outros serviços

complementares, como empréstimos (SINGER, 2002, p. 59). Essa foi a primeira experiência europeia de protótipos cooperativos para a população de menor renda.

No plano teórico-conceitual, o socialista utópico Robert Owen, foi o primeiro a utilizar o termo *cooperativa*, em função de suas experiências com a *New Lanark*, uma indústria do interior da Escócia que chegou a contar com mais de 2.500 trabalhadores (BÚRIGO, 2006, p. 49). Embora houvesse a tentativa de se construir uma linha teórica, especialmente a partir da Escola de Nimes – coordenada por Charles Gide (1847-1932) –, o desfecho se deu ao longo do século XX, quando as teorias cooperativas se converteram a um papel mais pragmático e inseridas na ordem capitalista vigente (BÚRIGO, 2006, p. 54).

Nesse interim, Chaynov (2017, p. 50) sustenta que “ao invés de uma teoria cooperativa abrangente, tudo o que temos no momento é uma ideologia cooperativa”. Por isso, caberia um grande esforço reflexivo para compreender as bases conceituais de tal modelo de organização, bem como suas particularidades em cada realidade social, além de seus contrastes e limitações. Assim sendo, faz-se necessário dizer ainda que a categoria crédito não pode ser tratada tão somente como uma mazela do capitalismo a ser superada, pois independente do modo de produção, as atividades creditícias continuarão ocorrendo em menor ou maior grau.

Contudo é significativo considerar que o crédito, em função das práticas financeirizadas, tornou-se complexo e ainda mais contraditório. Ao passo que alimenta a acumulação adicional do grande capital. Enquanto que o crédito concedido com a finalidade de subsidiar a produção rural possui outra característica, menos insensata. Isto é, o capital emprestado para a produção (D) – no momento em que existe em forma de dinheiro – adquire um determinado valor monetário e segue assim quando é convertido nos meios iniciais de produção e em matérias-primas, uma vez que nesse estágio, todos os meios de produção adquiridos são iguais em valor ao valor do dinheiro gasto com sua compra (CHAYANOV, 2017, p. 100).

Por assim dizer, percebe-se uma racionalidade sensivelmente distinta daquela descrita ao longo do texto. Essa comparação pode parecer, a princípio, uma interpretação tumultuosa em virtude do grau de acepção que as

rodeiam. Mas, ainda assim, ela é fundamental. Visto que o sistema convencional de crédito vem construído, sobretudo, fisionomias de pura dependência financeira com uma capacidade de perpetuação econômica sem necessariamente produzir e suprir a riqueza material. Ao passo que o crédito cooperativo, claramente reduz-se a intenção de subsidiar o capital-mercadoria.

A disposição dessas questões torna-se ainda mais relevante conforme se acrescenta o fato de que o sistema financeiro depende da reposição do valor adicional futuro. Contudo, conforme já salientado, o capital fictício mundializado parece não está preocupado com isso. Todavia, o formato de crédito cooperativo responde qualitativamente a esse obstáculo. Logo, Chayanov (2017, p. 105) destaca que, “depois de cumprir o *propósito produtivo* de prosperar o sustento da mão-de-obra familiar, esse aumento da renda não só financia a renovação de parte do capital recém criado, como também recupera o desembolso original”. Para tanto, faz-se necessário compreender como essas relações e processos ocorrem.

1.2 - Eficiência marginal do capital nas relações cooperativas

Os juros é uma taxa ou custo de valor adicional que mobiliza a acumulação futura. Sua volatilidade tensiona tanto a poupança quanto os lucros e os investimentos. Por sua vez, a compreensão conceitual deste assunto divide opiniões. Na Economia, por exemplo, as compreensões são inúmeras, mas duas abordagens possuem grande evidência. São elas: a visão clássica e a visão keynesiana dos juros.

No que se refere a primeira, a taxa de juros não passa de um mero custo de investimento que se paga para adquirir o empréstimo, ou melhor, um ‘aditivo’ a ser compensado pelo consumo. Portanto, para Herscovic (2006, p.112), “a taxa de juros, determinada pela Teoria dos Fundos de Empréstimos (TFE), é igual à taxa de lucro e à produtividade marginal do capital”. Nesse sentido, a visão ortodoxa prevê que a flexibilidade na taxa de juros garantirá que a parcela da renda não consumida será prontamente investida.

Nesse aspecto, tal perspectiva utilitarista não apresenta as contradições que as cercam. Para eles, aparentemente a economia é uma ferramenta que somente precisa ser ajustada. Ou melhor, é como se a escassez de um fosse naturalmente suprida, de maneira imediata, pela demanda do outro. Desse

modo, em validação com a Lei de Say, o equilíbrio no mercado do trabalho e no mercado dos bens e serviços é independente do equilíbrio realizado no mercado dos fundos de empréstimos e no mercado da moeda (HERSCOVIC, 2006, p. 119).

Posto isso, como não há obstáculos do lado da demanda, reduzir momentaneamente e tão somente os juros é a única medida cabível para proferir o consumo. Ademais, para eles, quanto maior a taxa de juros, maior a poupança e menor será o consumo agregado. Portanto, será a pressão desses poupadores – em igualar a poupança ao investimento – e não do Estado, que fará o mercado ceder as suas expectativas e atender ambos os lados (poupadores e investidores).

Para Keynes (1988, p. 107), em contrapartida, muitas dessas análises não estão incorretas, mas sim incompletas ou "pouco validadas no mundo real, por isso, conduz a uma grande dose de idealismo". Assim, as considerações keynesianas, acerca da taxa de juros, estão prioristicamente preocupadas com elementos articulados para além do capital futuro a ser revertido. Consequentemente, no lugar de *utilidade*, o capital é considerado a partir de sua *eficiência* real. Logo:

> A relação entre a renda esperada de um bem de capital e o seu preço de oferta ou de custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e o seu custo de produção, dá-nos a *eficiência marginal do capital*. Mais precisamente, defino a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta (KEYNES, 1988, p. 101).

Nesse aspecto, para a teoria em destaque, a relativa expectativa de rendimentos decorre da taxa de lucro a ser auferida, bem como do preço de oferta do ativo de capital, ou seja, do fomento a fabricação e o consumo futuro desse capital. E aqui, duas situações são potencialmente importantes para a elevação da curva de eficiência marginal do capital: o investimento público e a baixa no valor da moeda (câmbio depreciado) (KEYNES, 1988, p. 104). Pois, ambas são práticas de estímulo a demanda efetiva, na medida em que aumentam a geração de empregos e de renda, bem como fomentam o consumo agregado (*propensão marginal a investir e a consumir*).

A esse respeito, Keynes (1988, p. 101) é taxativo, pois a efetividade da eficiência marginal “depende da taxa de retorno que se espera para obter o dinheiro investido num bem recentemente produzido e não do resultado histórico obtido por um investimento em relação ao seu custo original”. Isso porque, sabe-se que o tomador de crédito só realizará tal operação se, em seu horizonte de investimentos, essa possibilidade lhe conferir certezas de que seus ganhos adicionais serão garantidos. Logo, não será o consumo que induzirá a queda dos juros, mas sim o contrário, acrescido de mudanças nos demais preços.

Por sua vez, de uma forma ou de outra, essas estão alinhadas a *taxa de remuneração do capital*, ou seja, a mensuração daquilo que ele rendeu ao longo de um ano, qualquer que seja a forma jurídica da receita (lucros, aluguéis, dividendos, juros, royalties, ganhos de capital etc.), e do que se expressa como uma porcentagem de capital investido (PIKETTY, 2013, p. 37). É claro que o contraste da presente taxa, por intermédio da eficiência marginal do capital, se dará em maior ou menor grau de acordo com o tipo de investimento a ser realizado. Para Piketty, (2013, p. 62) “em imóveis, por exemplo, tais rendimentos não ultrapassam os 4% ao ano, enquanto que nas ações, essas podem facilmente superar os 7%”.

Dessa maneira, é óbvio que os rendimentos que mais interessam aos capitalistas contemporâneos são aqueles realizados no mercado financeiro. Nessas condições, cabe ao Estado a garantia de investimentos nos setores econômicos que mais validam a geração de postos de trabalhos (indústria, construção civil, etc.), alinhados a queda nas taxas de juros, dos quais fomentará a participação do capital privado nacional e estrangeiro. Destarte, a abordagem keynesiana permite vislumbrar como a efetivação estratégica de práticas conjuntas podem tornar o capital eficientemente capaz de induzir perspectivas reais de rendimento.

Contudo, tal linha de abordagem possibilita ainda enxergar como as relações cooperativas de crédito podem evidenciar tais condições. Em suma, as instituições financeiras convencionais seguem cartilhas periódicas de preços a partir de cotações indicadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) – entidade pública que regula a política monetária. Estas geralmente se equiparam a chamada taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), que

profere operações financeiras para garantir a permanente circulação de capitais no país.

Por seu turno, no caso das cooperativas de crédito, embora compelidas ao BCB, estas acompanham uma lógica de preços comparativamente menores para estabelecer as taxas adicionais de capital nas operações financeiras (tabela 01). Verifica-se com isso que as taxas de juros cobradas por cooperativas em operações de crédito pessoal sem consignação são, em média, significativamente menores que as postuladas pelas instituições bancárias, sendo 30,3% a.a. e 61,0% a.a., respectivamente (ANNIBAL e KOYAMA, 2011, p. 20).

É que diferente da Taxa SELIC, as cooperativas trabalham com *taxas sociais*, consideradas por Singer (2002, p. 67) como uma "garantia solidária mediante a *responsabilidade ilimitada*". As taxas sociais preços médios relativamente adequados para aqueles que desejam se vincular a economia social, por meio de cooperativas por exemplo. Para este pensador, isso só é possível porque a probabilidade de risco é menor numa instituição organizada coletivamente.

Tabela 01: Comparativo da taxa média de juros dos bancos e das taxas sociais dos sistemas cooperativos SICREDI e SICOOB (valores em porcentagem).

Modalidade	Bancos	SICREDI	SICOOB
Crédito Especial	6,08	3,41	1,71
Cheque Especial	12,40	7,61	6,52
Cartão de Crédito Rotativo	12,67	11,0	8,40
Cartão de Crédito Parcelado	8,92	6,30	5,20
Crédito Consignado	1,57	1,62	1,43

Fonte: LEWGOY/Valor Investe, 2020.

Essa condição se deve, para Annibal e Koyama (2011, p. 20), a inúmeros fatores, como "gestão exercida pelos cooperados, fins não lucrativos, tratamento tributário diferenciado, isenção de depósitos compulsórios, captação de recursos com menor custo". Desse modo, as cooperativas de crédito não só conseguem assegurar a redução desses juros como também rateiam os lucros com os seus cooperados, ou seja, permite que entre os envolvidos não haja assimetrias tão evidentes como nas relações bancárias. Por outro lado, o grau

de riscos são significamente menores, pois não seguem os padrões monetários convencionais.

Pois, em virtude do seu caráter social e diferentemente dos bancos comerciais, não basta tão somente conceder o crédito como também acompanhar todo o processo de aplicação desse capital. Para isso, alinhado com os juros baixos, existe um protocolo muito comum dentro dessas instituições para instruir e orientar (mediante cursos, palestras, etc.) seus cooperados sobre como e onde esse investimento deve ser feito – geralmente na produção de mercadorias. Isso reflete diretamente no tipo de operação a ser realizada e na redução dos potenciais riscos. A preocupação, nesse sentido, redimensiona todo o processo, pois a possibilidade de rendimentos está sempre em alta, bem como o valor desses ativos, embora, mais recentemente este último tenha sido afetado pela alta da inflação.

De qualquer maneira, vê-se que a relação cooperativa-cooperado precisa ser eficientemente capaz de garantir que ambos não saiam vulneráveis desse processo, já que a renda é sempre rateada para todos. Assim, o investimento na riqueza real, especialmente advindos dos pequenos produtores, favorece a circulação de capitais e mercadorias num nível que, apesar de não interessar ao grande capital – que opta pelos complexos negócios rentistas –, possui um aspecto sutilmente eficaz para a eficiência marginal do capital.

1.3 - Laços de Reciprocidade que compõem o acesso as finanças solidárias

Numa sociedade extremamente desigual como a capitalista, ao longo da história, estruturou-se organicamente poderosas instituições que atendem e sustentem o grande capital. Os bancos comerciais, sobretudo, os privados, acompanham dialeticamente esse movimento. No entanto, não se trata aqui de apontar uma separação visível, onde pobres nem sequer poderiam adentrar uma agência bancária. O que interessa é esclarecer como um público tão seleto, que é a classe dominante, conquistou um espaço sublime em relação aos demais. Enquanto isso, os pobres (que são a maioria social) quando tem acesso a essas instituições, recebem um tratamento infinitamente inferiorizado.

A esse respeito, importa dizer ainda que os ambientes bancários, enquanto espaços de profunda impessoalidade, mantêm uma relação distante desses grupos e com profundo desprezo limitam a disponibilidade de serviços em favor do nível de renda de cada pessoa. A distância entre o sistema bancário formal e a grande massa da população seria então explicada pela falta de demanda de serviços financeiros por parte daqueles que mal conseguem preencher as necessidades básicas de sua sobrevivência (ABRAMOVAY, 2004, p. 01).

Desse modo, por mais que o capital financerizado venha construindo paulatinamente uma mentalidade de consumo, que resulta no processo de endividamento em massa, conforme destacado anteriormente, o tratamento entre as classes sociais pelos sistemas bancários, não é o mesmo. Onde os critérios que delimitam o atendimento e, por vezes, a acessibilidade a estes serviços, se dá em função da renda de cada "cliente". O que é diferente das cooperativas, que não reconhecem esse termo, mas sim os "cooperados". Via de regra, isso também vale para agências bancárias locais, pois:

> As decisões do quanto e como emprestar percorrem caminhos pouco flexíveis até chegar à agência local em função da rigidez institucional que caracteriza a estrutura de gestão de uma instituição bancária — uma estrutura vertical e centralizada. Por isso, embora inserida em realidades e demandas financeiras diversas, a agência bancária local tem limites rígidos para se adequar a tal diversidade, pois os parâmetros operacionais que norteiam seu funcionamento foram definidos em esfera superior. A atuação dos gerentes das agências é determinada por indicadores de avaliação de inadimplência e rentabilidade e têm margem restrita para decidirem sobre a liberação dos financiamentos (SCHRÖDER, 2005, p. 54).

No Brasil, isso é bem evidente, especialmente se observamos os quatro maiores bancos privados do país. Esses têm a função de financiar a grande produção capitalista (agronegócio, indústrias de grande porte, demais aplicações financeiras, etc.) e não estão nenhum pouco preocupados com a prestação de serviços para os demais. Para Schröder (2005, p. 54), "visando manter uma rentabilidade de curto prazo, a maximização dos ganhos e a aversão aos riscos são componentes importantes nas decisões do público atendido". Os bancos públicos, por outro lado, atenuam em parte essa condição, pois são incumbidos de gerenciar as responsabilidades financeiras entre o Estado e a sociedade (serviços previdenciários, trabalhistas, políticas

de transferência de renda, de subsídio a produção, entre outros). Mas isso não significa que sejam completamente diferentes.

Diante disso, é importante enfatizar que, nem mesmo em função dessas circunstâncias, os mais pobres deixam de utilizar os serviços financeiros. Pois, a concessão de crédito, financiamentos, investimentos, etc., para essas pessoas não podem ser vistas tão somente como motor de reprodução do grande capital. Seria inconsequente, e talvez absurdo, argumentar que um pequeno produtor do campo, por exemplo, seria capaz de sustentar um sistema tão poderoso e complexo ou que sua 'ambição' o levaria a acumular capital no mesmo ritmo que um grande latifundiário. É claro que os liberais adoram pensar assim, mas isso não tem fundamentos no mundo real.

A função do crédito para os mais pobres vai muito além disso. O caso mais fidedigno dessa explicação está nas famílias rurais que adquirem tais proventos (seja das cooperativas ou de políticas públicas) para inserirem uma parte na produção dos seus respectivos estabelecimentos. Este ponto é fundamental porque mais uma vez descontrói as teses liberais acerca dos mais pobres, quando creem que o investimento a estes grupos é irrelevante, já que eles não possuem estrutura suficiente para proferir rendimentos. No entanto, sabe-se que não é o tamanho da propriedade que determina o desempenho produtivo de um estabelecimento, mas sim a incorporação de instrumentos financeiros e técnico-materiais (*ótimos diferenciais*) (CHAYANOV, 2017, p.69)

Nessa perspectiva, Abramovay (2004, p. 01) salienta que "as *finanças informais* são a própria rede de relações sociais de que dependem os indivíduos e as famílias". É claro que esse processo não é desprovido de contradições, todavia é válido dizer que as microfinanças tem sido um importante meio de reprodução dos mais pobres, principalmente no mundo rural. Mas, acima de tudo, em função do custeio complacente a realidade dessas pessoas. Isso porque, como já foi dito, não serão os bancos comerciais os intermediadores desses processos. Tanto por não ser interessante para eles, como já fora dito, quanto para as famílias pobres, por trata-se de um financiamento oneroso demais. Assim, o rendimento médio não pode ser comprometido com as estratosféricas condições que o sistema financeiro convencional exige.

Em vez disso, os pequenos produtores, em sua maioria rurais, optam por buscarem instituições muito mais condizentes com suas condições reais de vida. Isso tem sido significativo na medida em que se formalizam relações mais estáveis, duradouras e horizontalizadas entre os envolvidos. É fato que o protagonismo das *finanças informais* ainda está longe de atender ou suprir todas as demandas existentes entre os pequenos produtores. No entanto, não se pode menosprezar práticas que estão no seio de uma necessidade humana e que, ao mesmo tempo, disputa um espaço historicamente dominado pelas instituições financeiras convencionais. Com base nisso, Abramovay (2004, p. 12) destaca cinco elementos propositivos que envolvem a qualidade das chamadas *finanças de proximidade* e sistematiza da seguinte forma:

a) Existe uma ampla variedade de serviços financeiros utilizados pelas famílias em todo o país;
b) Nas regiões mais pobres, os serviços financeiros são oferecidos, com muita frequência no âmbito do que a microeconomia chama de mercados imperfeitos e incompletos;
c) Mesmo em situação de muita pobreza, as famílias esforçam-se para fazer poupança e seguro;
d) O crédito, a poupança e o seguro são serviços financeiros que atendem, simultaneamente, às necessidades das famílias e de seus empreendimentos econômicos;
e) A pluriatividade é a característica mais importante da formação da renda das famílias que constituem o público potencial das cooperativas.

A proeminência desses pontos, no texto do respectivo autor, foi costurada a partir de estudos desse mesmo seguimento. Para ele, foi necessário caracterizar os aspectos que marcam as finanças de proximidades. Justificando que em meio as condições de pobreza e necessidades, ainda assim, as famílias pobres sabem poupar dinheiro de uma forma ou de outra. Além disso, são infinitamente mais responsáveis com seus compromissos financeiros do que a classe média urbana, por exemplo, que possui uma vasta dependência dos cartões de crédito e dos financiamentos diversos. Ainda assim, é necessário abrir um parêntese nessa discussão, pois o fato de apontar

que os mais pobres lidam melhor com a disponibilidade de crédito e as dívidas, não significa afirmar que via de regra todos seguem esse mesmo ritmo.

Até porque em virtude do aumento paulatino dos preços (inflação) e a queda de empregos no atual momento, as famílias mais pobres nem sequer conseguem adquirir o suficiente para sua reprodução com qualidade. Por outro, isso abre caminho para que outros grupos (também pouco preocupados com as condições dos mais pobres) ganhem evidência. O que os coloca periodicamente à mercê dos agiotas, que aproveitam o ensejo para transformar uma emergência num laço perpétuo de dependência e exploração, mediante dívidas que nunca se resgatam e sempre se expandem por efeito dos juros não pagos (SINGER, 2002, p. 60). Claro que essa realidade tem sido cada vez mais comum nos centros urbanos e nas cidades, porém, de modo geral, o que está sendo apontado aqui é o caráter social das finanças de proximidade, como em instituições financeiras não sujeitas a falência, a exemplo das cooperativas de crédito.

Por seu turno, elas se organizam a partir de interesses e aspectos das vidas de grupos ou classes que já existiam antes de elas surgirem (CHAYANOV, 2017, p. 56). Portanto, com base numa necessidade real, pequenos produtores, comerciantes, microempresários, etc., se organizam socialmente para formalizarem as estruturas cooperativas. Essas estruturas de socialização do crédito têm grande valia para as demandas locais e podem ser determinantes para melhorar o desempenho da produção rural, mas elas não validam a mola mestre do capital financeiro. Isso é demonstrado por Chayanov (2017, p. 122) quando salienta a natureza desse capital, que “advindo da própria população rural, resulta num caráter de domínio público”.

Desse modo, originalmente, a cooperativa de crédito não é um *intermediário financeiro*, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo. Ao reunir suas pequenas poupanças e colocá-las à disposição dos membros, a cooperativa pode atender às necessidades deles desde que a maioria esteja em condições de poupar e só uma minoria necessite, devido a circunstâncias excepcionais, recorrer à poupança alheia (SINGER, 2002, p. 67).

Estas não visam o lucro, ao contrário dos bancos, como também não possuem uma relação verticalizadas entre seus cooperados (quadro 02). Nesse sentido, cada cooperativa pode atuar por meio de filiação a bancos cooperativos centrais (a exemplo do Bancoob, Sicred, etc.) e/ou por meio de intermediação independente. Sendo que as captações de seus recursos (depósitos – a vista e a prazo –, capitalização, convênios e repasses interfinanceiros) podem advir tanto de seus associados quanto de órgãos governamentais, por meio de políticas públicos (como o PRONAF). No caso da intermediação independente, o capital social advém das cotas-parte dos cooperados, que se organizam através de ajuda mútua para que os problemas comuns possam ser solucionados com esforços coletivos.

Quadro 02: Características e diferenças gerais entre os bancos e as cooperativas de crédito.

Atividade	**Instituições Financeiras Convencionais**	**Cooperativas de crédito**
Direção	Banqueiro individual	Associados
Captação e rendas	Grandes cidades	Aplica localmente
Programas oficiais	Participa (alguns)	Participa do crédito rural
Crédito	Prioriza grandes projetos capitalistas	Conforme a necessidade de seus sócios
Taxa de juros	Mercado (maior que a taxa SELIC)	Taxas 'sociais'
Excedente	Lucros	Sobras (compartilhadas)
Custo operacional	Maior	Menor
Serviços	Elevadas taxas de juros	Taxas menores de juros
Atendimento	Impessoal (conforme a renda)	Personalizado

Fonte: NEAD/MDA[7], 2001.

Conforme o que se apresenta no quadro 02, a estrutura organizacional baseia-se na representação dividida dos membros, onde a assembleia geral é a instância mais importante que orienta o Estatuto, enquanto que o conselho

[7] Adaptado por BITTENCOURT, Gilson A. **Cooperativas de Crédito**. CONTAG/CUT. Séries experiências 09. São Paulo, 1999.

fiscal supervisiona a administração e as operações da cooperativa e o conselho de administração e/ou diretoria é formado pelos cooperados que adquirem mandatos conforme eleições periódicas (CONTAG, 2008, p. 12). Para tanto, esse formato de organização coletiva foi o ponto nodal de integração aos princípios da Economia Solidária: democracia interna, autonomia e solidariedade.

O resultado dessa integração trouxe maior qualidade aos trabalhos entre os cooperados e foi elementar para o surgimento das Cooperativas de Crédito Solidário. Estas são objeto desse estudo, porém possuem pouca evidência se considerarmos as demais cooperativas de crédito e, ainda pior, os bancos comerciais. A característica marcante delas é integrar os princípios solidários da economia as relações cooperativas de crédito, o que foi essencial para fortalecer os processos de sociabilidade entre os cooperados. Esse é um processo que também tem se tornado cada vez mais comum nas demais cooperativas de produção e consumo.

Posto isso, Singer (2002, p. 09) assevera que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”. E ainda acrescenta que, o significado disso é que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. Nesse aspecto, é possível afirmar que as finanças solidárias possem significativa importância para aqueles que desejam poupar, investir e, ao mesmo tempo, colaborar com os demais. A reciprocidade nesse processo é evidentemente o ponto chave das relações.

Outrossim, as finanças solidárias suprimem e dão liga a um processo coletivo que se efetiva no cerne de relações individualizadas (em função da cultura capitalista impregnada também nesses ambientes). Portanto, nada mais altruístico que incorporar dimensões ainda mais coletivas e justas nesse transcurso social. Assim sendo, o cooperativismo de crédito solidário, mais do que uma mera instituição, tornou-se um meio de vida para famílias de menor renda em função da garantia de reprodução social desses grupos.

Por outro lado, ainda que os que os atributos das cooperativas de crédito sejam infinitamente distintos dos sistemas bancários, é imprescindível destacar que o enunciado categórico ‘cooperativa’ precisa ser entendido em razão da

sua dualidade conceitual, assim trabalhada em Chayanov (2017, p. 53) como "*empreendimento cooperativo* e *movimento cooperativo*". Sendo o primeiro referente as entidades econômico-organizacional e o segundo as ideologias que instrumentalizam essas relações. Essa distinção é verazmente necessária do ponto de vista crítico-reflexivo, pois muitas vezes as narrativas que se inserem no debate cooperativo se encerram em torno da perspectiva financeira e não amplia as discussões que podem evidenciar as contradições incutidas nesse processo.

Nessa perspectiva, entender a natureza dessa distinção pode provocar a exposição de antinomias existentes nessas estruturas cooperativas. Muitas vezes atropeladas pelas pesquisas acadêmicas de tal modo que passa-se a enxergar o cooperativismo como um objeto altamente sistematizado, independentemente de qualquer realidade social que vá utiliza-lo. É claro que não é bem assim, pois dialeticamente, Chayanov (2017, p. 123) chama atenção para uma questão essencial e básica acerca do crédito e aponta ser esse "um tipo especial de comércio, no qual a mercadoria é o direito de uso do capital medida pela quantidade de capital e pela duração do período de uso, onde o preço dessa mercadoria é a taxa de juros a ser paga pelo tomador ao mutuante".

Este é um ponto crucial na teoria trabalhada por este autor, pois é necessário pensar as formas de organização entre aqueles que possuem capital ocioso e os que necessitam desse crédito, mas não possui renda suficientemente capaz de custear sua produção. É claro que ambos os grupos irão compor a mesma instituição, porém com interesses distintos. Nesta medida, valer-se-á de uma relação dicotômica por dentro desses empreendimentos cooperativos, que podem resultar inclusive num conflito de classes na medida que os reais interesses individuais sobrepõem todo o resto.

1.4 – As barreiras da economia privada para a reprodução do capital cooperativo

A economia privada trata-se da acumulação do capital na forma individual, onde não há socialização dos ganhos e dos lucros. Portanto, o homem produz e se apropria dos bens sem a intervenção ou a participação do Estado em seu formato público. Presente em todos os setores (primário,

secundário e terciário), a economia privada possui diferentes formas de apropriação desse capital, como o aumento do tempo de trabalho e da produção, incorporação de tecnologias, exploração do trabalhador, entre outros meios. Isso tenderá a aumentar em menor ou maior grau a renda do capitalista.

Logo, na medida em que o capital privado circula pelo território, ele sofre alterações em funções dos aparelhos econômicos que ampliam a sua valorização, conforme observado pela teoria marxista. Consequentemente, esse processo faz ampliar a renda do capitalista individual em detrimento do capital público. Taí a exata diferença entre a economia privada e o capital público. Onde, um é acumulado por um indivíduo e o outro é socializado por meio do Estado em suas diferentes funções. A economia privada, portanto, possui objetivos e diferentes interesses da riqueza pública.

O capital cooperativo, viabilizado por meio da socialização dos investimentos, dos seus custos e também rendimentos, se caracteriza como um capital social ou público. Isto é, ele não é absorvido por apenas um ou poucos agentes sociais, mas sim pelos cooperados (colaboradores e produtores do processo de valoração do capital social). Dessa forma, ver-se as diferenças existentes entre ambos os capitais, mesmo coexistindo no mesmo território. Por isso, a forma e a origem podem provir do mesmo lugar (agências ou instituições financeiras), mas a circulação e a apropriação são diferentes, conforme asseverado anteriormente. Por sua vez, o capital privado e comercial, por um lado:

> Se organiza como um tipo específico de mercado internacional de capital. Crédito Bancário, Crédito industrial e Crédito Agrícola, crédito baseado em letras de câmbio, com o seu sistema especial de avaliação – constituem uma densa rede de relações de crédito que absorve o capital não utilizado e o coloca nas mãos de gestores econômicos que necessitam de fundos. Nesse mercado, o capital é um bem despersonalizado que possui um preço uniforme para todas as operações de crédito similares, na forma de uma taxa de juros sobre empréstimos. Via de regra, devido ao fato de um volume considerável de capital ter sido acumulado, seu preço – isto é, a referida taxa de juros sobre empréstimos – em geral mostra-se baixa: tem variado entre 3 e 7 por cento ao ano (CHAYANOV, 2017, p. 110).

Enquanto que o capital cooperativo:

> Trata-se de uma grande variedade de formas de crédito não organizada no sentido que acabamos de descrever. O pequeno

> produtor agrícola – que trabalha longe dos centros do mercado de crédito e não possui os meios para atender muitas das condições que os centros de crédito normalmente impõem sobre seus clientes – tem quase sempre negada a oportunidade de dispor de crédito organizado barato. Ele atende sua necessidade inerente de fundos junto às fontes locais do capital não utilizado disponível aos seus vizinhos mais prósperos. Os créditos desse tipo não se conectam com o mercado de capital organizado; e não são influenciados pelas condições desse mercado, incluindo suas baixas taxas de juros sobre empréstimos de capital (CHAYANOV, 2017, p. 110).

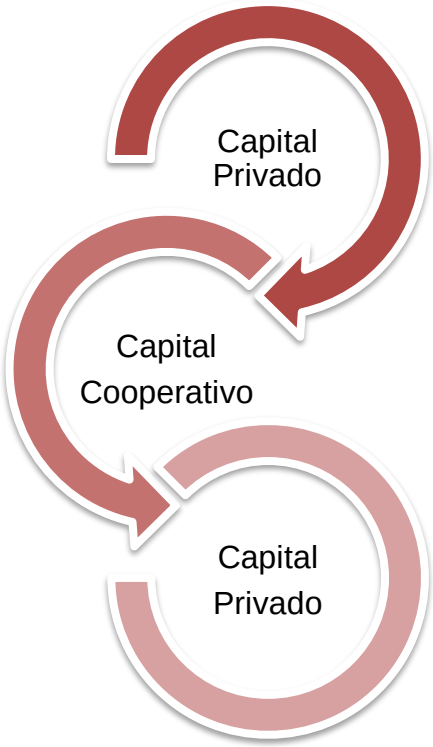
O capital cooperativo é eminentemente social. Pois, ele é produzido por um grupo de pessoas que conjuntamente rateiam o capital e os custos, bem como os rendimentos. Vale dizer que o capital cooperativo circula com certas limitações, pois além do capital privado ser hegemônico ainda atende poucos grupos sociais já que oferta determinados produtos. Dessa forma, as cooperativas de crédito possuem função social na medida em que ofertam crédito para ser utilizado na produção rural ou no comércio urbano (riqueza real). Sendo assim, elas são instrumentos importantes para fortalecer a pequena produção.

No entanto, esse capital social encontra barreiras de circulação frente a economia privada. Primeiramente, porque as instituições cooperativas precisam estar submetidas ao Banco Central, ao qual iguala burocraticamente as instituições, tanto sociais quanto privadas. Além disso, o capital cooperativo precisa encontrar meios de se expandir geograficamente, por isso, geralmente as cooperativas vinculam-se a grupos confederadas que fornecem meios para concretizar essa circulação. Outra barreira é aquela estabelecida pela economia privada que incentiva a reprodução do capital apenas para gerar lucros. Desse modo, as cooperativas tem se convertido a essa lógica privada.

Assim, muitas cooperativas, especialmente as maiores (confederadas) – destaca-se a SICREDI e a SICOOB –, tem expandido suas atividades por todo o território considerando essa lógica privada, onde criam bancos cooperativos com a finalidade de ampliar seus rendimentos. A problemática aqui é que essas instituições estão descaracterizando os princípios originais do cooperativismo (cooperação, solidariedade, etc.). Sendo que o capital cooperativo vem sendo convertido em capital privado porque as formas de adquiri-lo não se dá mais pelo capital social.

Há que se pensar até que ponto esse capital cooperativo conflui e é confundido com a economia privada (fluxograma 01). Por isso, as cooperativas de crédito não podem segui os ideais da economia privada, constituindo instituições bancárias para atender os interesses do grande capital. Elas devem continuar realizando suas atividades financeiras, mas sem esquecer dos seus princípios originários aos quais contemplam as demandas sociais. Considerando que os ganhos serão realizados de maneira conjunta, assim como os custos, visando uma aplicação real desse capital.

Fluxograma 01: Circulação e conversão dos capitais cooperativos.



Org.: PINHEIRO, 2022.

Posto isto, as cooperativas de crédito devem atender, antes de mais nada, aos interesses dos seus cooperados. Apesar disso, a perspectiva da cooperação tem sido deixada de lado. Muitas cooperativas, inclusive, priorizam a questão econômica tão somente, assim como acontece com os bancos comerciais. Por isso, sua espacialização tem crescido exponencialmente. Essas cooperativas possuem filiais tanto no campo quanto nas cidades. No caso das cooperativas de crédito individuais, elas surgem a partir de demandas locais. Depois, podem até se vincular as confederadas, mas ainda assim tem origem local.

Não obstante, deve-se considerar que o capital cooperativo circula de maneira limitada no Brasil. Onde encontra barreiras com a economia privada, que o cerca e impõe seus próprios interesses. Nessa perspectiva, cabe as cooperativas repensar quais são os caminhos traçados para concretizar essa cooperação. Sendo assim, fica evidente como é preciso superar essas barreiras que limitam o capital cooperativo. Isso porque a lógica privada possui suas próprias demandas (aquelas dos ganhos, rendimentos e crescimento dos capitais financeiro), que são aquém da realidade das cooperativas.

1.5- Considerações ao capítulo 1

O referido capítulo teve como discussão central a questão comparativa do cooperativismo de crédito com o sistema financeiro convencional, enfatizando algumas características e aspectos. Sendo assim, destaca-se que o capital financeiro produz riqueza fictícia, enquanto que o capital cooperativo gera riqueza material. Na medida em que financia a pequena produção ou os comércios locais, as cooperativas de crédito intensificam sua função social bem como gera renda real para essas pessoas. Dessa forma, compreende que essas instituições são de grande importância para a economia social.

Nessa perspectiva, foi apontado ainda que as cooperativas de crédito se inserem no circuito da eficiência marginal do capital por não só oferecer taxas sociais e compatíveis com a realidade local da pequena produção, como também por incentivar a produção da riqueza real dessas pessoas. Sendo assim, compreende-se que, diferentemente das instituições convencionais (como os bancos comerciais), as cooperativas de crédito se preocupam tanto com o processo de oferta desse crédito quanto com o processo de aplicação e retorno do capital social.

Outro elemento marcante que diferenciam essas instituições dos bancos comerciais são os princípios sociais que elas carregam. Isto é, realizam processos financeiros consideram as relações de proximidade com os cooperados. As finanças solidárias que as marcam não se encontram, por exemplo, nos ambientes bancários, onde o tratamento é seletivo de acordo com a renda do cliente. Destarte, a capilaridade social excedidas pelas cooperativas de crédito são essências para concretizar as atividades financeiras nestes locais.

Finalmente, considera-se que as cooperativas de crédito atuam nos limites da economia privada, que criam barreiras para a reprodução do capital social. Essas barreiras podem ser exemplificadas a partir dos limites impostos pelo BC, bem como a conversibilidade dos princípios solidários e de cooperação para a lógica privada de acumulação (aumento dos rendimentos). Para tanto, conclui-se então que as cooperativas, enquanto estruturas sociais, apresentam claras distinções com os sistemas comerciais de finanças. Por essa razão, vale entender como elas atuam dentro dos limites estabelecidos por essas instituições financeiras convencionais.

CAPÍTULO II – REGIONALIZAÇÃO E DINÂMICA DO CAPITAL COOPERATIVO NO NORDESTE

Na presente seção desta pesquisa, realiza-se uma análise geográfica para compreender a dimensão socio-estrutural e econômica do cooperativismo com ênfase para a região Nordeste. Sendo assim, será apresentado dialeticamente os motivos pelos quais as cooperativas desta região são pouco organizadas e atuam de maneira limitada, dando espaço para as instituições de origem sulista. Apesar disso, pode-se dizer que no Nordeste as cooperativas independentes ainda são mais atuantes em termos proporcionais, por dependerem da participação do capital social local e de menor renda.

Ademais, no caso de Sergipe, foi avaliado que o cooperativismo também encontra-se em condições organização ainda incipiente. Portanto, suas limitações estão ligadas muito mais a presença marcante das redes cooperativas confederadas que atuam incisivamente nas áreas urbanas. Isto é, são instituições que dependem diretamente dos cooperados de maior renda (médios produtores, comerciantes, etc.). Por sua vez, vale mencionar a presença da COOPEC, ligada ao sistema Cresol, atuando espacialmente na região do Sertão Ocidental de Sergipe. Desse modo, inserida num espaço que estruturalmente não é interessante para as instituições convencionais.

2.1 - Uma leitura geográfica do cooperativismo de crédito no Brasil

As condições que estruturaram o cooperativismo de crédito no Brasil possuem particularidades que ajudam a entender sua organização no tempo presente. Porém, antes de mais nada, é preciso fazer uma ampla leitura geográfica em face das demais áreas do conhecimento. Na perspectiva de integralizar os olhares teóricos-analíticos, tanto da Economia, História, Sociologia e das demais áreas do conhecimento. Desse modo, vale compreender – mesmo que grosseiramente – como se moldaram as relações internacionais e o papel do Brasil, dentro do contexto imperialista atual do capitalismo.

Para Santos (2006, p. 38), isso elucida uma “configuração territorial que não é em si o espaço em sua materialidade, mas sim resultante da existência real das relações sociais que se dinamizam o tempo todo”. Enquanto que a perspectiva leninista – no campo das ideias, baseado no mundo real – possui uma particularidade conceitual nessa direção, da qual realiza uma leitura que melhor reflete sobre o conteúdo desigual da produção do espaço de caráter

“concorrencial”. Processo esse que resulta de uma manobra geográfica para fortalecer não somente as grandes empresas monopolísticas, mas ainda ao capital financeiro.

Esse mecanismo, segundo Lenin (2010, p. 62) carece de um “campo para a sua colocação lucrativa”. Onde os reféns são as economias pobres, que não necessariamente adquirirem condições para superar suas próprias contradições. Isso é elucidativo porque descontrói as narrativas liberais acerca da teoria da dependência, das quais levam a crê que o desenvolvimento e o progresso é um movimento em transição que galga degraus, quando na verdade não passa de um processo de retroalimentação da desigualdade entre as economias.

Complementando essa clássica linha de abordagem, Trotsky traz uma reflexão acerca das mudanças no ritmo de desenvolvimento das economias (feitas de maneira complementares). Desse modo, de acordo com ele o *desenvolvimento desigual e combinado* são condições de “combinação das fases diferenciadas e o amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1978, p. 25). Isso fica mais evidente se considerássemos o caso chinês no tempo atual. A esse respeito, Jabbour (2009, p. 24) salienta que a China conseguiu constituir diversas “formas econômico-sociais que interagem em unidade de contrários, sendo o socialismo a formação hegemônica e superior”.

Em afinidade com as linhas de pensamento destacadas anteriormente, Harvey (2005, p. 58), dentro de uma leitura geográfica, salienta que “o comércio é tratado como condição prévia para a acumulação capitalista, bem como consequência da expansão do mercado”. Dessa maneira, para o presente autor é justamente esse jogo global de interações entre as economias que formaliza tal processo. Trata-se aqui de uma continuidade do pensamento de Marx incorporado ao de Lenin. Ao qual resulta na conclusão de que o capitalismo somente consegue escapar de suas contradições por meio da expansão geográfico, que também é intensificada pelos desejos, necessidades, etc. (HARVEY, 2005, p. 64).

Para tanto, essa perspectiva de análise sobre o imperialismo, possibilita compreender o protagonismo do Brasil na história global. Mas o que exatamente tudo isso tem a ver com as condições que moldam o

cooperativismo no Brasil de hoje? Sobre esse respeito, é preciso acrescentar ainda que: é praticamente impossível descrever as condições que levaram o cooperativismo de crédito a ser o que é hoje no Brasil, sem destacar a sua posição em relação ao resto do mundo; dificilmente qualquer análise, por mais aprofundada que pareça ser, chegará ao entendimento real das relações cooperativas se não considerar os pressupostos da desigualdade que se incutem nesse processo. Contudo, a partir de tais explanações, far-se-á uma análise histórica e geográfica do cooperativismo de crédito solidário no país.

Diante disso, no que se refere as cooperativas de crédito no Brasil, essas não estruturaram bases sólidas que pudessem consolidar-se efetivamente no território. Os primeiros registros formais foram datados com o advento da República, na Lei Magna de 1891. Tanto que, nesse período, o associativismo era tão mal visto pelas autoridades que a proibição das práticas cooperativas era oficial e estava inserida na Constituição Monarquista de 1824 (BÚRIGO, 2006, p. 56). Em profunda afinidade com as teses liberais da época, apesar do grande potencial que o cooperativismo tinha em parte da Europa, o Brasil seguia na tentativa de restringir suas formas de reprodução.

É claro que isso se dava em função do avançado pensamento individualista tão preconizado naquele momento, o que inclusive reflete até os dias atuais. Pois pensar num modelo de organização social que pudesse unir formas de produção a uma linha de raciocínio colaborativo, de certo modo, incomoda os interesses do pensamento capitalista. Todavia, ainda assim, o movimento cooperativo ganhou evidencia no país. Mas essa incorporação não se deu como planejava-se. Para Búrigo (2006, p. 56) a principalmente contradição girava em torno da criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), “fundada em 1969, com o objetivo de ‘pacificar’ e centralizar, numa instância única, as diferentes forças que atuavam junto ao cooperativismo nacional”.

Tal autor enfatiza ser esse o ponto-chave para converter o pensamento cooperativo, sob a clivagem capitalista, num aparato de lucratividade, pois grande parte das ações governamentais a esse respeito integrava-se aos projetos de criação e fortalecimento de complexos agroindustriais, tendo plena consonância com as políticas de modernização (conservadora) do meio rural brasileiro. Nesse entendimento, os recursos disponibilizados para subsidiar as

atividades rurais, buscaram realinhar as demandas de um grande segmento de produtores rurais aos interesses da indústria de insumos e equipamentos agrícolas, onde:

> O volume de recursos para o crédito de investimento — que, até 1976, teve uma participação em torno dos 30% no volume total de crédito rural, e, entre 1977 e 1979, de cerca de 25% — permitiu a ampliação e a consolidação dos mercados consumidores para a indústria a montante da agricultura por meio da capitalização de uma grande parcela de produtores rurais. O crédito de custeio funcionou como um complemento do crédito de investimento, já que possibilitou a manutenção do consumo corrente dos insumos que sustentavam a nova base técnica da agricultura. Sua concessão estava condicionada à utilização de sementes selecionadas, fertilizantes e produtos para a correção da acidez do solo (SCHRÖDER, 2005, p. 19).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que algumas cooperativas se tornavam grandes empresas conformando o setor do "agronegócio", outras tantas – de menor porte – eram incorporadas ou obrigadas a se fundir, seguindo o modelo estratégico que a OCB e o governo estabeleciam para o setor (BÚRIGO, 2006, p. 57). Em virtude disso, as diversas cooperativas (produção, consumo, crédito, etc.) existentes no Brasil, foram sendo concatenadas aos interesses políticos nacionais, ao passo que o cooperativismo foi perdendo suas características originais conforme tornava-se subalterno a legislação vigente.

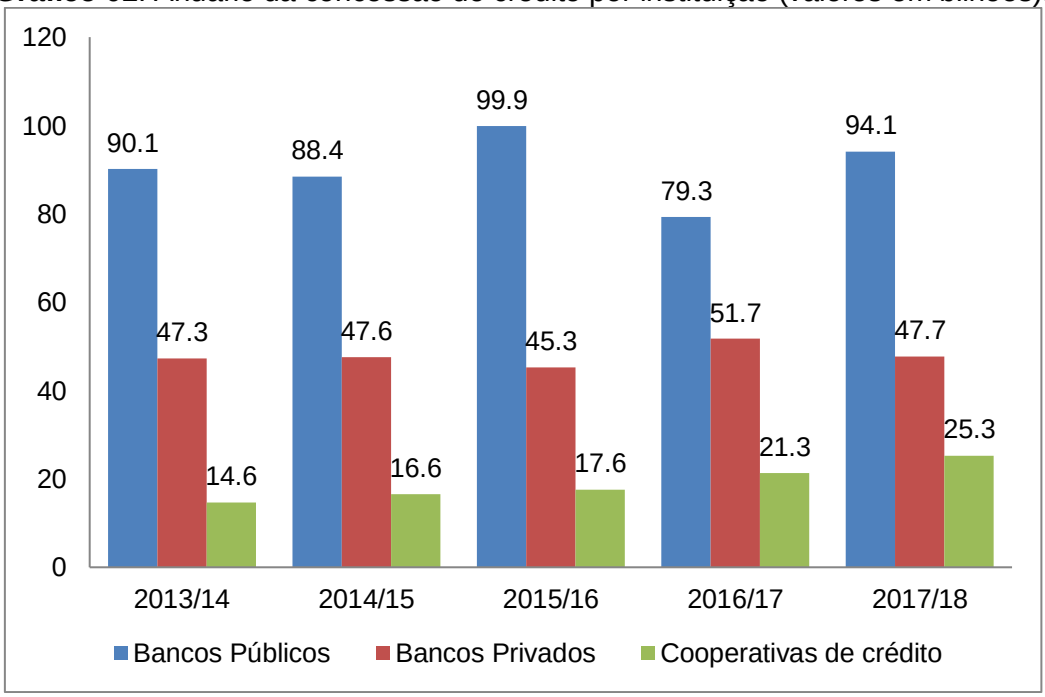
Diante disso, o processo de incorporação destas instituições no Brasil se deve em certa medida a tal condição histórica. Por outro lado, nos últimos anos vêm-se difundindo em diversas regiões do país articulações de cooperativas fora da alçada da OCB, principalmente junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as cooperativas de trabalho e de serviços apoiadas pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) e as cooperativas de produção assessoradas pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros (BÚRIGO, 2006, p. 60).

Estas, de certa medida, vinculam-se muito mais aos princípios originais do cooperativismo e enxergam formas de sociabilidade para além de uma organização utilitariamente individualista. Pois esses grupos e movimentos sociais se manifestam em torno de uma pauta que despreza os interesses do grande capital em suas diferentes dimensões. Tal aproximação amparou

inclusive a integração qualitativa das cooperativas de crédito com as concepções da Economia Solidária. Dessa maneira, embora pouco relevante, fica evidente que trata-se aqui do princípio de renovação das bases originárias do cooperativismo no Brasil. Mas isso precisa ainda ser melhor discutido, pois as estratégias do capital tentam inviabiliza-las o tempo todo.

Por sua vez, em termos atuais, as cooperativas de crédito no cenário brasileiro apresentam uma relação ponderavelmente distinta dos bancos comerciais, por esse motivo, o teor quantitativo delas ainda é pouco significativo. Pois, atualmente cerca de 800 cooperativas de crédito se estruturam em torno de 34 centrais estaduais e 4 confederações, alicerçando basicamente um sistema de 5 grandes redes, dentre elas a SICOOB, SICREDI, UNICRED, AILOS e CRESOL (HECKLER, 2016, p. 01). Portanto, o peso das operações financeiras realizadas pelos bancos convencionais é ainda significativamente maior (gráfico 01).

Gráfico 01: Anuário da concessão do crédito por instituição (valores em bilhões).



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), 2019.

Ao longo dos últimos anos, os bancos públicos e privados ainda detêm grande participação na concessão do crédito rural. Isso se deve porque a maioria dos contratos disponibilizados destina-se para subsidiar o agronegócio, sobretudo o custeio advindo dos bancos privados, enquanto que os bancos públicos são, na maioria das vezes, intermediadores dos programas

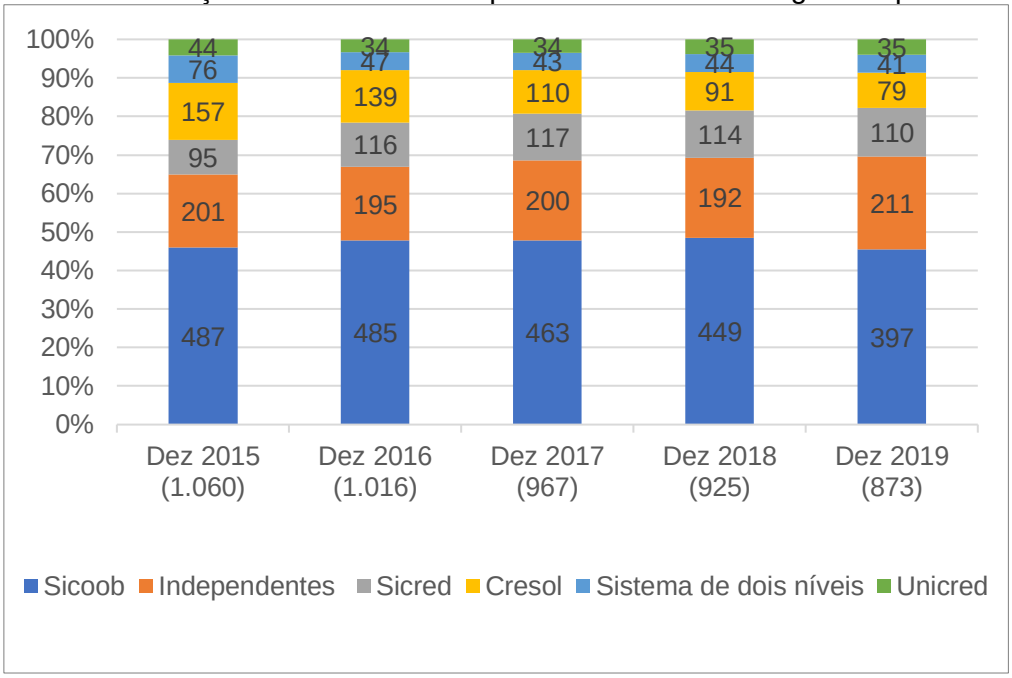
governamentais (gráfico 01). Por outro lado, as cooperativas de crédito têm ganhado relevância significativa e progressiva, tanto que em 2017 o número de cooperados registrados no Brasil foi de 8.941.967, passando para 9.840.977 em 2018, ou seja, um aumento de 10,1% (BCB, 2019, p. 20).

O aumento expressivo nas carteiras de crédito cooperativo representa o interesse pelos investimentos produtivos com possibilidade de retorno convencionalmente maior que aqueles adquiridos nos bancos comerciais. Tanto que, atualmente, as cooperativas brasileiras já respondem por cerca de 54% da produção agrícola e pecuária do país (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2021, p.01). Desse modo, demonstra-se a expressiva participação do capital cooperativo nas atividades produtivas do Brasil, o que intensifica a expansão das cooperativas e o aumento dos cooperados.

Por outro lado, percebe-se ainda que as cooperativas de crédito, apesar de sua importância crescente, nos últimos anos ainda possuem baixa representatividade em termos percentuais de volume de crédito oferecido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Tanto que em 2010, a participação das operações de crédito das cooperativas nos agregados financeiros do segmento bancário era de 2,13%, enquanto que na Alemanha, a participação do cooperativismo de crédito, em maio de 2010, era de 27% dos empréstimos para pequenas e médias empresas e 29% do total dos depósitos (JACQUES e GONÇALVES, 2016, p. 493). E esse percentual vem caindo gradativamente, ao longo dos últimos anos.

De acordo com o Banco Central (BCB), o SICOOB foi o sistema que apresentou a maior redução na quantidade de cooperativas singulares, explicada por desfiliações (32) (gráfico 02). Isso representa uma perda significativa para esta cooperativa. Além disso, outro fenômeno que vem se tornando cada vez mais comum é a tendência a incorporação das singulares pelas redes confederadas. Contudo, os cooperados (médios produtores) preferem desvincular-se das cooperativas singulares, cujo capital social (quotas-partes) é relativamente menor e associarem-se as redes já consolidadas, das quais oferecem mais serviços e melhores condições de divisão dos ganhos e custos.

Gráfico 02: Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema



Fonte: BCB/Unicad, 2019.

O movimento também tem sido cada vez mais comuns entre as cooperativas de crédito solidário, como a Cresol, que apresentou aumento das incorporações. Essa tendência vem sendo crescente desde 2015, onde as cooperativas independentes passam a fazer parte das redes confederadas pelo território brasileiro (gráfico 02). Essas já possuem capital cooperativo e muitas vezes fornecem condições estruturais de instalações mais adequadas para ampliar as cooperativas independentes. Portanto, a tendência as incorporações já é um fato comum entre as cooperativas brasileiras.

Enquanto que em 2019, outro segmento acentuou o processo de mudança nos critérios de associação, o que tornou as singulares de “livre admissão” o grupo mais numeroso (BCB, 2019, p. 02). Esse processo de mudança flexibilizou os critérios de livre filiação, o que resultou no aumento, embora pouco expressivo, das cooperativas independentes (gráfico 02). Pois, os cooperados, em muitos casos, buscam entidades que facilitem seu processo de associação sem tanta burocracia e limites. Daí o pequeno aumento das filiações individuais.

Para tanto, as mudanças no modelo de filiação e na forma de organização das cooperativas no Brasil tem inferido no processo de expansão dessas no território. Portanto, faz-se necessário compreender como os diferentes processos legais tem marcado a vida das cooperativas de crédito no

país ao longo do tempo. Sendo assim, vale compreender quais fatores históricos determinaram os limites de atuação das cooperativas de crédito brasileiras. Bem como entender como elas tem se especializado nas diferentes regiões e as razões para isso.

2.2 - Crítica aos limites legais de atuação das cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito no Brasil foram ganhando diferentes feições resultantes dos interesses políticos de cada período histórico, além de influências empresariais, sobretudo, dos grandes capitalistas do ramo agropecuário. Por sua vez, foi, especialmente, nas décadas de 1960/70 (início da Ditadura Militar brasileira) que grandes mudanças foram ganhando escopo. Neste processo, foi por força das alterações na Reforma Bancária, mediante lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que as cooperativas de crédito se equipararam às demais instituições financeiras convencionais.

Tal lei, estruturou o sistema de finanças do país (público e privado), compilando todas as entidades financeiras a uma instituição pública nacional: o Banco Central. Para todos os efeitos, o Banco Central passou a organizar e a regular as atividades financeiras dos bancos comerciais, cooperativas de crédito, bolsas de valores, companhias de seguro e capitalização, entre outros agentes. A mudança previa um controle unânime das movimentações que impactavam o Tesouro Nacional. Desta forma, o Estado adquiria maior controle das atividades financeiras domésticas.

Todavia, pode-se dizer que esse foi um momento crítico na história do cooperativismo brasileiro, pois retirou toda e qualquer autonomia existente que garantisse o funcionamento dessas instituições de maneira independente (sob uma perspectiva menos burocrática). Isso ficou ainda mais evidente no art. 55 desse dispositivo legal, que transferia ao Banco Central do Brasil as atribuições cometidas por lei ao Ministério da Agricultura, no que concerne à autorização de funcionamento e fiscalização das cooperativas de crédito de qualquer tipo, bem como da seção de crédito das cooperativas que as tenham.

Assim, a Resolução nº 11, de 20 de dezembro de 1965, tornou a autorizar a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito, sob duas modalidades: a) cooperativas de crédito de produção rural com objetivo de operar em crédito; b) cooperativas de crédito com quadro social formado

unicamente de empregados de determinada empresa ou entidade pública ou privada (PINHEIRO/BCB, 2008, p. 38). Desses dois tipos, a primeira tem menor relevância no peso das movimentações cooperativas. No entanto, ambas têm grande inserção nas diversas regiões brasileiras.

A partir de então, as cooperativas de crédito passaram a seguir normas, regimentos e até preços (embora não os mesmos) compatíveis ao sistema financeiro nacional. Isso as colocou numa situação equivalente à dos bancos convencionais, o que dificultou ainda mais a condição de sustentabilidade financeira por exemplo, condicionando-as a trabalhar dentro dos limites regulatórios do Banco Central do Brasil (BCB). Além disso, tais mudanças foi descaracterizando as cooperativas de crédito dos seus moldes originais na medida em que as fragmentou do seu papel original. Pois:

> No Brasil, o compromisso do cooperativismo com as demandas sociais é um tema controverso. Apesar da história registrar relatos sobre os esforços dos pioneiros, em termos de solidariedade, para muitos pesquisadores a postura atual da maioria das cooperativas estaria dando sequência a uma tradição, que marca o cooperativismo brasileiro (BÚRIGO, 2006, p. 56).

O que se viu na verdade, foi a construção de uma narrativa, consolidada até hoje, na qual os ideais cooperativistas voltaram-se aos interesses das grandes instituições rurais, amparadas pelos capitalistas do agronegócio. Tanto que Búrigo (2006, p. 56) chama atenção para o fato de que “o direcionamento do cooperativismo no Brasil de nada projetou-se naquele que vinha sendo construído no espaço europeu”. Isto é, sob um outro prisma de cooperação, solidariedade e democratização. Portanto, vale enfatizar que o cooperativismo de crédito brasileiro se organizou com base na realidade interna do país (isso inclui interesses, acordos, etc.).

Portanto, a regulação pelo Banco Central somente reafirmou o compromisso do Estado brasileiro com os interesses históricos dos grandes capitalistas na medida em que compilaram a regulação das cooperativas com as demais instituições financeiras sem o mínimo de suporte para as devidas adequações. Ao qual exigiu que as cooperativas de crédito seguissem um modelo burocrático aquém da sua própria realidade. Bem como as converteu a um sistema financeiro intimamente liberal, permitindo que os interesses

comuns pudessem ser convertidos em interesses individuais e competitivos, em muitos casos.

Ademais, outro aspecto marcadamente importante na história das cooperativas de crédito brasileiras, se deu no contexto dos anos 1980/90, em que, além da perda de autonomia dos seus princípios originários, foram construídas ainda ferramentas legais para limitar a atuação financeira e a expansão econômica e geográfica das cooperativas. Isso foi mais evidente durante o governo de Fernando Collor de Mello, principalmente quando extinguiu o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), criado em 1951 (antigo Caixa de Crédito Cooperativo).

Tal ação foi marcadamente infeliz, pois desobrigava que o Estado (dentro da sua função social originária) subsidiasse as cooperativas, transferindo a responsabilidade financeira para elas próprias (e tão somente elas). Dessa forma, as cooperativas de crédito deveriam a partir de então produzir seu próprio capital interno, por meio do capital social. A questão central e, portanto, preocupante girava em torno da escassez dos recursos públicos para dar maior assistência a essas entidades (tabela 02). Tanto que as cooperativas menores, por exemplo, não apresentam sustentabilidade financeira e, portanto, eram obrigadas a encerrar as atividades em determinados locais.

Tabela 02: Financiamentos rurais concedidos anualmente as cooperativas de crédito brasileiras (1990 a 2001).

Anos	Valores (milhões)	Porcentagem
1990	5.557.656	26,7
1994	8.001.979	27,1
1995	2.522.867	19,7
1996	389.586	3,5
1999	18.715	0,1
2001	328.195	1,6

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural/SCHRODER, 2005.

Historicamente, os recursos públicos destinados as cooperativas de crédito sempre foram indiscutivelmente limitados. Tanto que, Schimmelfenig

(2010, p. 08) chama a atenção para “a nova política monetária do governo Sarney, ao qual deixou nada menos que 99% das cooperativas de crédito operando com prejuízo”. Mas foi após a extinção do BNCC, que viu-se uma queda ainda mais expressiva desses investimentos, evolutivamente decrescente até o início dos anos 2000 (tabela 02). Contraditoriamente, esse leve aumento que aconteceu posteriormente se deve a mudança nos ares da política brasileira que também inferiu nos investimentos públicos para diversos setores, inclusive para as instituições sociais, como as cooperativas.

A consequência imediata da queda de recursos públicos destinados as cooperativas (principalmente as rurais) refletiram não só no preço da produção agrícola, como também na própria dinâmica e na expansão do cooperativismo de crédito no país. Pois, na medida em que os programas de financiamento adequados para a realidade da pequena produção familiar tornavam-se escassos ampliava-se proporcionalmente os custos e rentabilidade para tais grupos sociais, dos quais são responsáveis pela maior parte da produção agrícola nacional.

É importante salientar que a redução dos investimentos, tanto para as cooperativas de crédito quanto para os demais setores, ocorria num determinado contexto político brasileiro marcado pela efervescência neoclássica no Brasil e na América Latina. Isto é, num momento em que se processava o estabelecimento de um pensamento liberal na economia do país. Isso foi resultado direto tanto da acumulação ininterrupta do capital quanto das práticas liberalizantes de privatização e desregulamentação, com forte lastro no mundo ocidental (CHESNAIS, 1996, p. 34). Por isso:

> Ao longo dos anos 1990, embora as ações das cooperativas de crédito fossem periodicamente modificadas por medidas suplementares, o BC relutava em editar uma nova resolução ampla para o setor. Apenas em 1999, o Governo Federal publica uma nova lei geral (Resolução nº 2.608/99). Embora incorporasse algumas das reivindicações dos cooperativistas e estabelecesse procedimentos operacionais mais claros, a medida ditava regras que praticamente impediam a difusão do cooperativismo de crédito no país junto aos segmentos mais pobres. Isso era visível, por exemplo, na cláusula que exigia um capital de R$ 50 mil para se abrir novas cooperativas de crédito. Para os grandes sistemas, essas exigências eram coerentes com suas políticas de seletividade do quadro social, mas para as organizações cooperativas populares e movimentos sociais, que desejavam criar suas cooperativas de

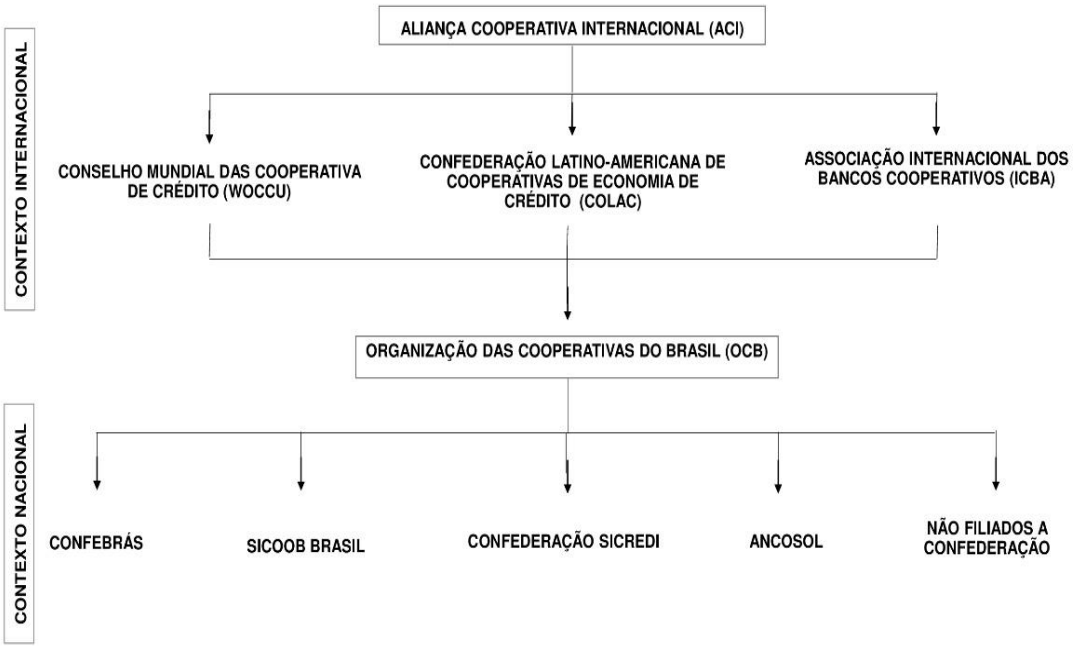
> crédito, elas significavam um duro golpe (BÚRIGO, 2006, p. 89).

Durante esse período, o cooperativismo de crédito viu-se cada vez mais limitado, seja pela escassez de recursos públicos ou pela submissão as normas do Banco Central. Isso marcou fortemente a vida das cooperativas e as limitou dentro de uma bolha legalmente estabelecida. Propositalmente, descaracterizando o movimento cooperativo dos seus moldes e princípios primários (solidariedade, autonomia, etc.). Assim, os anos 80 e 90 só vieram reforçar um processo iniciado ainda no início do século XX, ao qual legitimava o papel hegemônico dos bancos e das instituições financeiras convencionais.

Vale dizer ainda que esse novo contexto na história das cooperativas de crédito do Brasil permitiu que um outro movimento se consolidasse. Trata-se da criação de vínculos das cooperativas menores com aquelas maiores e já consolidadas. Essa estratégia legalmente reconhecida foi inclusive pontuada por Pinheiro/BCB (2008, p. 57), quando chama a atenção para a "Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, ao qual permitia a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, isto é, os bancos cooperativos". Isso significou um artifício monopolístico e vantajoso para os grandes bancos cooperativos na medida em que ampliava seu peso nas movimentações financeiras.

De certa maneira, tal condição foi ainda mais delicada para as instituições cooperativas menores ou independentes, pois as submetia, mediante convênios diretos, as grandes instituições financeiras e até mesmo aos bancos comerciais. Por isso, conforme dito anteriormente, a ideia era converter essas entidades a dominação do sistema financeiro convencional e limitar cada vez mais seu alcance socioeconômico. Atualmente, a forma de organização dessas cooperativas segue parâmetros e determinações não só endógenos, mas também internacionais. Onde tais órgãos acompanham os resultados das cooperativas e estabelecem condições para cada uma delas (organograma 01).

Organograma 01: Funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil e no mundo



Fonte: Adaptado pelo esquema de PINHEIRO/BCB (2008, p. 16).
Elaboração: PINHEIRO, 2021.

Nesse aspecto, por convenção internacional, o Brasil segue hoje orientações de organismos internacionais e a principal delas é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma entidade não-governamental, fundada em 1895, em Londres. Além dela, outras três instituições regulam as condições de associação, os preços e os formatos de cada cooperativa. Vale destacar que no caso brasileiro existem ainda dois tipos de cooperativas: aquelas filiadas as centrais, a exemplo da COOPEC de Poço Verde, que atualmente é vinculada a ASCOOB – credenciada a CRESOL – e as independentes das redes menores.

Essas últimos encontram-se em menor quantidade e limita-se territorialmente, justamente porque a sustentabilidade financeira é feita de maneira autossuficiente, ou seja, a partir do capital social dos seus cooperados. No caso das primeiras, o modelo de organização se dar mediante processos em redes, onde as centrais cooperativas predefinem as formas de relacionamento, os tipos de financiamento, as linhas de crédito, o relacionamento com os cooperados, entre outras coisas. Neste caso, as operações em rede foi uma saída encontrada para manter a sustentabilidade financeira das cooperativas menores, embora ainda existam como aquelas mencionadas no segundo exemplo.

Assim, em ambos os casos, a disponibilidade de crédito para pessoas físicas e jurídicas, deve ser concedida para os seguintes fins: custeio (cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos), investimento (aplicados na aquisição de bens ou serviços), comercialização (incentivar a comercialização das mercadorias dos pequenos produtores) e industrialização (agregar valor à produção e gerar mais renda entre os associados) (BCB, 2019, p. 01). Além disso, as cooperativas de crédito rural devem destinar minimamente 60% dos seus depósitos a fim de custear a agricultura, diferentemente dos bancos que são obrigados a disponibilizar apenas 25% (NEAD/MDA, 2001, p. 24).

Essa diferença para fins de custeio de produção demonstra a importância social das cooperativas de crédito frente aos bancos comerciais e as instituições convencionais. É evidente que diversos processos limitaram a atuação das cooperativas ao longo dos anos, porém, não deve-se esquecer da relevância econômica para a produção e o desenvolvimento rural, que ela possui. É preciso deixar claro esses condicionantes que marcaram fortemente a vida institucional das cooperativas de crédito.

Por sua vez, vale destacar um outro fator, recentemente ocorrido, de grande importância para o funcionamento das cooperativas de crédito rural, como é o caso da criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), concebido mediante Resolução nº 4.150, de 30 de outubro de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Onde teve a intenção de subsidiar e integrar a assistência e o suporte financeiro a estas redes de cooperação. Esse foi um grande passo para a sustentabilidade financeira das cooperativas desde o encerramento das atividades do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

Tal fundo cooperativo foi criado para ampliar a vantagem financeira das cooperativas de crédito com relação aos bancos comerciais. Neste caso, os bancos cooperativos (como a SICOOB) teriam a função de recolher as contribuições. A medida pode ajudar na proteção social das cooperativas de crédito vinculadas ao sistema do FGCoop. Mas ainda assim é insuficiente para melhorar a sustentabilidade financeiras dessas instituições. Desse modo, vale discutir como o aparato legal da política brasileira norteou e compilou a reprodução do crédito cooperativo no país.

Outrossim, compreende-se como a legislação brasileira foi sendo moldada para limitar a atuação social das cooperativas de crédito, assim como sua condição econômica. Isto é, inviabilizando sua sustentabilidade financeira por meio de recursos públicos e tornando-a dependente do Banco Central. Por isso, é necessário compreender como estas instituições foram perdendo sua autonomia normativa e financeira e de que maneira isso impactou a expansão do cooperativismo no Brasil.

2.3 - A questão do crédito cooperativo no Nordeste

Institucionalmente, as cooperativas de crédito menores podem estar ou não vinculadas aos sistemas cooperativos maiores (confederadas), conforme já apontado anteriormente. No caso dos grupos 'independentes', estes reproduzem-se com os depósitos individuais de cada cooperado. Isso significa que dependem das cotas-partes para manter a cooperativa em operação. Desse modo, a contribuição mensal, embora seja pequena, ajuda na concessão do crédito, na realização das reuniões entre os membros, bem como nos custos internos, entre outras coisas.

Mas, ainda assim, na maioria das vezes, essa modalidade de cooperativa acaba sobrecarregando os próprios cooperados, que não veem vantagens nos esforços coletivos. Isso resulta, por consequência, numa aproximação entre a cooperativa independente e as redes cooperativas maiores, da qual argumentam ampara-las financeiramente, reduzindo com isso os riscos financeiros e operacionais. Sendo assim, é comum que as cooperativas independentes busquem redes cooperativas já consolidadas – Confederadas – a fim de consegui dar continuidade as atividades da instituição. Por isso:

> A desvinculação do espaço local faz com que, por fim, o giro baixo de recursos financeiros e a capacidade reduzida de poupança nos pequenos municípios brasileiros, a maioria deles baseados em economias rurais, associados aos processos recentes de privatização dos bancos estaduais, por exemplo, resultem no fechamento de agências bancárias já em funcionamento ou em baixa atratividade para a abertura de novas agências (SCHRÖDER, 2005, p. 54).

Nessa perspectiva, apesar de ser pouco expressivo, tem sido muito comum o surgimento das cooperativas autônomas na região Nordeste. Pois, de

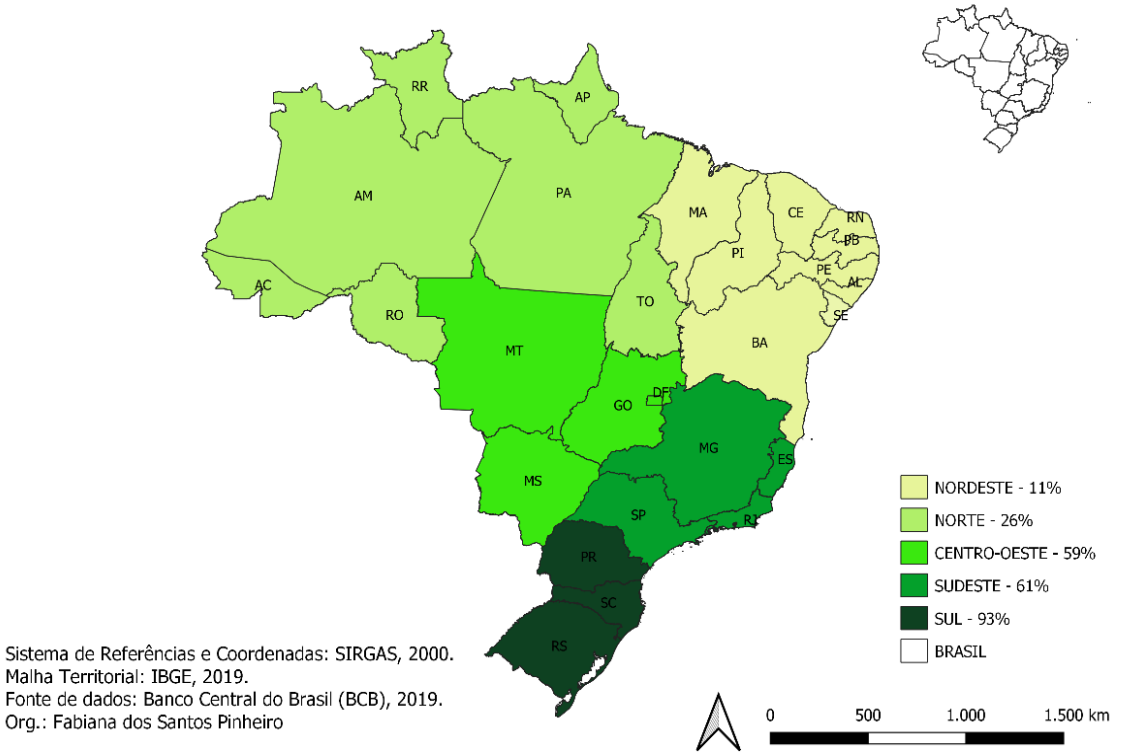
maneira geral, elas surgem com o intuito de atender os interesses locais de um determinado grupo. Todavia, com o passar do tempo acabam sendo integradas a redes cooperativas maiores, muitas vezes sediadas nas regiões Sul e Sudeste do país (SICOOB e SICRED são exemplos). Apesar disso, no Nordeste, essas redes são pouco consolidadas e organizadas no que se refere as demais regiões do país. Isso se deve ao próprio interesse regional pelo uso das cooperativas de crédito.

Em outras palavras, significa dizer que as atividades das cooperativas de crédito têm pouca relevância no espaço nordestino e isso se deve a inúmeras razões. Seja por conta da hegemonia das atividades bancárias comerciais na maioria dos municípios, seja em função da burocracia para abertura dessas instituições ou devido a pouca capilaridade social de líderes que possam ajudar a organizar todo o processo de criação da cooperativa. Todos esses fatores podem ser determinantes para a ampliação das cooperativas nesta região, porém, eles não são decisivos.

Pode-se acrescentar ainda o fato de que a imigração europeia se consolidou com maior força na região sul do país, o que influenciou na expansão e consolidação das cooperativas de crédito. Isso significa que os valores, princípios e os modelos de organização cooperativo, utilizados e trabalhados na Europa, foram trazidos juntamente com o processo de imigração. Portanto, essas pessoas deslocaram seus hábitos e costumes que culturalmente foram benéficos para a consolidação das cooperativas, ao qual configuraram-se no Sul do país.

Por seu turno, Búrigo (2006, p. 82) salienta que “as cooperativas se firmaram mais precisamente na região sul em função do modelo de ocupação do território que se dava via imigração”. Aos quais, tais grupos incutiram no país elementos culturais peculiares, especialmente trazidos da Europa (berço do cooperativismo e da Economia Solidária) que se veem até hoje. Não por acaso, as estruturas cooperativas maiores (sistemas cooperativos) estão geograficamente concentradas na região Sul. Enquanto que o Nordeste abarca a maioria das cooperativas menores ou independentes (mapa 01).

Mapa 01: Percentual das regiões brasileiras atendidas pelas cooperativas de crédito



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), 2019.
Org.: PINHEIRO, 2021.

Conforme disposto no mapa 01, essa condição de espacialização das diferentes cooperativas em cada região brasileira, se deve de certa maneira ao modo que se estruturou a desigualdade existentes entre as regiões, sendo produto de uma condição historicamente assumida pelo Brasil. Cada região instala aquilo que, a cada momento, vem a constituir rugosidades diferentes (SANTOS, 2006, p. 268). É por isso que nas regiões Sul e Sudeste as grandes cooperativas disponham-se de um amplo espaço relativamente estruturado (concentração demográfica e econômica de produtores dispostos a adentrarem no sistema cooperativo) para atender suas demandas.

Por esse motivo, o traço regional dessas áreas é para Santos (2006, p. 269), “produto do meio técnico-científico-informacional que se implantou sob um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações e processos”. Por sua vez, a região Nordeste, que abriga o maior conglomerado de cooperativas independentes do sistema nacional, embora não apresente um espaço denso de técnicas e amplamente preparado para ampliar espacialização das redes cooperativas (assim como na região sul), possui um aspecto histórico que marca a criação dessas instituições: lutas em favor de

melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais e comércios urbanos. Assim:

> Um tipo totalmente diferente de necessidade de crédito existe em regiões cuja organização é relativamente estática. Nesse caso, a maior parte da demanda por recursos decorre da escassez de recursos para o giro da produção, desde a necessidade de substituir itens depreciados do capital básico e, em parte, da necessidade de expansão do capital provocada pelo crescimento das famílias camponesas e da correspondente expansão do volume de sua atividade econômica. A necessidade crédito em regiões desse tipo é, em grande medida, sazonal (CHAYANOV, 2017, p. 123).

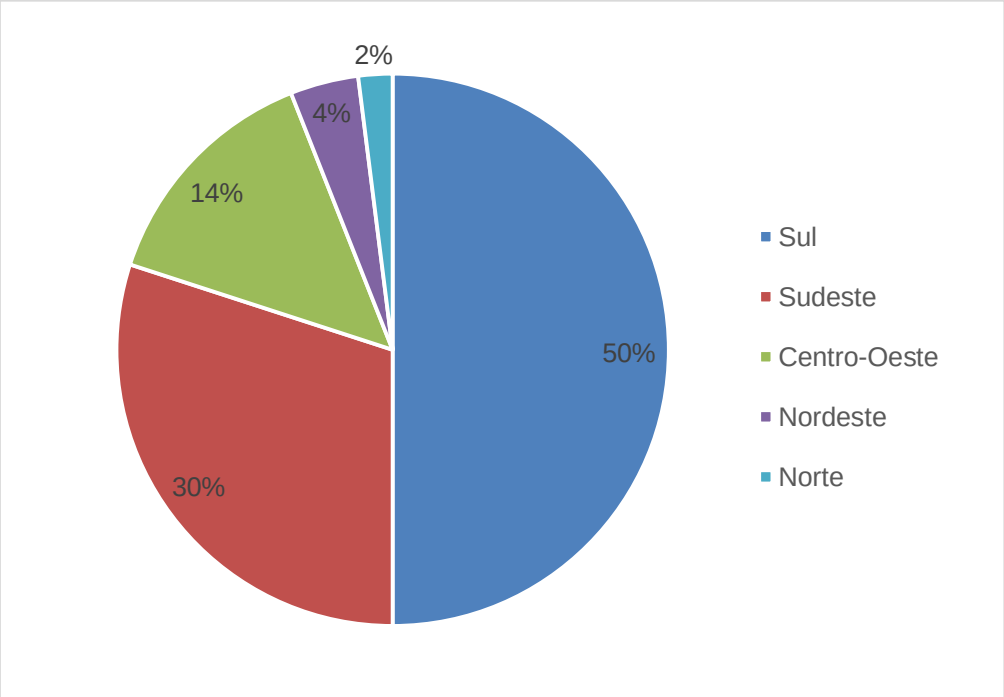
Esse caráter particular foi fundamental para o surgimento das cooperativas independentes. Pois, os pequenos produtores buscavam encontrar formas de se reproduzir adequadas a sua realidade. Daí, as cooperativas de crédito tornaram-se protagonistas de um processo onde as relações financeiras informais precisavam de um aparato coletivamente organizado. Isto é, a criação das cooperativas foi um meio encontrado para realizar operações financeiras na impossibilidade de ser feito pelo sistema convencional. Isso tornou-se muito comum na região Nordeste.

São inúmeros os casos em que a comunidade local, principalmente no meio rural, não se sente atendida ou satisfeita com os serviços financeiros oferecidos pelos poucos bancos que existem nesses espaços. Daí a necessidade de se organizar socialmente e pensar em formas de constituir estruturas viáveis para movimentação do capital social. É caso da COOPEC, que fica na cidade de Poço Verde, sertão ocidental de Sergipe. Uma cooperativa que surgiu através do interesse e das necessidades locais. Enquanto que nas regiões Sul e Sudeste do país, é notório a expansão das cooperativas confederadas.

Nesse aspecto, elas utilizam de uma estratégia de planejamento regional para se espacializarem. Isto é, identificam quais municípios possuem demanda por crédito, perfil produtivo para instalar uma cooperativa de crédito e que não haviam presença incisiva de instituições financeiras de qualquer natureza. Assim, ampliam a área de influência das cooperativas confederadas e das suas redes. Com isso, conseguiam-se atender espaços que muitas vezes não é interessante para o capital financeiro que provém dos bancos comerciais.

Deste modo, em termos regionais, é possível dizer que entre os anos de 2013 e 2017, não houveram grandes mudanças no que se refere ao crescimento numérico das cooperativas de crédito no país (BCB/PANORAMA DO SNCC, 2019, p. 17). Seja em termos quantitativos (número de cooperativas, de cooperados, etc.) mas também em termos qualitativos (operações financeiras de maneira geral) (gráfico 03). Diante disso, percebe-se como o cooperativismo de crédito ainda é fortemente influenciado pelas regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 03: Valores dos principais agregados cooperativos de crédito no país (2013-2017).



Fonte: BCB/PANORAMA DO SNCC, 2017.

A região Nordeste, por sua vez, ainda apresenta indicadores pouco expressivos no que tange a questão do cooperativismo de crédito. Esta é uma área com forte tendência a expansão das relações cooperativas, por apresentar grandes indicadores de pequenos comércios urbanos e de agricultores rurais. Trata-se de uma região onde a demanda por crédito é maior do que a geração de depósitos (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2012, p. 01). Apesar disso, é no Sul e Sudeste do país que as cooperativas de crédito tem ganhado destaque (gráfico 03).

Na concessão dos créditos e nas operações com os empréstimos, o Nordeste apresentou grande importância quantitativa nos últimos anos (com

destaque para os estados da Paraíba, Bahia e Alagoas). Em 2012, por exemplo, a região Nordeste reunia 119 cooperativas, sendo 6 centrais e 113 singulares que, juntas, representavam 9,5% do total das cooperativas brasileiras (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2012, p. 01). Todavia, sua participação no SFN ainda é pouco expressiva e significativa, especialmente, no que tange ao cooperativismo de crédito rural.

Vale acrescentar ainda que as diferenças intra-regionais refletem na dinâmica do próprio cooperativismo no NE. Pois, segundo Barbosa (2017, p. 23), ao analisar os dois maiores sistemas de crédito cooperativo (SICOOB e SICRED), chegou a constatar que “48% dos pontos de atendimento das cooperativas de crédito dos dois maiores sistemas estão localizadas no estado da Bahia, 39% compreende os estados do Maranhão, Paraíba e Pernambuco e os outros 13% está dividido entre os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas”.

Historicamente, a Bahia apresentou resultados expressivos no que se refere ao crédito cooperativo. Sendo que, além da Sicred e da Sicoob, pode-se encontrar ainda a cooperativa Cresol nesse estado. Uma grande rede cooperativa que discorre sobre os valores solidários dentro do sistema cooperativo. Enquanto que os estados do Maranhão, Paraíba e Pernambuco, que apresentam um grande quantitativo de participação da agricultura familiar, também apresentam um espaço de destaque nos termos do cooperativismo regional.

Por sua vez, os demais estados (inclusive Sergipe) apresentam uma participação muito pequena na concessão do crédito cooperativo. Isso se deve a própria organização particular do cooperativismo em cada um desses estados. Em Sergipe, por exemplo, pode-se mencionar a pouca capilaridade do movimento cooperativo de crédito de maneira autônoma e independente. Apesar das tentativas de implantação das casas de moedas sociais ou modelos parecidos, o movimento não se consolidava em função da pouca organização em torno de tal objetivo. Isto é, a falta de interesse desses grupos sociais encontrava barreiras na burocracia imposto pelo SFN.

Contudo, o cooperativismo de crédito na região Nordeste, especialmente nos estados supracitados, se caracteriza pela pouca adesão independente. O que abre espaços para a expansão dos confederados de origem sulista.

Todavia, é comum identificar que o crescimento dos cooperados cresce na mesma proporção que as políticas públicas alcançam esses espaços (como o PRONAF). Diferentemente da região Sul, em que a adesão depende da divisão dos custos e da rentabilidade social dos cooperados, no Nordeste existe uma maior dependência dessas políticas públicas. Desse modo, percebe-se as diferenças que caracterizam o movimento cooperativo nas regiões brasileiras e os motivos para sua expansão e espacialização.

2.4 – Sobre o Cooperativismo de Crédito em Sergipe: alguns apontamentos

O financiamento social das cooperativas de crédito permite que existam condições de socializar custos e ganhos simultaneamente. Onde todos são financiadores e ao mesmo tempo são financiados pelo capital social. Todavia, existem contradições sejam de ordem econômica, social ou regional que precisam ser discutidas. No caso do Cooperativismo de Crédito em Sergipe, por exemplo, este ainda é recente do ponto de vista regional. Isto é, se comparado com resto do Nordeste. Além disso, é pouco organizado, estruturado e tem frágil apoio das lideranças políticas locais. Ainda assim, analiticamente existem pontuações a fazer.

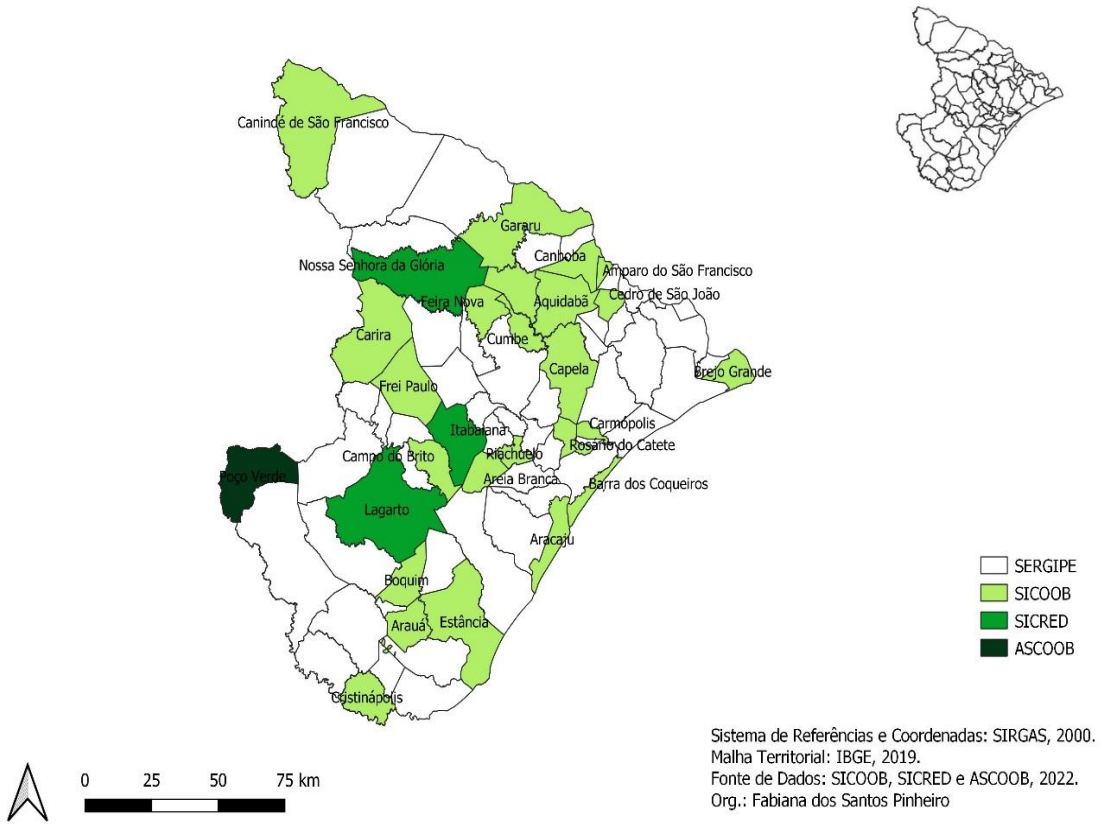
Com relação as cooperativas de crédito em Sergipe, pode-se mencionar a presença da SICOOB, sendo uma das maiores cooperativas de crédito do Brasil (mais de 6 milhões de cooperados). Com sede em Brasília e uma estrutura cooperativa organizada em formato de rede por todo o país, essa instituição possui uma cadeia financeira com capacidade para atender o médio e o grande cooperado. Ademais, trabalha com inúmeros serviços financeiros, que vão desde operações em conta corrente, fornecimento de crédito, investimentos, serviços de previdência, consórcios, seguros, cobranças bancárias, dentre outros.

Além da SICOOB, em Sergipe encontra-se ainda algumas cooperativas confederadas da SICRED. Trata-se de um sistema cooperativo ainda mais organizado a nível regionalmente latino e com sede no Rio Grande do Sul. Essa rede de cooperação está presente em todos os estados do país. Ela possui mais de 2.000 agências espalhadas pelo país, além daquelas que estão presentes em toda a América Latina. Detentora de um grande sistema

integrado de cooperação financeira, esta cooperativa possui pouco mais de 100 anos de existência e atende seus cooperados com o fornecimento de alguns serviços financeiros (crédito, financiamento, seguros, previdência, entre outros).

Enquanto que no que se refere a COOPEC, de origem sergipana, esta possui menor peso nas operações financeiras cooperativas do estado e também da região Nordeste. Atualmente vinculada ao Sistema Cresol, ela possui sede no município de Poço Verde (sertão ocidental de Sergipe) e atua mais energicamente na região sul e centro sul do estado. Oferecendo serviços financeiros e bancários-cooperativos, sobretudo, para os produtores rurais e pequenos comerciantes dessas áreas. Enquanto que a SICOOB e a SICRED atuam regionalmente na grande Aracaju, áreas adjacentes e nos municípios mais dinâmicos do estado, a exemplo das cidades de Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória (mapa 02).

Mapa 02: Distribuição espacial das principais Cooperativas de Crédito em Sergipe (SICOOB, SICRED e ASCOOB).



Fonte: SICOOB, SICRED e ASCOOB, 2022.
Elaboração: PINHEIRO, 2021.

Vale acrescentar que a SICOOB é a cooperativa que possui mais agências de Sergipe. Estando presente em todas as regiões do estado (distribuídos em 24 municípios). Enquanto que a SICRED está sitiada fisicamente em apenas quatro municípios. Destaca-se ainda que Aracaju é a única cidade que possui agência de ambas as cooperativas (tanto da SICOOB quanto da SICRED). Nos demais casos, elas não dividem o mesmo território (mapa 02). Essa organização em rede é interessante porque atende aqueles municípios que não possuem agências bancárias cooperativas, assim como inibe a lógica de competição entre as instituições.

Todavia, pode-se inferir ainda certas reflexões sobre o grau de influência de algumas cooperativas sobre as outras em determinados territórios. É o caso da SICOOB que, assim como nas demais regiões do país, está mais bem espacializada e estruturada que as demais cooperativas. Considerando o quantitativo de agências espalhadas pelo estado, o número de cooperados, o peso das movimentações financeiras, entre outros critérios, é possível afirmar que essa instituição tende a monopolizar o sistema cooperativo de Sergipe na medida em que concentra as atividades financeiras, sobretudo, dos grandes produtores e comerciantes do estado.

Isso tende a ser problemático para a atuação das outras cooperativas, especialmente a ASCOOB-COOPEC. Com agência sediada no município de Poço Verde (sertão ocidental de Sergipe), mas com influência nos demais municípios do Sul e Centro-Sul de Sergipe, bem como da Bahia, essa cooperativa tende a apresentar limites de atuação para com sua expansão territorial. Embora exista o interesse, por parte das suas lideranças e seus representantes de ampliar as agências bancárias da COOPEC, instalando-as em outras cidades da região Sul de Sergipe, ainda assim ela ainda não possui condições de se expandir para outros municípios.

Diferentemente das outras cooperativas, a COOPEC possui uma característica intrinsicamente social. Isso quer dizer que para além das operações financeiras, ela desempenha uma função de grande importância coletiva e espacialmente para o contexto territorial que está inserida. Enquanto que nos casos das SICOOB e da SICRED, a especificidade do público atendido, ou seja, dos seus cooperados, é ainda mais emblemático. Tanto que os cooperados da SICOOB, por exemplo, apresentam um perfil

socioeconômico relativamente maior que os das demais cooperativas. São grandes e médios produtores rurais, comerciantes, empresários, profissionais liberais, entre outros grupos.

Por sua vez, isso tem descaracterizado os princípios essenciais da lógica cooperativista, das quais os grupos sociais organizam-se coletivamente para reproduzir e circular o capital social. Consequentemente, conforme os grupos de maior renda se inserem nesses espaços, visando antes de mais nada ampliar o seu lucro e os rendimentos pessoais, a cooperativa deixa de se dinamizar em prol do conjunto. Aproximando-se da lógica corporativa dos bancos comerciais. Assim, desempenhando o papel que historicamente foi imposto pelas organizações financeiras internacionais e hegemônicas.

Isso tem sido cada vez mais comum no Brasil, na medida em que as cooperativas (enfaticamente as Confederadas) reproduzem a mesma lógica individualista e impessoal dos bancos comerciais. Apesar disso, pode-se mencionar a ASCOOB-COOPEC como uma cooperativa que ainda permite construir uma relação mais horizontal e próxima dos cooperados. Neste ponto, vale destacar que a mesma é constituída por um capital social do próprio município. São pequenos produtores rurais, comerciais de médio e pequeno porte da própria cidade, trabalhadores locais, aposentados, entre outros.

Percebe-se, com isso, a importância social e econômica da cooperativa no município de Poço Verde. Isto é, a COOPEC consegue alcançar espaços de significativa representatividade das pessoas de menor renda. Tá aí o valor histórico e o papel social do cooperativismo. Aquele que permite chegar nos lugares onde o grande capital não quer chegar, onde não é lucrativo o suficiente para ele (caso do sertão ocidental de Sergipe, por exemplo). Visando organizar financeiramente esses grupos e permitindo que tenham condições de acesso as finanças solidárias. Uma economia social se constrói quando os pequenos também são protagonistas e agentes do processo.

Por conseguinte, discorre-se deste debate sobre a importância do cooperativismo de crédito para os pequenos grupos sociais e de menor renda. A COOPEC, por exemplo, possibilitou que estas pessoas pudessem se organizar e construir relações financeiras efetivamente capazes de promover transformações reais nesses espaços. Apesar das inúmeras mudanças que a cooperativa passa atualmente, mas ainda assim quando comparadas com as

demais instituições, sua relevância é indubitavelmente mais evidente. Contudo, o cooperativismo de crédito em Sergipe ainda precisa ser melhor estruturado e mais bem articulado com os demais setores sociais (sejam movimentos, instituições, sindicatos, associações, entre outros).

2.5 - Considerações ao capítulo 2

Neste capítulo, discorre-se sobre uma discussão acerca do processo de regionalização do cooperativismo de crédito no Brasil, bem como entender os processos que refletiram na sua expansão socioespacial. Desse modo, buscou-se ainda concatenar algumas reflexões que pudessem vislumbrar quais tem sido os fatores determinantes e que ajudaram a moldar o atual movimento cooperativo de crédito no país. Acrescenta-se, por fim, uma análise dos elementos contraditórios que emergiram ao longo deste processo, a exemplo do aumento do número de cooperados no Brasil, apesar do histórico peso das operações financeiras realizadas pelos bancos comerciais.

Portanto, é possível destacar do texto que o cooperativismo de crédito foi inserido no contexto brasileiro de maneira contraditória, ao qual descaracterizou-se das suas bases originárias. Noutros termos, os princípios de cooperação foram sendo remodelados para atender os interesses dos propósitos liberais da época. Daí o papel da OCB para realinhar estas instituições dentro do país. Essas mudanças impactam a lógica cooperativa até os dias atuais, limitando o movimento e redirecionando para determinados fins. Hoje, as cooperativas estão inseridas num processo ainda mais emblemático: a questão das incorporações. Permitindo que determinadas cooperativas se destaquem mais que outras.

Essa condição é reflexo direto da perda de autonomia, especialmente econômica, destas instituições. Promovido pelo Banco Central, vale reiterar que as cooperativas de crédito foram equiparadas aos bancos comerciais, na medida em que exigiam delas autossuficiência para justificar a queda dos investimentos advindos do estado brasileiro. Os anos 80 e 90 foram os mais emblemáticos, neste sentido, pois reduzia a capacidade de atuação do serviço público e fortalecia a iniciativa privada. O fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) foi a maior evidência disso. Por sua vez, apesar

dessas limitações, as cooperativas se reinventaram e atualmente atendem um grande quantitativo de cooperados.

Disso, resultou-se um cooperativismo pouco estruturado e consolidado na região Nordeste. Essa fragilidade abre espaço, inclusive, para a atuação das cooperativas de origem sulista, precisamente as Confederadas. Enquanto que nas regiões Sul e Sudeste, em função do processo de imigração e da desburocratização, as cooperativas conseguem amparar-se por estruturas viáveis para a reprodução do capital social. Isso facilitou uma expansão tanto econômica quanto geográfica dessas instituições. Basta analisar o caso de Sergipe, que abriga duas grandes redes confederadas (SICOOB e SICRED), as quais atuam mais incisivamente nas áreas urbanas.

Por outro lado, vale mencionar a atuação do sistema CRESOL no estado, por meio da COOPEC de Poço Verde (região do Sertão Ocidental). Esta, refere-se a uma cooperativa de característica intrinsicamente social por se reproduzir a partir das contribuições de pequenos produtores e comerciantes regionais. Esses espaços, de pouco interesse para o grande capital, apresentam inúmeras deficiências de caráter econômico e estrutural. Contudo, considera-se que as cooperativas de crédito na região Nordeste e, especialmente, no estado de Sergipe ainda precisam ser amplamente organizadas. Desse modo, elas poderão ser competitivas, dinâmicas e alcançar mais expressivamente novos cooperados.

CAPÍTULO III – ATUAÇÃO DA ASCOOB-COOPEC NO ESPAÇO RURAL DE SERGIPE: CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DO CAPITAL COOPERATIVO

No referido capítulo, explana-se um debate acerca da condição da COOPEC no estado de Sergipe. Enfatizando sua área de atuação geográfica e suas relações com as demais instituições cooperativas. Para isso, utilizou-se de uma base empírica-analítica ao qual permite compreender como esses processos se concretizam no espaço rural do município de Poço Verde. Destaca-se também quais foram os principais entraves recentes que influenciaram na dinâmica da cooperativa e como ela vem lhe dando com isso. Ademais, acrescenta-se que o movimento cooperativo no Brasil vem sofrendo mudanças que atingem todo o seu território.

Em Sergipe não é diferente. A COOPEC, por exemplo, passa por mudanças de ordem institucional. Isto é, vinculando-se a outra cooperativa do território alagoano. Desse modo, é preciso compreender como isso afeta a vida financeira dos seus cooperados e até que ponto pode alterar a realidade da cooperativa, que por sinal já vem sendo influenciada pelas mudanças ocorridas com a Pandemia da COVID-19. Contudo, para entender isso, realizou-se a aplicação de questionários e entrevistas, por meio de trabalhos de campo, que puderam entender melhor essa nova realidade.

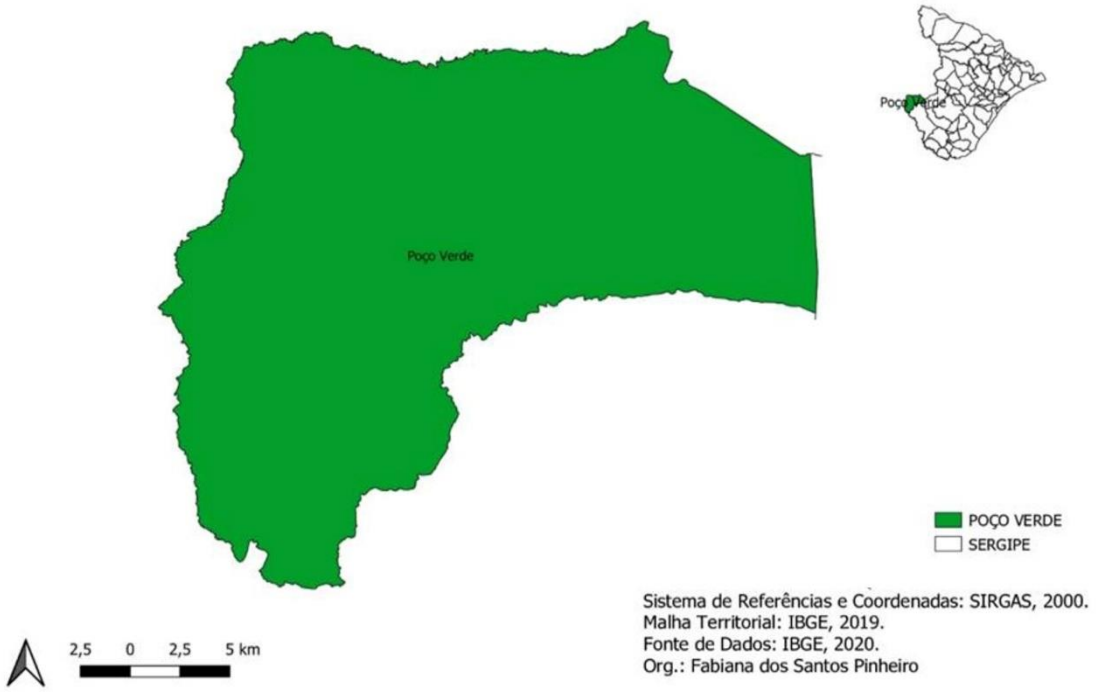
Ademais, busca-se ainda compreender como a COOPEC estruturou e ainda mantêm redes de cooperação que puderam, em grande medida, ajudar no processo de cooperação e circulação do capital social cooperativo que financia a pequena produção e os comércios locais. Contudo, importa dizer que o cooperativismo de crédito em Sergipe é limitado e ainda não atua de maneira enfática em todos os territórios, por isso, cabe incentivar essas redes, ampliando novas possibilidades de reprodução a nível local.

3.1- Funcionamento da COOPEC em Poço Verde-SE

Geograficamente, o município de Poço Verde está localizado no extremo sudoeste de Sergipe, limitando-se a leste com o município de Simão Dias, a sul com Tobias Barreto e a norte e oeste com o estado da Bahia (mapa 03). Além disso, possui uma população de aproximadamente vinte e quatro mil habitantes, onde somente cerca de 9,2% desse percentual encontra-se formalmente ocupado (IBGE, 2019, p. 01). Outrossim, no que se refere ao aspecto físico, apesar de fazer parte da bacia hidrográfica do rio Real, a cidade

está inserida no polígono das secas, com um clima característico do tipo megatérmico semiárido e transição para seco e subúmido (CPRM, 2002, p. 04).

Mapa 03: Localização do município de Poço Verde-SE



Fonte: IBGE, 2020.
Org.: PINHEIRO, 2022.

Embora seja um dos maiores produtores de feijão do estado, ainda assim, sua economia é altamente dependente do cultivo de milho. Tanto que, Oliveira (2013, p. 69) justifica ser “a pouca pluviosidade um fator determinante na produção rural do município, ao qual dar maior espaço para a produção desta monocultura”. Para além dos problemas com as secas, acrescenta-se a presença dos grandes produtores rurais, que paulatinamente ampliam essa produção em torno do município. Por isso, regionalmente, Poço Verde tem grande importância comercial tanto para Sergipe quanto para a Bahia (mapa 03). Contudo, apesar de ineficiente, a cidade apresenta uma infraestrutura relativamente adequada para atender e escoar essa produção rural.

Isto vai desde a presença de mão-de-obra local para realizar a produção até uma boa logística que viabiliza a circulação dessas mercadorias, condições naturais relativamente favoráveis e a existência de instituições bancárias para realizar a concessão do crédito rural. No caso de Poço Verde, pode-se elencar as agências convencionais (Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Banese, etc.)

que disponibilizam linhas de crédito para os produtores locais (basicamente para os médios e os grandes produtores). Por sua vez, quanto ao crédito rural destinado aos pequenos produtores e para os comerciantes locais, é possível pontuar a presença da COOPEC, uma cooperativa de crédito rural que trabalha com os princípios da Economia Solidária.

A Cooperativa de Crédito Rural (COOPEC), localizada na zona urbana de Poço Verde, foi uma demanda materializada pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS), pertencente ao Colegiado do Sertão Ocidental (SANTOS, 2014, p. 85). Naquele momento, o Povoado São José também foi beneficiado com o Moinho de Milho. Desse modo, acordado pela comunidade local, tanto a cooperativa quanto o moinho foram entregues a comunidade mediante recursos advindos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Apesar de ter sido formalizada institucionalmente em 2007, a COOPEC já era demandada por parte dos agricultores desde 2003, pois existia uma necessidade histórica de acesso ao crédito rural, de modo a ser compatível com a realidade dessas pessoas.

Desse modo, esses jovens agricultores, residentes do próprio município, vislumbravam a constituição de uma instituição cooperativa que pudesse atender as demandas econômicas-produtivas dos pequenos produtores locais. A partir de então, buscaram oficializar a COOPEC, a princípio com cerca de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) de capitais socias (ENTREVISTA, 2021). Vale enfatizar que apesar das agências bancárias comerciais estarem presentes no município e também disponibilizassem crédito rural, estas não atendiam a realidade dos pequenos produtores e dos comerciantes locais. Isto é, além de fornecerem um serviço infinitamente burocrático ainda realizavam operações com taxas de juros e preços aquém dessas pessoas.

No caso da COOPEC, entre outras coisas, tem-se uma preocupação de cunho social na concessão do crédito cooperativo. Pois, considera-se que esse recurso será introduzido na pequena produção rural, o que infere numa aplicação de menor risco, já que existe previsão real de retorno. Em vista disso, a instituição é gerida organicamente pelos representantes democraticamente eleitos em pleitos abertos. Dessa forma, o processo de gestão é cristalizado nos próprios cooperados, considerando suas próprias demandas e

necessidades. A COOPEC, também segue esse modelo democrático de gestão. Onde:

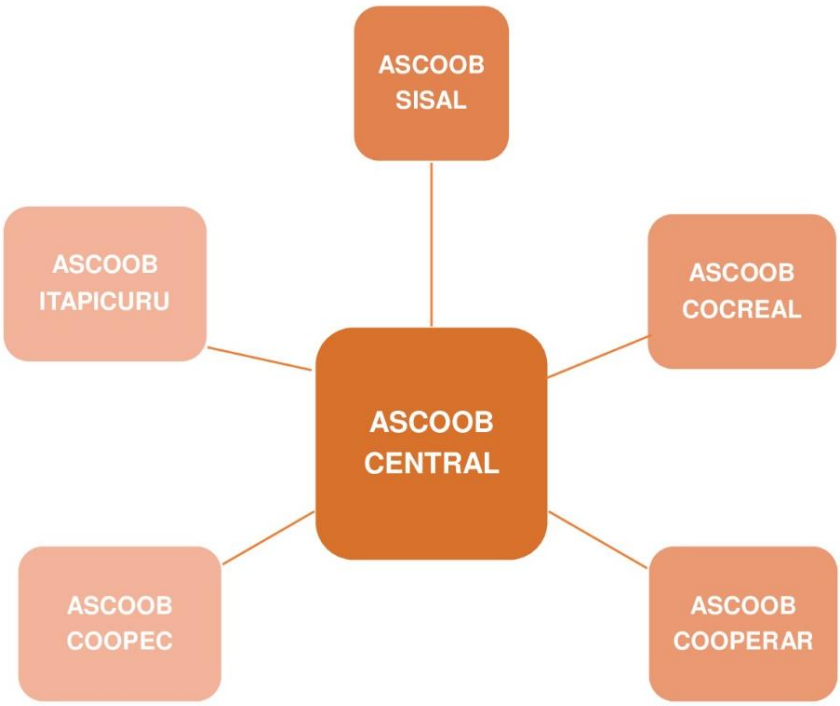
> É administrada por um Conselho de Administração composto por 07 (sete) membros, com experiências e atribuições distintas. Além disso, tem acompanhamento do Conselho Fiscal, que atualmente é composto por 04 (quatro) membros, que fiscaliza as ações e deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que por sua vez é composta por 03 (três) membros e também compõe o Conselho de Administração (ARAÚJO e RODRIGUES, 2018, p. 10).

Apesar de ser uma cooperativa juridicamente autorizada para fornecer crédito "rural", a COOPEC realiza operações de inúmeras naturezas a partir de recursos próprios, ou seja, aqueles advindos das cotas-parte. Isso ocorre em função do não acesso a política pública por parte dos pequenos produtores rurais ou até mesmo porque eles só tiveram acesso a uma parte do recurso do PRONAF e outros programas sociais, por isso precisam investir de todo modo em sua propriedade rural ou no seu pequeno comércio. Sendo assim, realizam operações seja para crédito rural, seja para crédito de consumo ou para crédito fácil. Vale salientar que o acesso a esses recursos depende em grande medida do *score*[8] de cada cooperado.

Por sua vez, embora tenha iniciado as atividades e permanecido durante muitos anos trabalhando com ativos dos próprios cooperados, a partir de 2014, abandonaram o formato independente e se integraram a rede ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar), uma rede de cooperativas credenciadas a CRESOL (radial 01). No Nordeste, a Cresol atua nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, organizada em 03 cooperativas filiadas, 29 agências de relacionamento e abrangendo cerca de 86 mil cooperados (CRESOL, 2021). De acordo com Búrigo (2006, p. 238) "a Ascoob atua em rede visando dinamizar as finanças locais, potencializando (ou criando) capital social e incentivando a formação de arranjos produtivos, capazes de proporcionar melhores condições de vida aos moradores do interior baiano".

[8] É um cálculo sobre a oferta de crédito, realizado pelo Serasa, que avalia as chances de o consumidor pagar suas contas em dia.

Radial 01: Cooperativas ASCOOB na região Nordeste.



Fonte: CRESOL, 2021.
Org.: PINHEIRO, 2022.

O autor ainda acrescenta que diferentemente das demais cooperativas, a ASCOOB refere-se a uma associação e não a uma central. Criada em 1999, ela está presente em diversos territórios rurais dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas e atua diretamente com movimentos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (radial 01). Neste interim, a COOPEC filiou-se a ASCOOB e ampliou sua área de atuação, bem como os serviços fornecidos e o público atendido. Todavia, apesar da perda de 'autonomia local', de certo modo, esse caso é diferenciado, pois a COOPEC se integrou a uma rede de cooperativas que já possuía vasta experiência nos trabalhos com pequenos produtores rurais. Basta analisar seus princípios sociais (quadro 03).

Quadro 03: Diretrizes sociais da ASCOOB.

Missão	Promover o desenvolvimento sustentável através das soluções financeiras, agregando renda e contribuindo para qualidade de vida dos cooperados e da comunidade

Visão	Ser reconhecida como a principal instituição financeira cooperativa do Nordeste
Valores	Ética; Transparência; Solidariedade; Equidade; Cooperação; Respeito as normas; Inclusão financeira

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO ASCOOB-COOPEC, 2020.

As diretrizes sociais de qualquer instituição indicam seu direcionamento e sua forma de trabalho. A ASCOOB, por exemplo, estabeleceu princípios centrados no trabalho humano, no meio ambiente e na questão regional (quadro 03). Inclui-se ainda o papel da solidariedade nas relações econômicas. Esse destaque é fundamental, pois diferencia as cooperativas de crédito solidário daquelas instituições financeiras convencionais. Isso significa que o capital social está acima de qualquer relação econômica. É tanto que, para além disso, a confederada também realiza ações de intervenção socioambiental, por meio de ONG's e promove iniciativas de ações financeiras. Como o Semana Nacional de Educação Financeira (SENEF), que:

> Promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), esta iniciativa tem por objetivo a realização de ações gratuitas para disseminar educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país (RELATÓRIO DE GESTÃO ASCOOB-COOPEC, 2020, p. 09).

Sendo assim, aproximar-se da ASCOOB, inclusive, possibilitou ampliar o sistema de divulgação da cooperativa, bem como suas parcerias com outras instituições e lugares. Modernizou ainda a infraestrutura interna e externa e os *softwares* que realizam as transações bancárias. Atualmente, sua sede está situada num estabelecimento que possui dependências para o atendimento direito e rápido dos cooperados e conta ainda com sala de reuniões para as assembleias gerais e sala de atendimento personalizado para formalizar algumas operações financeiras. Trata-se de um prédio acessível localizado na região central do município de Poço Verde, que conta ainda com caixas eletrônicos próprios (figura 01).

Figura 01: Estrutura interna e externa da ASCOOB/COOPEC – Poço Verde/Sergipe

Fonte: Autora (Trabalho de Campo), 2021.

Conforme mostrado na imagem acima, a cooperativa possui horário de atendimento comercial, condizente com as demais instituições financeiras. Sendo que os funcionários-membros são qualificados e possuem alguma experiência no trabalho com cooperativas ou instituições sociais. As assembleias gerais são periódicas e presenciais (com exceção daquelas ocorridas durante o período da pandemia do COVID-19). Elas servem para socializar os indicadores econômicos da cooperativa, assim como possíveis mudanças no Estatuto Social, do Regimento Interno ou novas decisões advindas do Banco Central, entre outras coisas.

Desse modo, vê-se que algumas vantagens dessa filiação foram benéficas para COOPEC. Todavia, o debate não se encerra aqui, pois é necessário compreender os efeitos disso para além desses condicionantes. Portanto, verifica-se que o modelo de incorporação das cooperativas de crédito aos sistemas cooperativos nacionais é um processo cada vez mais comum entre estas instituições. Por sua vez, apresenta-se como uma via de mão-dupla. Desse modo, é preciso entender, sobretudo, o que mudou na relação

entre a cooperativa e os seus associados locais. Bem como seu desempenho financeiro depois do processo de incorporação.

No que tange a COOPEC, de acordo com o que foi mostrado anteriormente, houveram algumas melhorias de caráter estrutural e econômico na medida em que ampliou as possibilidades de investimentos. Apesar de uma incorporação recente do ponto de vista histórico, a ASCOOB fomentou os trabalhos com a Economia Solidária e com a pequena produção familiar, especialmente do município de Poço Verde. Isso, concretamente, refletiu no alcance social do cooperativismo de crédito solidário frente as instituições financeiras convencionais. Todavia, alguns gargalos ainda continuaram persistindo no cotidiano da cooperativa.

Pode-se apontar problemas com a gestão social, a concessão do crédito, os custos da cooperativa, etc. Isso, entre outras coisas, motivou a uma mudança organizacional. Trata-se da mudança das incorporações, onde a COOPEC foi incorporada pela cooperativa COCREAL (Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano), que também faz parte da rede ASCOOB (ENTREVISTA, 2022). Essa fusão se deve a uma exigência feita pelo Banco Central no que se refere ao tamanho dessas instituições. Nota-se uma tendência nesse sentido, isto é, as cooperativas independentes tendem a se fundirem com as confederadas visando manter sua sustentabilidade financeira e ampliar sua área de influência social.

Tal decisão se inicia concretamente no ano de 2023, onde a COOPEC mudará sua Razão Social[9], embora ainda esteja credenciada a CRESOL por meio da ASCOOB. No entanto, poderá apresentar algumas mudanças em função das decisões que agora partirão da cooperativa de Alagoas. Em outras palavras, poderá se distanciar da realidade do estado de Sergipe. Contudo, é preciso compreender como essas mudanças afetará concretamente a realidade da cooperativa e quais serão as consequências disso, seja para os cooperados, para os membros-representantes ou para o próprio município de Poço Verde.

[9] Termo de nomeação e representação jurídica.

3.2- Aplicação econômico-financeira do capital cooperativo

O capital cooperativo, advindo da COOPEC, realiza o financiamento de inúmeras atividades, tais como: agrícolas, pecuárias e comerciais. Sendo assim, tem por finalidade subsidiar a pequena produção e os comércios locais, permitindo que a riqueza real circule no território. Desse modo, a cooperativa tem a função social de apoiar essas pequenas iniciativas de produção e comercialização local. Vale acrescentar que o capital social da COOPEC é constituído de cooperados que possuem diversas idades, gêneros e renda. São eles:

> Pessoas físicas e jurídicas, sendo as pessoas físicas em sua maioria e adultos entre 40 e 60 anos. Quanto ao gênero são paritários, membros de famílias de tamanho médio, em muitas delas todos os membros são cooperados. A maioria dos cooperados são agricultores familiares, pequenos empreendedores, trabalhadores informais, profissionais liberais e autônomos, com rendas variáveis entre R$ 12 mil e R$ 81 mil anual. A escolaridade dos cooperados é diversa, desde analfabetos a especialistas, e residem em sua maioria, nos municípios de Poço Verde em Sergipe e Heliópolis na Bahia (ARAÚJO e RODRIGUES, 2018, p. 10).

Essas pessoas são chefes de família e buscam formas de ampliar sua renda por meio de aplicações cooperativas. Os rendimentos são tão vultosos, mas as vantagens, a segurança e os riscos são comparativamente melhores que os bancos comerciais. Por ser a única cooperativa do estado de Sergipe que trabalha com os princípios da Economia Solidária e por ser constituída de um capital social de menor renda, a COOPEC apresenta resultados ainda tímidos do ponto de vista dos rendimentos (embora esse não seja o único objetivo dos seus cooperados). Para tanto:

> Com dados referentes ao mês de agosto de 2018, a ASCOOB Coopec está com 932 associados, formando um capital social de R$ 421.437,00, com uma carteira de crédito de R$ 1.312.702,00, depósitos na casa de R$ 412.514,00, seu patrimônio líquido está em R$ 602.152,00, seus ativos totais em R$ 1.330.804,00 e um resultado acumulado no ano de R$ 84.755,00 (ARAÚJO e RODRIGUES, 2018, p. 04).

Ainda que seu capital social seja pouco expressivo, é preciso apontar que a COOPEC apresenta bons resultados no que tange aos depósitos. Isso reflete diretamente na dinâmica do seu patrimônio porque quanto mais cooperados, maiores e mais frequentes serão suas aplicações. Ademais, importa dizer que este capital social realiza aplicações mais seguras, isto é, que dão retornos adicionais futuros (especialmente, em atividades produtivas que dão retorno), se comparados com as finanças de mercado, por exemplo (quadro 04). É tanto que o nível de adimplência é muito baixo – menos de 5% ao ano (ENTREVISTA, 2022).

Quadro 04: Aplicação do capital cooperativo

ENTREVISTADO 1	Frigorífico
ENTREVISTADO 2	Mercadinho
ENTREVISTADO 3	Produção Agrícola (milho e feijão)
ENTREVISTADO 4	Produção Agrícola (milho) e criação de animais
ENTREVISTADO 5	Produção Agrícola
ENTREVISTADO 6	Produção Agrícola e criação de animais
ENTREVISTADO 7	Salão de Beleza
ENTREVISTADO 8	Produção Agrícola

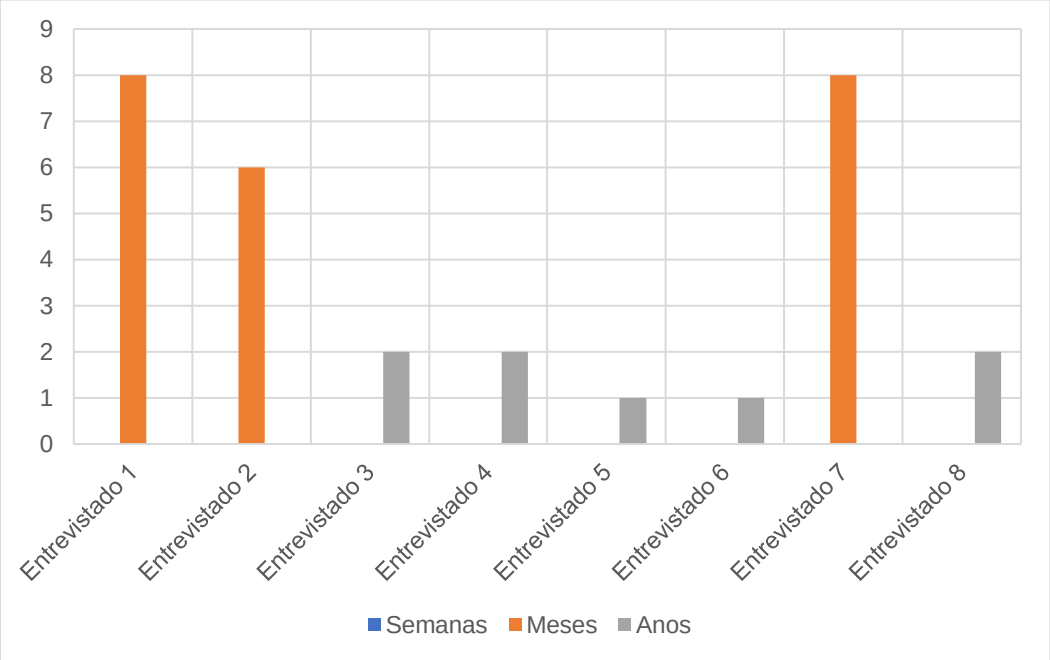
Fonte: ENTREVISTA, 2022.

É claro que essas atividades, financiáveis e produtivas, nem sempre garantem um retorno seguro para o pequeno produtor, comerciante, autônomo, etc. Isso porque elas também dependem de outras variáveis, como as mudanças climáticas (no caso da produção agrícola) e as condições econômicas do país (como o aumento dos preços das mercadorias – inflação). Mas, ainda assim, são passíveis de bons rendimentos se considerarmos as taxas sociais de juros, as relações de proximidades e as aplicações locais (no próprio município).

Outro fator de retorno e de ganhos seguros para o cooperado é a função de orientar e dar assistência durante o processo de aplicação do crédito cooperativo. Neste caso, a COOPEC sinaliza atividades produtivas que podem contribuir para seus cooperados. Trata-se de uma espécie de assistência financeira que inclui avaliar os rendimentos e as aplicações durante um determinado período. Lembrando que elas geram emprego e renda

regionalmente na medida em que esses pequenos negócios vão se avolumando. Por essas e outras razões, a maior parte dos cooperados continuam realizando seus depósitos e operações financeiras na COOPEC (gráfico 04).

Gráfico 04: Frequência de renovação do crédito cooperativo



Fonte: ENTREVISTA, 2022.

O grau de renovação dos contratos financeiros é relativamente alto, onde geralmente os familiares dos próprios cooperados também acabam participando e convidados a participar das atividades da cooperativa. Por isso, muitos cooperados possuem anos de vínculos com a instituição. Sendo assim, a frequência de renovação dos contratos varia de acordo com cada cooperado. Naqueles casos em que a aplicação se faz nas atividades agrícolas ou pecuárias, os contratos renovam-se com frequência menor. Já aqueles que utilizam os recursos nas atividades comerciais (menor parte dos cooperados), buscam novos capitais em menor tempo – meses –, conforme elucida o gráfico anterior.

Isso é importante para a sustentabilidade da cooperativa, pois quanto maior o número de cooperados, de aplicações e de renovação do crédito, maior o retorno adicional futuro. Em termos econômicos, reduz-se os riscos financeiros e ampliam-se os rendimentos. Já no que tange a questão social, essa dinâmica é benéfica para melhorar as carteiras de depósitos individuais de cada cooperado. Por sua vez, apesar das estratégias e condições

encontradas para garantir a reprodução dessas famílias, a COOPEC (assim como outras instituições) atravessa momentos de dificuldades para manter suas operações (tabela 03).

Tabela 03: Balanço Financeiro da ASCOOB-COOPEC (valores em milhares)

Demonstrativos	2020	2021
Receitas	753	591
Despesas	-112	-139
Resultado Operacional	161	152
Sobras	159	152

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO ASCOOB-COOPEC, 2021.

Considerando o período da Pandemia do Covid-19, a COOPEC apresentou algumas quedas em seus resultados operacionais. No caso das receitas e das despesas, isso foi mais evidente. Especialmente, após o afastamento e o desligamento de alguns cooperados, evidentemente que ampliaram-se os custos com relação aos depósitos. Tal fator impactou os produtos operacionais e relativizou os números das sobras nos dois primeiros anos de isolamento social (tabela 03).

É importante frisar que esses resultados não são um parâmetro absoluto para a rede ASCOOB, já que a mesma apresentou um quantitativo de 73 milhões de carteiras de crédito no ano de 2020 (RELATÓRIO DE GESTÃO ASCOOB-COOPEC, 2021, p. 06). Ainda assim, no período pós-Pandemia (2022), as cooperativas buscam novas estratégias para irem se recuperando das perdas e das mudanças. Hoje, ela vem retomando as assembleias presenciais, assim realiza contratação de novos agentes locais de crédito e ainda amplia suas parcerias com demais instituições.

Espera-se, contudo, que as atividades cooperativas sejam efetivamente resgatadas e que novos contratos sejam firmados possibilitando ampliar seus rendimentos. Por sua vez, ressalta-se a importância das novas linhas de financiamento subsidiadas pelo poder público, a exemplo do PRONAF. Nesse sentido, a retomada das atividades produtivas rurais do município de Poço Verde, advindo das famílias de menor renda, será crucial para a dinâmica econômica local e regional.

3.3- Redes de cooperação e solidariedade

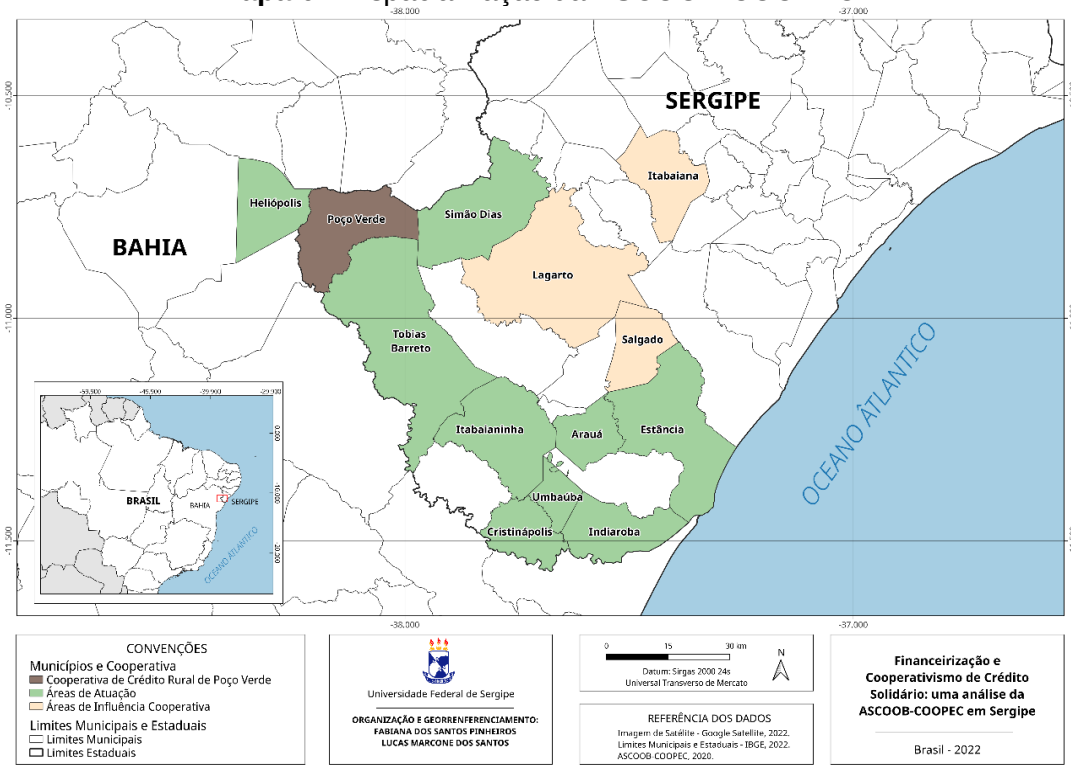
As redes de cooperação permitem integrar dialeticamente os diferentes territórios. São elas que contemplam sanar as necessidades desses lugares. Em outras palavras, estabelecem relações mútuas e ambíguas entre os agentes locais. Essas relações se revelam através das redes geográficas, que Corrêa (2012, p. 200) afirma serem "redes sociais (elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida) espacializadas". De modo dinâmico, as redes geográficas conectam pessoas, objetos, atividades, etc. Com isso:

> A rede em tela está, de fato, espacializada, mas nem sempre a consideramos sob esse ângulo. A passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade, expressa em localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas. É essa rede geográfica que interessa ao geógrafo. É a partir da problemática construída sobre uma dada rede que será selecionada os aspectos a serem estudados. (CORRÊA, 2012, p. 201).

Contudo, deve-se ficar atento aos benefícios da organização em forma de redes, tais como: sua capacidade de inserção social de grupos, a democratização dos saberes e a agilidade em alguns processos de produção e de trabalho (ORTIGOZA, 2015). Desse modo, a organização em rede concretiza a espacialização dos trabalhos sociais dessas instituições. A COOPEC, por exemplo, embora possua sede fixa em Poço Verde, realiza suas atividades juntamente com cooperados de municípios do Sul e Centro-Sul do estado.

Nesses municípios, encontram-se cooperados diretos da COOPEC – 'áreas de atuação' – (Simão Dias, Tobias Barreto, Itabaianinha, Cristinápolis, Umbaúba, Arauá, Estância e Indiaroba), bem como da Bahia, a exemplo de Heliópolis (segundo município com o maior número de cooperados). Encontram-se ainda cooperativas que realizam atividades de outra natureza – 'áreas de influência da cooperativa' (mapa 04). Incluem-se cooperativas de produção, comercialização e também de crédito. Pode-se destacar o caso mais exemplar da Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Sul de Sergipe - COOPATSUL, uma cooperativa de comercialização localizada na cidade de Salgado.

Mapa 04: Espacialização da ASCOOB-COOPEC.



Fonte: ASCOOB-COOPEC, 2020.

Esse relacionamento em rede se firmou através das linhas de crédito disponibilizadas pela CRESOL para ampliar as parcerias. Hoje, a COOPATSUL está organizada também em redes com os demais estabelecimentos solidários e demonstra a sua relevância regional, pois viabiliza demandas locais, tanto de produção quanto de comercialização, especialmente para a Mini Fábrica de Doces de Salgado/SE. Destarte, a problemática da política e economia brasileira, sobretudo do último quinquênio, marcada pela redução dos investimentos públicos nas áreas sociais, tem influenciado no fomento das disparidades socioeconômicas e regionais.

As mudanças macroeconômicas não inibem o consumo por inteiro, no entanto, direcionam para as áreas de maior acumulação e monopólio de capital (como os já dinâmicos centros e atacados). Onde os custos são, de certo modo, menores, estagnando produções locais e deixando de incentivar os consumos alternativos. Isso é bem representativo na queda de produção da Mini Fábrica de Doces de Salgado/SE[10], impulsionada, especialmente, pela ausência de incentivo ao consumo solidário. Com a queda nas demandas por seus produtos, as mulheres

[10] Uma das instituições sociais que também trabalham em rede (fornecendo produtos) junto com a COOPATSUL.

(grupo de liderança da fabriqueta) se veem em situações de vulnerabilidade social, pois se, por um lado, as encomendas não são mais abundantes, por outro, os custos de produção aumentaram muito.

De certo modo os agentes econômicos locais (especialmente a prefeitura municipal) devem modificar esse quadro. Principalmente, reinserindo essas mulheres em espaços viáveis, como feiras, eventos sociais, etc. Isso para destacar seus produtos no circuito do turismo local, fomentar o marketing nos meios de comunicação local, entre outras ações. Mas o que acontece é a falta de parcerias e incentivos da produção e comercialização dos produtos que advém da Mini Fábrica de Doces do município de Salgado/SE (FEITOZA *et al*, 2019, p. 108). Dessa forma:

> *"A possibilidade de continuidade dos trabalhos sem o apoio das políticas públicas é muito difícil, porque a nossa maior dificuldade é a venda dos produtos, já que são muito perecíveis, com apenas três dias de validade"* (INFORMATIVO VERBAL/FEITOZA *et al*, 2019, p. 108).

As políticas públicas são fundamentais para potencializar os trabalhos de Economia Solidária, especialmente a produção. Entender a atuação do Estado através da história e das teorias políticas parece inevitável para analisar as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, implementadas pelos governos brasileiros nas últimas décadas, e mais especificamente, as que tratam da Economia Solidária (GODOY, 2009). Apesar de reconhecer que o Estado é um agente econômico do capital, contraditoriamente, sua função também reverbera no desenvolvimento local, pois, historicamente, a reprodução social dos países periféricos depende, em grande medida, das políticas públicas e nega-las dessa função social significa negligenciar a produção e o consumo local.

Todavia, o que diferencia a Economia Solidária das demais políticas públicas é a possibilidade de se construir, coletivamente, processos de autonomia social futuros. Assim, devemos encarar, a princípio, a lógica capitalista e aprender a conviver encarando as contradições da mesma. Nessa perspectiva, Singer (2002, p. 116) explica que essa "é uma concepção possível de criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento", em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros.

O sistema de cooperação em redes é muito eficiente, especialmente para as cooperativas. Realizar ações conjuntas para promover a atividade produtiva pode fortalecer os territórios. É possível afirmar que essas redes se constituíram entre a COOPEC e algumas cooperativas de Sergipe (como a COOPATSUL, em Salgado, CENTRAFES, em Moita Bonita e tantas outras). Essa relação se concretizou por meio de apoio mútuo, onde os cooperados tornavam-se o centro das parcerias. As cooperativas de produção e comercialização adquirem inclusive linhas de crédito específicas para apoiar na sua reprodução com menor risco. Em contrapartida, elas divulgavam os trabalhos da COOPEC, tanto na própria cooperativa quanto nos espaços de discussão (Fórum, Eventos, Feiras, etc.). No entanto, alguns problemas podem ser discutidos e apontados.

Apesar de apontar como essas redes se estabeleciam, vale enfatizar como elas se complementavam. Outrossim, tal integração se concretizava de forma inconsistente em muitos casos. Onde as redes eram pouco densas e dependiam muito mais das ações executadas pelas gestões das cooperativas e não tanto do apoio público de governos e prefeituras. Isso tornava os processos pouco eficazes na medida em que necessitavam de apoio institucional, logístico e legal. Destarte, essas redes se expandiram dentro dos seus limites e possibilidades. Portanto, é preciso discuti formas de estruturar estrategicamente as redes cooperativas, pensando numa economia mais eficiente do ponto de vista social.

Desse modo, pode-se dizer que os trabalhos em formato de redes são de grande importância para a circulação dessas mercadorias. A pequena produção familiar beneficia-se em grande medida desses fluxos, pois a cooperação entre a COOPEC e as demais cooperativas ocorre de maneira recíproca. Apesar disso, inúmeros problemas de ordem logística, estrutural e organizacional tem cada vez mais fragilizado essas redes. Contudo, é preciso reiterar como o território se fortalece com a reintegração desses fluxos e a dinâmica dos processos cooperativos.

3.4- Economia Social e sua relevância para o desenvolvimento regional

A Economia Social surge como um novo modelo de sociabilidade produtiva que diverge do modelo de economia de mercado. Tal modelo se baseia na solidariedade econômica, onde as relações devem se concretar de maneira horizontal. Desse modo, segundo Singer (2002, p. 09) “para que

tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva". Portanto, a produção e o consumo solidário mostram-se incondicionalmente atrelado a um posicionamento crítico da forma de produção atual. Por isso:

> Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 114).

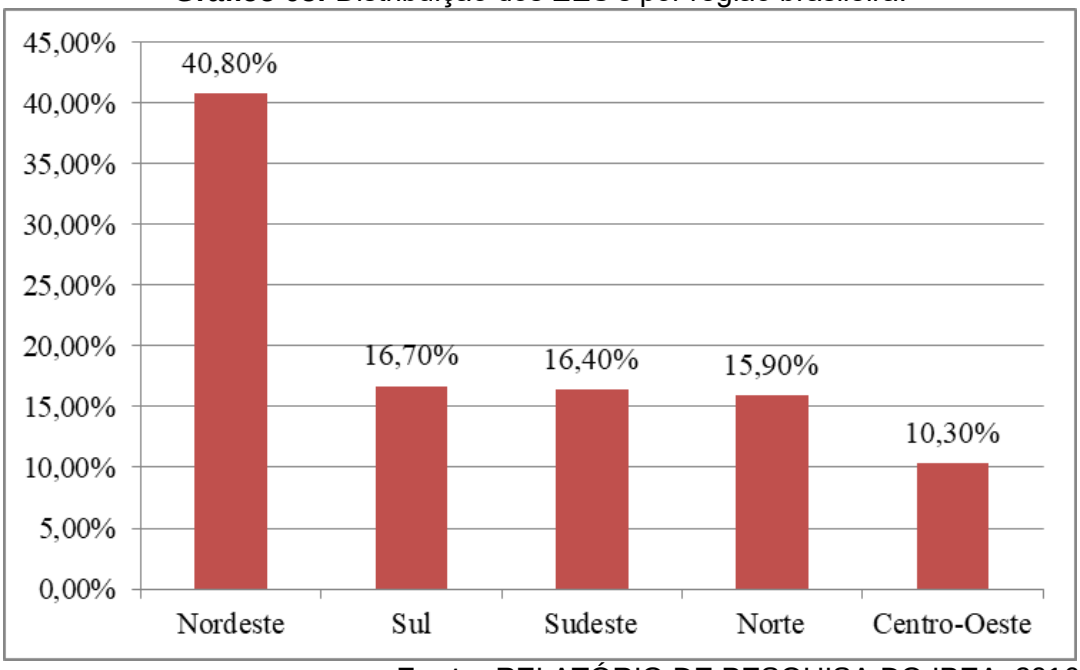
A Economia Social, também denominada de Economia Solidária, permite que a forma, a estrutura e a finalidade da produção privilegiem a questão social. Nela, a relações se estabelecessem a partir de modos colaborativos e com um interesse comum. A Economia Social, portanto, supera os clássicos modelos de produção capitalista. Pois incute-se no caráter social do trabalho. Destarte, o capital destaca as relações humanas em detrimento dos interesses próprios. Em outras palavras, insere o homem no centro das relações.

Por isso, o conceito de Capital Social está mais associado ao desenvolvimento numa perspectiva local. Essa realidade heterogênea reflete diretamente na divisão territorial do trabalho e nos ritmos desiguais de desenvolvimento, a partir de um jugo inicial de uma economia sobre outra, embora em determinadas circunstâncias e combinações (tipo de capital financeiro, ideologia local do trabalho, superestrutura e demais elementos combinantes) passem à vanguarda do processo de desenvolvimento rompendo com o jugo que sofrera (BOSCARIOL *et al*, 2010).

Deste modo, a Economia Social concretizou-se mais enfaticamente nas regiões de maior necessidade produtiva. O Nordeste, por exemplo, – apresenta historicamente uma formação socioespacial desigual – abraçou a Economia Social e a incorporou em alguns casos, sobretudo, por meio das associações, cooperativas e demais instituições sociais. Portanto, a Economia Solidária teve grande capilaridade nesta região, principalmente nos espaços rurais. Tanto

que, atualmente, o Nordeste possui o maior número de instalações dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's) (gráfico 05).

Gráfico 05: Distribuição dos EES's por região brasileira.



Fonte: RELATÓRIO DE PESQUISA DO IPEA, 2016.

Como se vê no gráfico acima, o Nordeste concentra a maior parte dos EES's com cerca de 9.498 unidades, dos quais o Ceará detém 1.854, sendo o primeiro estado nordestino em maior quantidade dessas entidades. Quanto às atividades, o meio rural destaca-se também pela alta proporção dos EES's, que desenvolvem atividades de consumo (85%), troca (65%), finanças (62%) e produção (52%). O meio urbano apresenta maior proporção entre os EES's de prestação de serviços (64%) e de comercialização (48%) (IPEA, 2016).

Vale pontuar que em 2013, foram investidos R$ 13,8 milhões do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (PRONACOOP SOCIAL), na promoção e fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais, setoriais de produção, comercialização e consumo solidários (SECRETARIA DO GOVERNO DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2015). Essa medida beneficiou 9,3 mil trabalhadores em 412 empreendimentos. Os empreendimentos do Nordeste buscaram criar uma dinâmica de organização e apoio mútuo, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local e social, a partir de práticas produtivas inerentes a sua realidade socioespacial dessa região. Tanto que:

> Os agricultores de Tauá (CE), no contexto de crise de produção do algodão, por conta da praga do bicudo, passaram por um processo de formação promovido pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (Adec), responsável por introduzir os princípios e formar uma racionalidade da economia solidária, a princípio com 150 agricultores e agricultoras. Gradativamente, introduziu-se ideias sobre a importância do uso de defensivos naturais, como a urina da vaca, sobre a importância do consórcio de cultivos, pois em área com variação de culturas é mais difícil o aparecimento de pragas, a ponto dos envolvidos internalizarem tais conhecimentos e verem os seus resultados positivos na produção. O algodão orgânico é vendido atualmente com um valor 100% maior que o algodão produzido com agrotóxico, o que equivale ao preço do melhor algodão do mundo, o egípcio (PEREIRA *et al*, 2017, p. 192).

Segundo o relatório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA (2016, p. 18), os empreendimentos econômicos solidários organizam-se sob três dimensões: sócio-organizativa (refere-se a sua organização, a quantidade de participantes e o tipo de atividades desenvolvidas), socioeconômica (formas de captação de recursos, os investimentos realizados, o nível de renda adquirido e as formas de comercialização e inserção no mercado) e sociopolítica (aspecto da auto-gestão e da articulação sociopolítica, verificando-se como se dá o processo de tomada de decisões e de que forma o EES's se envolve com a comunidade em que se localiza e com outros). Essa organização prevê a manutenção das práticas de Economia Solidária nos EES's, também da região Nordeste (tabela 04).

Tabela 04: Distribuição dos EES's no Nordeste, por forma de organização (valores em porcentagem).

Forma de Organização	Quantidade
Associação	50,5
Grupo informal	28,0
Sociedade mercantil	22,0
Cooperativa	21,1

Fonte: RELATÓRIO DE PESQUISA DO IPEA, 2016.

No que se refere ao seu funcionamento territorial, as associações organizam-se sob a forma de empreendimentos solidários. Além disso, sua predominância é marcada, sobretudo, nas áreas rurais. Sendo resultado da

dificuldade burocrática, instrucional e financeira nas cidades. É importante ressaltar que isso reflete, entre outras coisas, nos custos locacionais e nas dificuldades de organização popular. Podendo ocasionar entraves logísticos para circular a mercadoria que advém desses espaços e, por sua vez, o desenvolvimento regional. Mas ao mesmo tempo, apresenta ao mundo rural novas relações produtivas mais solidárias e centradas no humano (tabela 04).

Apesar disso, os principais meios de colaboração para o funcionamento dos EES's são as redes de comercialização (56,0%), produção (32,8%), central de comercialização (11,0%), rede de comercialização de comercio justo e solidário (7,1%), entre outros (RELATÓRIO DE PESQUISA DO IPEA, 2016). Essa cadeia de produção, comercialização e consumo ocorre, em especial, pela entrega direta a clientes, por meio de feiras livres ou espaços públicos de comercialização, além de espaços particulares mantidos pelos próprios empreendimentos.

Outrossim, o capital adquirido com a venda dos produtos é destinado para a compra ou manutenção dos equipamentos, infraestrutura física dos EES's, ampliação do estoque de matérias-primas (quando os associados não podem fabricar), capacitação de mão-de-obra, divulgação dos trabalhos, aberturas de filiais, logística, investimentos em inovações, entre outros. No entanto, grandes dificuldades influenciam na expansão dos empreendimentos solidários, principalmente o apoio financeiro, técnico e logístico.

No caso da COOPEC, de Poço Verde (Sergipe), embora seja uma instituição social, não é possível denomina-la como um EES. Pois, ela não realiza atividade produtiva, mas sim financeira. Sendo assim, tal denominação fugiria da sua própria conceituação. Por sua vez, como está imbuída no circuito de circulação do capital cooperativo, ela faz parte desse processo na medida em que financia linhas de crédito de diversas naturezas. Portanto, conforme já salientado anteriormente, a organização em redes das cooperativas de crédito permite que o capital-mercadoria, especialmente aquele proveniente da pequena produção familiar, circule no território.

Na medida em que esse capital se movimenta, viabiliza a reprodução social dessas famílias rurais. Isso ocorre porque, eles poderão, dessa forma, investir por exemplo no cultivo de milho, feijão, leguminosas, bem como na criação de animais, entre outros e comercializar seus produtos dentro e fora do

município. Consequentemente, permite que se realizar novas operações financeiras, adquirindo outras possibilidades de ganhos. Os investimentos na pequena produção familiar, portanto, tem grande importância para o capital social local.

O Desenvolvimento Regional, que depende das transformações materiais ocorridas nas estruturas sociais, utiliza do capital social como uma ferramenta qualitativa para tais mudanças. Pois, conforme este capital circula, por meio da renda real, tenciona melhorias no território. Novas estruturas comerciais, maior fluidez, valorização e competitividade local. Por sua vez, sabe-se que esse desenvolvimento depende de outras variáveis para se concretizar. Inclui-se, contudo, o planejamento e os recursos públicos, entre outras coisas. Mas ainda assim, o capital cooperativo tem um papel considerável neste processo.

Para tanto, a criação dos empreendimentos solidários na região Nordeste tem fortalecido a economia e o desenvolvimento local. Assim, é impossível negar que a Economia Solidária tornou-se uma das principais fontes de reprodução de inúmeras instituições sociais, além de apresenta-se como uma nova forma de vida do ponto de vista do desenvolvimento do consumo saudável e sustentável. Contudo, sua manutenção deve transpor os interesses políticos momentâneos e fazer parte de uma agenda comum a todos e, acima de tudo, estimular um novo formato de sociabilidade humana e mais justa.

3.5- Entraves e gargalos recentes

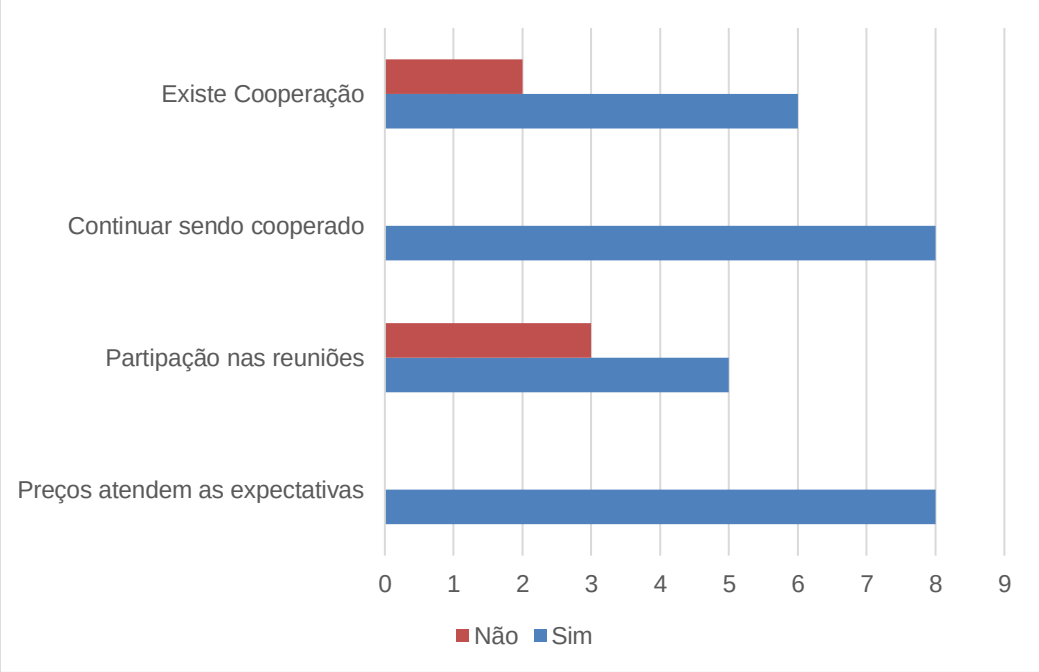
A COOPEC vem passando por uma série de mudanças recentemente. Seja de ordem jurídica, financeira ou geográfica. A priori, essas mudanças tem afetado timidamente a vida dos cooperados e da cooperativa. Mas ainda assim tem interferido na própria sustentabilidade financeira da COOPEC. Destaca-se, primeiramente, a nova confederação ao qual a cooperativa está vinculada, a ASCOOB. Como dito anteriormente, essa mudança ocorreu em função de uma determinação do Banco Central, que busca ter maior influência sobre as cooperativas independentes.

Se por um lado, isso garantiu maior sustentabilidade financeira para as cooperativas de crédito e ainda menor risco, na medida em que o capital não só parte do cooperado; por outro, inviabiliza da cooperativa se reproduzir com

base na sua realidade e ritmo de trabalho (ENTREVISTA, 2022). Assim, embora, a instituição tenha sua própria lógica interna, delineada pelo seu regimento interno, ainda assim, ela deve segui as determinações advindas da instituição central. No caso da COOPEC, agora associada a cooperativa COCREAL, ligada a rede ASCOOB, se insere neste exemplo.

É claro que seus cooperados possuem autonomia para determinar sua própria organização e processos de trabalho, mas a decisão final advém da cooperativa central. Outrossim, diante dessa nova realidade, os cooperados demonstravam preocupação e insegurança (durante a realização da entrevista tal condição foi bem evidente). Isso pode, de certa medida, atrapalhar a confiança que foi sendo construída ao longo dos anos na relação cooperativa-cooperado (gráfico 06). Prejudicando, portanto, a não realização dos depósitos e das operações financeiras.

Gráfico 06: Visão dos cooperados acerca das mudanças na cooperativa.



Fonte: ENTREVISTA, 2022.
Org.: PINHEIRO, 2022.

No gráfico acima, percebe-se que os cooperados, mesmo pretendo continuar realizando seus depósitos na COOPEC, ainda assim admitem que não existe cooperação. Além disso, alguns admitem não participar ativamente das reuniões. Ressalta-se que o processo de cooperação depende de laços de confiança que vão se constituindo ao longo do processo. Quando esses laços são fragilizados, poderá inferir negativamente na própria instituição. Afastando

cooperados antigos e, consequentemente, aqueles que prendiam se aproximar da cooperativa.

Tal fato é ainda mais evidente por conta da saída de alguns funcionários, já que as mudanças organizacionais incluíram também novas contratações em decorrência de outras. Evidentemente, que o público do meio rural preocupa-se sobremaneira com essas mudanças repentinas e perdem de certo modo a confiança que existia, ampliando os riscos de investimentos. Atualmente, a COOPEC encontra-se com três funcionários apenas diretamente à frente da cooperativa (atendimento, gerente administrativo e analista de operações). Além das demandas serem enormes, sobrecarregando-os, eles não têm condições de adquirir novos cooperados.

Apesar da COOPEC ter adquirido recentemente os agentes de créditos, estes têm se tornado escassos e não atuam ou acompanham todos os territórios de alcance da cooperativa. Tal problema prejudica substancialmente a COOPEC e afasta ainda mais os cooperados que ainda permanecem realizando suas operações financeiras. Acrescenta-se ainda a nova possibilidade de livre admissão (pontuada anteriormente). Onde, o BCB (2019) permitiu que o cooperado de renda diferenciada (pequena, média ou alta) possa se filiar a qualquer instituição cooperativa e ainda acrescentou em sua Portaria que este cooperado não necessariamente precisa ter residência fixa na área de atuação da cooperativa que reside.

Em outras palavras, pode-se tornar cooperado de qualquer lugar do território nacional. Logo, isto poderá ser interessante para o interesse do cooperado porque facilita e desburocratiza o seu processo de admissão. Mas por outro lado, incidirá de algum modo nas cooperativas independentes. Pois, elas deixaram de atuar diretamente no local, juntamente com o pequeno produtor, o pequeno comerciante, aquele cooperado que possui menor renda e que precisa se reproduzir localmente. Obviamente que o cooperado de perfil socioeconômico maior vai procurar se filiar junto as cooperativas maiores para ampliar as possibilidades de ganhos.

No caso de um cooperado que reside no município de Poço Verde, por exemplo, pode facilmente se filiar a uma cooperativa de crédito da capital Aracaju (como a SICOOB e a SICRED). Tendo em vista que a possibilidade de ganhos em função do tamanho da cooperativa, do número de transações

realizadas e do quantitativo de cooperados, é maior. Logo, esse cooperado vai optar em realizar suas transações numa instituição mais lucrativa, independente da sua área de atuação (ENTREVISTA, 2022). Esse gargalo irá se avolumar na medida em que as cooperativas menores deixarem de ser protagonista do seu papel social local.

Acrescenta-se ainda o problema da Pandemia do Covid-19, que se iniciou em meados dos anos 2020. Com isso, em decorrência do isolamento social a nível global, as lojas, indústrias, estabelecimentos comerciais, entre outros tiveram de fechar as portas para reduzir o nível de contágio. Isso resultou no processo de demissão massa. Obviamente que quanto menos pessoas inclusas no mercado de trabalho formal, maior a queda do consumo, comprometendo por sua vez a renda e a circulação de capitais nos diferentes territórios. Por consequência, diante dessa situação, o cooperado irá pensar duas vezes antes de aplicar seu capital. Todavia, de acordo com o Relatório de Gestão da ASCOOB-COOPEC (2020), foi avaliado poucos riscos durante o início da Pandemia. Assim:

> Chamamos à atenção para a Nota Explicativa 5, “d” às demonstrações contábeis, na qual a administração da Cooperativa informa não ter havido impactos relevantes relacionados a atrasos e provisões nas operações por conta do Covid-19, já que o público principal é ligado ao agronegócio. E que no período houve aumento nas solicitações de renegociações de operações objetivando a dilatação do prazo para pagamento. Entretanto, face à exposição a riscos operacionais relacionados à saúde dos cooperados, colaboradores e terceiros, e às restrições legais que possam ser impostas como decorrência do Covid-19, não é possível assegurar se haverá impactos e mensurá-los (Relatório de Gestão ASCOOB-COOPEC, 2020).

Ainda assim, alguns impactos foram vistos ao longo do processo. Destaca-se inclusive o distanciamento de parte dos cooperados durante as reuniões e debates. Vale lembrar que estas passaram a ser realizadas de maneira remota e muitos dos associados, como não têm acesso a internet, não acompanhavam as decisões realizadas. Essa situação acabava gerando certo incomodo entre os cooperados e ocasionava seu afastamento permanente. A cooperativa precisou se adaptar a essa nova realidade, viabilizando meios de divulgação por meio de aplicativos de celular ou redes sociais e contratando agentes locais de crédito cooperativo.

Tem-se também um outro gargalo bastante persistente que depende dos recursos e fundos da própria cooperativa: expansão geográfica da agência bancária. Isto é, instalar filiais noutros municípios, especialmente na capital Aracaju. Possibilitando, contudo, o uso dos caixas eletrônicos por parte dos cooperados que não estão na cidade de Poço Verde. A ideia em questão já vem sendo discutida nos últimos anos e foi abraçada pela ASCOOB durante o processo de filiação, realizadas como uma das suas ações comerciais. Por sua vez, a discussão foi deixada de lado em virtude da necessidade de recursos financeiros.

Para tanto, pode-se enfatizar que a cooperativa de crédito de Poço Verde possui uma trajetória de vasta importância para seus cooperados. Diante disso, é importante identificar esses entraves e buscar soluções eficientes, juntamente com seus cooperados e demais funcionários. Considerando ainda, as mudanças estabelecidas pelo Banco Central e as demandas dos próprios cooperados. Por isso, é preciso pensar em novas possibilidades, adequando a realidade local e discutindo em melhorias que tragam retornos reais para todos.

3.6- Considerações ao capítulo 3

Na discussão transcorrida acima, realizou-se uma análise do cooperativismo de crédito em Sergipe, tendo como base a ASCOOB-COOPEC, localizada no município de Poço Verde. Desse modo, foi descrito como a cooperativa surgiu, de que maneira atua e qual é o seu público-alvo. Vale acrescentar que a COOPEC faz parte um grupo cooperativo que trabalha alinhado com os princípios da Economia Solidária. Isso é substancialmente interessante porque atua juntamente com cooperados de menor renda.

Também foi incorporado ao texto uma análise técnica dos últimos balanços financeiros da cooperativa, com base nas suas aplicações. Nessa perspectiva, apesar dos retornos adicionais em função do acompanhamento que a cooperativa realiza junto aos cooperados, houveram quedas nas operações financeiras. Isso por conta dos recentes gargalos que ocorreram em virtude do isolamento social durante a Pandemia do Covid-19.

Acrescenta-se, aqui, que a COOPEC também se caracterizou pela realização de processos cooperativos em formato de redes. Destaca-se a articulação e parcerias com as cooperativas da região centro-sul do estado

(COOPATSUL, CENTRAFES, entre outras). Apesar desse fortalecimento cooperativo, as redes se firmaram de maneira inconsistente e com algumas limitações. Isso, porque esses fluxos na verdade ocorreram muito mais por iniciativa das estratégias logísticas das cooperativas do que por parte do poder público. Está aí o grande gargalo.

Além das redes de cooperação, a COOPEC alinha-se ao formato de Economia Solidária, em virtude da sua filiação com a CRESOL (conforme dito anteriormente). Esse caráter mais social é crucial para fortalecer a economia social. Embora não seja considerado um EES, a COOPEC realiza sua função social enquanto instituição, atuando juntamente com pequenos produtores e comerciantes. Isso é o que a distingue das demais instituições financeiras convencionais porque constrói processos sociais mais consolidados.

Outro apontamento a ser feito, é sobre os principais gargalos que atingem as atividades cooperativas da COOPEC. Foi pontuado que o processo de integração com a COCREAL, a Pandemia do COVID-19 e o formato de livre filiação (processo de admissão nas cooperativas) foram os maiores entraves identificados nos últimos anos. Portanto, cabe a COOPEC discutir possibilidades para superar esses novos desafios. Contudo, reitera-se que a instituição cooperativa, mesmo atuando dentro dos seus limites e contradições, ainda assim realiza um trabalho social de grande importância para seus cooperados. Logo, faz-se necessário construir caminhos possíveis para expandir o movimento cooperativo em Sergipe e no território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados e com base nas análises realizadas na cooperativa de crédito do município de Poço Verde, esta seção foi reservada para apresentar as reflexões gerais do trabalho com base nas discussões teóricas e naquilo que foi identificado durante a realização dos campos sob uma perspectiva metodológica. Dessa maneira, a princípio importa dizer que a presente pesquisa unificou elementos concretos e elementos conceituais. Tão logo, ainda assim as questões dispostas aqui devem ser estimadas a partir de um olhar mais generalista acerca dos problemas apresentados. Para tanto, vê-se que a articulação entre os elementos pré-

textuais e as considerações finais foram analiticamente trabalhadas e, portanto, concatenadas.

Sendo assim, antes de mais nada, é preciso destacar que, ao longo da escrita do presente texto, algumas questões foram ganhando mais evidência que outras. Pois, fazia-se necessário entender como determinados processos ocorreram noutras realidades espaciais e temporais. Todavia, isso não significou negligenciar o debate entre a questões apresentadas no trabalho. Nesse sentido, considera-se que o respectivo trabalho alcançou os questionamentos apontados no preâmbulo. Todavia, abriu novas hesitações que puderam ser respondidas em alguns momentos da pesquisa e em outros deixadas nas entrelinhas.

Com relação a isso, vale mencionar alguns quesitos: o cooperativismo crédito é uma possibilidade para além da condição financeira do capital ou reproduz-se paralelo a ele? É possível pensar em cooperar em meio a uma sociedade altamente individualizada? As pessoas estão preparadas para ter uma vida financeira solidária? Enfim, esses (além de tantos outros) foram alguns apontamentos que ficaram em aberto em função do grau de contradições que os rodeiam. Questões essas que permanecerão ainda sem uma resposta fechada e concreta. Daí a importância e função de um método realista e dual e de uma metodologia específica para direcionar os interesses do pesquisador.

Apesar disso, outros elementos puderam ser respondidos ao longo do processo de construção desse trabalho, especialmente aqueles salientados nas questões de pesquisa – que substituíram as hipóteses. Por assim dizer, foi constatado que a lógica de reprodução do capital fictício vem sendo uma grande barreira para garantir a acumulação do capital produtivo, já que sua circulação não se completa – quando o dinheiro produz mais dinheiro em detrimento de mercadorias. Diante disso, importa enunciar que o capital, em seu novo formato, deve criar mecanismos para superar tais contradições.

Por isso, paradoxalmente, existe um grande interesse (especialmente no Brasil) de se apropriar das instituições cooperativas visando escapar dessas contradições e quem sabe até supera-las. Claro que essa afirmação não possui sustentabilidade teórica no campo acadêmico, justamente porque o cooperativismo de crédito ainda é muito pouco estudado no país. Daí a

dificuldade de ampliar tal reflexão. Mas, para além disso, o que se está discutindo aqui é como em seu movimento real, o capital tem condicionado essas instituições aos seus interesses. Vale dizer ainda que os reflexos disso no caráter local ainda é fonte de profunda antinomia.

É evidente que as cooperativas de crédito são, sem sombra de dúvidas, mais eficientes para subsidiar a pequena produção rural. No que se refere aos preços, forma de organização e os tipos de financiamentos. De fato ver-se uma diferença absurda com relação aos bancos comerciais. Quanto aos juros, é ainda mais visível a discrepância. A COOPEC, por exemplo, atualmente trabalha com uma taxa de juros de 2 a 4% ao ano e as variações tem um teto absolutamente restrito para ocorrer. Mas isso ainda não é efetivamente a eficiência marginal do capital, conforme visto anteriormente. Enquanto que a Taxa SELIC (seguida pelo SFN) é extremamente volátil e altera-se com frequência em função diametralmente oposta à inflação.

No entanto, em meio a tais condições, vale ainda discutir, sobretudo, quais são, de fato, os limites institucionais admitidos ao longo desse processo. Esse parece ser um ponto crucial para entender o cooperativismo de crédito no Brasil. Pois, num dado momento da história dessas cooperativas, algumas estratégias políticas serviram para condicionar um formato cooperativo que perdeu em grande medida as características originárias dessas instituições. Tais particularidades foram marcadas por princípios de sociabilidade que eram completamente distintos da versão individualizada que se vê hoje.

É claro que nem tudo foi grosseiramente modificado. A COOPEC, por exemplo, dedica-se muito a ouvir os envolvidos em todo o processo. Também busca fortalecer a relação cooperativa-cooperados. Isso ocorre em função da sua filiação com a ASCOOB, uma cooperativa credenciada ao sistema CRESOL e que valoriza os princípios solidários e os trabalhos com os pequenos produtores. Mas nem todos os casos seguem esse mesmo padrão, pois a maioria das cooperativas confederadas mostram-se um tanto análogas aos ambientes bancários. Destaca-se a SICOOB e a SICRED como amostras disso. Ambas possuem grande dimensão econômica e social em todo o país. Sem contar que já trabalham internamente com os princípios da Administração Moderna: competitividade, inovação, investimentos, parcerias, ampliação espacial (o que pode significar um monopólio), entre outros.

Obviamente, as cooperativas não filiadas e, portanto, independentes, veem-se sozinhas nessa atmosfera financeira. Essas instituições sobrevivem unicamente do capital social advindo das cotas-parte, sendo assim, são induzidas a filiarem-se as cooperativas maiores para sustentar sua condição financeira. O que pode levar, com o passar do tempo, a seguirem padrões comuns a cooperativas confederadas, muitas vezes aquém de suas realidades locais. Mas o que de fato isso influenciará no nível local? Fora o fato de as cooperativas serem obrigadas a mudar seu quadro interno de funcionários, adaptarem-se aos sistemas computacionais do SFN e ampliarem o seu público-alvo, isso pode significar a perda de confiança daquele cooperado realmente dependente da instituição.

Tal impacto é ainda mais evidente nos ambientes rurais, pois as pessoas geralmente buscam escapar das burocracias incutidas nas instituições convencionais. O que reflete na reaproximação desse cooperado aos bancos ou até mesmo ao sistema de agiotagem. É evidente que não se trata aqui de uma regra geral, mas de evidencias com base naquilo que foi identificado empiricamente. Contudo, ressalta-se que tanto a bibliografia quanto os trabalhos de campo não se encerram neste ciclo. Isto é, pretende-se continuar compreendendo como a COOPEC tem sido influenciada pelos agentes convencionais de finanças bem como ela tem se relacionado com os seus cooperados. Destacar o que mudou, se houve melhorias ou novos entraves. Por fim, reitera-se a importância social, geográfica e econômica da cooperativa para a vida dos pequenos produtores e comerciantes locais do município de Poço Verde/SE.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre (org.) *et al*. Método de pesquisas em Ciências Sociais: **bloco qualitativo e quantitativo**. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2004.

ANNIBAL, Clodoaldo A.; KOYAMA, Sérgio M. **Cooperativas de crédito**: taxas de juros praticadas e fatores de viabilidade. Brasília: BCB, 2011.

ARAÚJO, Fagner dos S.; RODRIGUES, Luiza M. da S. **O Capital Social da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB-COOPEC**: oportunidade de investimentos para cooperados. 2018. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/index.php//pesquisa/338/O-CAPITAL-SOCIAL-DA-COOPERATIVA-DE-CREDITO-RURAL-ASCOOB-COOPEC:-Oportunidade-de-investimentos-para-os-cooperados>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

BARBOSA, Kyzze A. **Cooperativas de Crédito: mapeamento das características demográficas, gerenciais e financeiras na região Nordeste do Brasil**. Monografia – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFP), 2017.

BAHIA. ASCOOB-COOPEC. **Relatório de gestão 2020**. Disponível em: <https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2022/03/RELATORIO-GESTAO-2020-ASCOOB-COOPEC.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

BELLUZZO, Luiz G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BOSCARIOL, Renan A.; COCCO, Rodrigo G.; AMORIM, Wagner V. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a Geografia. **Revista Geografia e pesquisa** (UNESP: Ourinhos), v. 03, p. 09-22, 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BCB). **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)**. Brasília: BCB, 2019. Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/panorama_cooperativas_sncc_2019.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória n° 870, de 2019**: estabelece a organização da Presidência e dos Ministérios. 2019. Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

BRASIL. Constituição Federal. **Lei nº 4.595/1964**: dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

BRASIL. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Projeto cadastro da infraestrutura hídrica do Nordeste: **diagnóstico do munícipio de Poço Verde/Sergipe**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/5127/1/54%20%20Po%C3%A7o%20Verde.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Panorama Municipal**: Poço Verde/Sergipe. Brasília, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/poco-verde/panorama>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA). **Relatório de pesquisa do IPEA**. 2016. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Cooperativas de crédito solidário**: constituição e funcionamento. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Síntese dos PTDRS dos Territórios da Cidadania de Sergipe**: território do sertão ocidental. 2003.

BRASIL. Portal do Cooperativismo Financeiro. **Cooperativas brasileiras já respondem por 54% da produção agropecuária**. Disponível em: < https://cooperativismodecredito.coop.br/2021/08/cooperativas-brasileiras-ja-respondem-por-54-da-producao-agropecuaria/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Revista Novos Estudos** – CEBRAP, nº 86, São Paulo, 2010.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. **Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação das ciências sociais**. In: O

Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

BÚRIGO, Fábio L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasi**l. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). **Caderno 3 – cooperativas de crédito**: passos para constituição de cooperativa de crédito na agricultura familiar. Brasília, 2008.

CORRÊA, Roberto L. Processos, formas e interações espaciais In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.61, n. 1, jan/jun, 2016, p.127-134.

CORREA, Roberto L. Redes Geográficas - Reflexões sobre um Tema Persistente. **Revista Cidades** (Presidente Prudente), v. 9, p. 27, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

ENTREVISTA. **Aplicação de entrevista semiestrutura para os representantes da COOPEC**. Poço Verde/SE, 2021.

ENTREVISTA. **Aplicação de questionário para os cooperados da COOPEC**. Poço Verde/SE, 2022.

FEITOZA, Daniela S. **Economia Solidária e redes de cooperação no espaço rural do município de Salgado/SE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2020.

FEITOZA, Daniela; COSTA, José E. da; PINHEIRO, Fabiana dos S. Estratégias de reprodução e manutenção dos empreendimentos solidários do município de Salgado/SE. **Revista Geopauta**. V. 3, n. 3, 2019. Disponível: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>.

FREITAS, Cleisla C. R. S.; *et al*. Rede social e economia solidária: a ação da ASCOOB e suas implicações socioespaciais no estado da Bahia. In: **II Simpósio baiano de Geografia Agrária**: entre a teoria e a prática, articulações e resistências. Salvador/BA, 2017.

GODOY, Tatiane M. P. **O espaço da Economia Solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro/SP, 2009.

GRÜNER, Eduardo. **Leituras culpadas**: Marx (ismos) e a práxis do conhecimento. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**,** 2007.

JABBOUR, Elias. A historicidade e o sucesso do "socialismo de mercado" chinês. **Revista Espaço Acadêmico** – Mensal – Nº 101 – Outubro de 2009.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HECKLER, Léa M. **Portal do Cooperativismo de Crédito Financeiro**: cenário mundial e brasileiro. São Paulo: PCCF, 2016.

HERSCOVIC, Alain. A Teoria dos Fundos de Empréstimos: um estudo dos modelos agregados Neoclássico e Keynesiano. **Revista Análise Econômica**, ano 24, nº 46, Faculdade de Ciências Econômicas da URGS, 2006.

JACQUES, Elidecir R.; GONÇALVES, Flávio de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Revista Economia e Sociedade**, vol.25 no.2 Campinas May/Aug. 2016.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LAROCCA, Priscila *et. al*. A formulação dos objetivos de pesquisa na pós-graduação em Educação: uma discussão necessária. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 3, p. 118-133, mar. 2005.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2010.

LEWGOY, Júlia. Cooperativas de crédito crescem com taxas baixas e agências: vale sair do banco? São Paulo: **Valor Investe**, 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/organize-as-contas/noticia/2020/01/22/cooperativas-de-credito-crescem-com-taxas-baixas-e-agencias-vale-sair-do-banco.ghtml>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (livros I). São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (livros II). São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. In: Metodologia e ideologia. Nova York: Zed Books LTD, 2005.

MOTTA, Francisco M. **Análise da contribuição do sistema de crédito cooperativo no aumento da eficiência econômica do sistema financeiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2014.

NETTO, José P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Débora C. S. **Produtores rurais do alto sertão sergipano: financiamento e estiagem em foco**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

ORTIGOZA, Silvia A. G. O papel do Território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias. **I Congresso de Pesquisadores da Economia Solidária (CONPES)**. São Paulo: UFSCar, 2015.

PEREIRA, Eddla K. G.; ANDRADE, M. O. Formação de redes produtivas de economia solidária no Nordeste brasileiro: novas propostas de justiça socioambiental para o semiárido. In: **II Congresso Internacional da Diversidade no Semiárido**, 2017, Campina Grande. Anais II CONIDIS. Campina Grande: Realize Eventos e Editora, 2017. v. V. 1. p. 340-352.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.

PINHEIRO, Marcos A. H. **Cooperativa de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6ª ed. Brasília: BCB, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. São Paulo: Editora Record, 2006.

SANTOS, Plínio E. **Desafios da gestão social: experiências no território do sertão ocidental sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2014.

SCHIMMELFENIG, Cristiano. Cooperativismo de Crédito: uma tendência. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**, Vol.5 - n.10 - Janeiro - Junho 2010.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar** – o sistema CRESOL (1995 – 2003). Tese (Doutorado em Economia) – Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; **Geografia e trabalho de campo**. In: Geografia Física e Geomorfologia: uma (re) leitura. Rio Grande do Sul: Editora UNIJUÍ, 2002.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: **a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

ANEXOS

Registros fotográficos do trabalho de campo realizado no dia 05 de maio de 2022, na sede da ASCOOB-COOPEC

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TRABALHO DE CAMPO DE RECONHECIMENTO)

Concordo que recebemos a aluna de Mestrado, FABIANA DOS SANTOS PINHEIRO, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cuja dissertação intitula-se "Financeirização e Cooperativismo de Crédito Solidário: uma análise da ASCOOB-COOPEC em Sergipe", no dia 26 de fevereiro de 2021, para realização do *Trabalho de Campo de Reconhecimento*, na sede da Cooperativa de Crédito do município de Poço Verde-SE.

A presente pesquisa empírica teve a finalidade de conhecer e compreender os aspectos gerais de funcionamento da cooperativa, bem como sua relação com os cooperados e demais instituições. Além de formalizar contatos que irão possibilitar a concretização das demais atividades de campo. Para tanto, considerando nossa contribuição aos trabalhos acadêmicos, concedemos uma conversa inicial, de maneira voluntária, a presente estudante e permitimos ainda que a mesma realizasse registros fotográficos da instituição.

Para tanto, a presente visita se fez com fins de pesquisa acadêmica e todas as informações coletadas aqui serão dispostas analiticamente no texto de qualificação sem fazer menção específica aos respectivos entrevistados, preservando seu anonimato e assegurando sua privacidade.

Poço Verde-SE, 26/02/2021

Rosane Rosário do Nascimento
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura do Orientador
Prof. Dr. José Eloízio da Costa
DGE/PPGEO/UFS
Matrícula/SIAPE nº 101489
Contato: eloizio.npgeo@gmail.com

Fabiana dos Santos Pinheiro
Assinatura da Mestranda
Fabiana dos Santos Pinheiro
PPGEO/UFS
Matrícula: 202011004567
Contato: fabiana-pinheiro16@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TRABALHO DE CAMPO DE RECONHECIMENTO)

Concordo que recebemos a aluna de Mestrado, FABIANA DOS SANTOS PINHEIRO, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cuja dissertação intitula-se "Financeirização e Cooperativismo de Crédito Solidário: uma análise da ASCOOB-COOPEC em Sergipe", no dia 05 de maio de 2022, para realização do *Trabalho de Campo Técnico*, na sede da Cooperativa de Crédito do município de Poço Verde-SE.

A presente atividade empírica teve a finalidade de analisar e compreender os processos gerais de funcionamento da cooperativa, bem como sua relação com os cooperados e demais instituições. Busca-se ainda identificar a importância econômica desta instituição para a reprodução social dos cooperados e os principais gargalos que limitam a relação cooperativa-cooperado. Para tanto, considerando nossa contribuição aos trabalhos acadêmicos, concedemos uma entrevista técnica e aplicação de questionários, de maneira voluntária, a presente estudante.

Para tanto, a presente visita se fez somente com fins de pesquisa acadêmica e todas as informações coletadas aqui serão dispostas analiticamente no texto da DEFESA DE MESTRADO sem fazer menção específica aos respectivos entrevistados, preservando seu anonimato e assegurando sua privacidade.

Poço Verde-SE, 05/05/2022

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura do Orientador
Prof. Dr. José Eloízio da Costa
DGE/PPGEO/UFS
Matrícula/SIAPE nº 101489
Contato: eloizio.npgeo@gmail.com

Assinatura da Mestranda
Fabiana dos Santos Pinheiro
PPGEO/UFS
Matrícula: 202011004567
Contato: fabiana-pinheiro16@hotmail.com

ROTEIRO DE ENTREVISTA (APLICADO EM 05/05/22)

1- Qual a sua função e a quanto tempo você trabalha na COOPEC?

2- Como ocorre o funcionamento da COOPEC (horários de funcionamento, quantidade de cooperados, serviços que fornecem, etc.)?

3- Na sua opinião como você enxerga a relação da COOPEC com os cooperados (pontos positivos e negativos)?

4- Onde a COOPEC atua espacialmente?

5- A COOPEC possui relação com outras cooperativas (crédito, comercialização, etc.)? Como isso ocorre?

6- Proporcionalmente, onde o capital cooperativo é mais aplicado?

7- Como e onde ocorrem as reuniões?

8- A COOPEC trabalha com políticas públicas?

9- Você acha que os serviços e preços fornecidos pela COOPEC atendem a realidade dos cooperados?

10- O que pode ser feito para melhorar a atuação da COOPEC no município de Poço Verde?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO (APLICADO EM 05/05/22)

1- SOBRE O ENTREVISTADO

a) Nome ou apelido: _____ b) Sexo: ( ) Fem ( ) Mas

c) Idade: _____ anos d) Profissão: _____

e) Município de residência: _____

f) Você é: ( ) chefe de família ( ) esposo (a) do (a) chefe ( ) Outro: _____

2- SOBRE A RELAÇÃO COOPERADO-COOPERATIVA

a) Você é cooperado da COOPEC: ( ) Sim ( ) Não. Tempo: _____

b) Como conheceu a COOPEC: _____

c) Já pegou crédito em outros bancos: ( ) Sim ( ) Não. Qual: _____

d) Aplica o crédito cooperativo em quê: _____

e) O crédito é aplicado em Poço Verde: ( ) Sim ( ) Não. Onde: _____

f) Com que frequência pega o crédito: ( ) semanas ( ) meses ( ) anos

g) A taxa de juros atende sua expectativa: ( ) Sim ( ) Não. Por quê: _____

h) Possui alguma produção familiar: ( ) Sim ( ) Não. Qual: _____

i) Você é: ( ) inadimplente ( ) adimplente. Porquê: _____

j) A taxa de juros atende suas expectativas: ( ) Sim ( ) Não

k) Os preços atendem suas expectativas: ( ) Sim ( ) Não

l) Participa com frequência das reuniões: ( ) Sim ( ) Não

m) Pretende continuar sendo cooperado: ( ) Sim ( ) Não. Por quê: _____

n) Na sua opinião, existe cooperação: ( ) Sim ( ) Não. Por quê: _____

o) A COOPEC cumpre sua função social: ( ) Sim ( ) Não. Por quê: _____

o) Pretende continuar sendo cooperado? Por quê: _____

MUITO OBRIGADO(A)!